



BURITICUPU-MA
Proc. 0308001/2023
Fls. 01
Rub. Midian Moraes

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

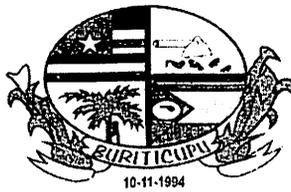
TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Em 03 de agosto de 2023, procedeu-se a abertura do processo administrativo nº 0308001/2023. OBJETO: Contratação da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09 para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horaria de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA. Com este fim e para constar, eu, Midian da Silva Moraes, lavrei o presente termo que vai por mim assinado.

Buriticupu / MA, 03 de agosto de 2023

Midian da Silva Moraes
Setor de Protocolo

Midian da Silva Moraes
Midian da Silva Moraes
Chefe da Divisão de Arquivo,
Conservação de Documentos e Protocolo
Portaria nº 145/2021 - SEMAPLAN



BURITICUPU-MA
Proc. 030800 2023
Fls. 02
Rub. AA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ao Senhor.
Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesas

I- DO OBJETO

Trata de processo que tem como objeto a Contratação da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09 para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horária de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, que será realizado no município de Pedreiras/MA, nos dias 28 de agosto ao dia 01 de setembro de 2023, no valor total de R\$ 13.160,00 (treze mil, cento e sessenta reais) pela inscrição dos 04 (quatro) servidores sendo que o instituto disponibiliza 01 (uma) inscrição a cada 04 inscrições do mesmo Município.

Considerando que a Administração Pública necessita permanentemente está promovendo capacitação e treinamentos aos seus servidores, visando a eficácia na prestação de serviços e contratações públicas, a capacitação servirá para qualificar os servidores públicos quanto a nova legislação aplicada: Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

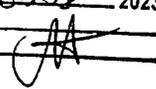
Considerando a necessidade de reciclar, treinar e formar servidores e gestores públicos ampliando seus conhecimentos de forma pratica para agilizar os mecanismos das contratações públicas.

Neste contexto, a capacitação de servidores visa garantir a maior lisura das contratações públicas e com isso proporcionar eficiência e eficácia na aplicação dos gastos públicos. Nesse sentido



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU-MA
Proc. 0208005 2023
Fis. 03
Rub. 

o TCU decidiu: Acórdão nº 3.707/2015 - TCU - ia Câmara 1.7.1 Recomendar ao omissis, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que: 1.7.1.1 promova a capacitação continuada dos agentes responsáveis pela elaboração de procedimentos licitatórios e adote, formalmente, medidas administrativas que coíbam a restrição à competitividade na elaboração de procedimentos licitatórios;

Acórdão nº 1.709/2013 - TCU - Plenário Acórdão (...) 9.1.3. institua política de capacitação para os profissionais do (omissis), de forma regulamentada, com o objetivo de estimular o aprimoramento de seus recursos humanos, especialmente aqueles correlacionados com as áreas de licitações e contratos, planejamento e execução orçamentária, acompanhamento e fiscalização contratual e outras áreas da esfera administrativa, de modo a subsidiar melhorias no desenvolvimento de atividades nas áreas de suprimentos/compras, licitações/contratos e recebimento e atesto de serviços." (Grifamos.)

II — DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

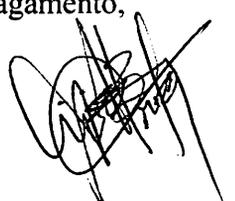
As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento,





BURITICUPU-MA
PREF: 02/2023
FIS: 01
Rub: [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

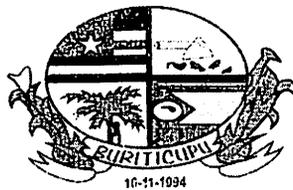
Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a nova Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Dessa forma, licitar é a regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem características específicas tomando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, quais sejam, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Diante da inviabilidade de competição, a Administração Pública pode contratar diretamente, é o que se denomina de inexigibilidade de licitação, consoante preleciona o artigo 25 da Lei Nº 8.666/93 in verbis:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes; **II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação (grifo nosso)**; III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.



BURITICUPU-MA
Proc. 030800/2023
Fls. 05
Rub. SA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

Nessa linha, constata-se que a contratação de empresa objetivando o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, enquadra-se como hipótese de inexigibilidade de licitação, consoante dispõe o inciso II, do artigo 25, supracitado, c/c o artigo 13 do mesmo diploma legal, conforme se verifica III verbis:

Art.13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (grifo nosso);

O Tribunal de Contas da União aduz na súmula 252 que a inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso 11 do art. 25 da Lei n.º 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.

A natureza técnica do serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal resta inconteste vez que elencado no rol do artigo 13 da Lei n.º. 8.666/93. Já a singularidade do objeto é caracterizada quando o serviço é o único que atende aos interesses da Administração com peculiaridades específicas, fator que impede a adoção de critérios objetivos.

A notória especialização do profissional ou da empresa, por sua vez, está disposta no parágrafo 1º, do art. 25, da Lei n.º 8.666/93, in verbis:

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Sobre o tema, o TCU já decidiu:

Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação em cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de



BURITICUPU-MA
Proc. 030800/2023
Fls. 06
Rub. *AA*

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, da Lei n.º. 8.666/93; (TCU. Processo n.º TC-000.83098-4. Decisão n.º 439/1998 - Plenário).

A inviabilidade de competição na contratação de cursos não reside na exclusividade, mas, sobretudo, na impossibilidade de haver critérios objetivos numa licitação. Corroborando com essa assertiva, o TCU se manifestou nos seguintes termos:

(...) Isso porque cada possível instrutor tem características próprias, incomparáveis, como experiência anterior, currículo, áreas de especialização, publicações, etc. Como admitir que o menor preço possa ser um bom critério para a escolha? (TCU- Decisão nº 439/98) (...) São tantas as variáveis que influem na definição do perfil ideal dos professores e instrutores adequados a cada caso, que dificilmente se pode defender a tese de que haja efetiva viabilidade de licitação para formalizar tais contratos (TCU- Decisão nº 747/97)

A Contratação em pauta visa a inscrição de servidores em Curso aberto, disponibilizado ao público em geral, sendo fixado e programado exclusivamente pelo seu realizador.

Cursos abertos são, portanto, acessíveis a quaisquer interessados, que, animados pela proposta do curso, se matricularão. Nesse tipo de capacitação, a instituição de ensino ou entidade promotora do evento é quem fixa todas as regras da contratação, como os dias em que o curso será ministrado, sua duração, seu conteúdo programático, a metodologia de ensino, os professores ou conferencistas etc.

Sobre os cursos de treinamento aberto ou fechado, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes assevera que:

“É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição. Contudo, para a realização de seminários fechados, promovido por qualquer dessas mesmas instituições, é, em princípio, exigível a licitação, porque o interesse e conveniência de treinamento podem ser



BURITICUPU-MA
Proc. 0205001 2023
Fls. 03
Rub. 

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

determinados pela Administração, ao contrário do caso anterior, em que a oportunidade é ditada pelas instituições. ”

Dessa maneira, o procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II, c/c O art. 13, VI, da Lei n. 8.666/93, em face das razões expostas.

IV - DA ESCOLHA

A empresa escolhida para capacitação do servidor foi a empresa A B Xavier Treinamentos – EPP Rua dos Guarás, nº 01, Ed. Fernando de A. Lopes (Galeria Flertinho), Loja 01 Bairro Ponta do Farol. São Luís (MA). CEP 65077-460 CNPJ 11.669.032/0001-09 Fone: (98) 4141-3077 Celular: (98) 98893-3075 Fax: (98) 3227-3075 contato@institutocertame.com.br, por ser uma instituição com excelência, notória especialização e por se encontrar com curso aberto na presente data, o que despertou o interesse desta administração pela necessidade de atualizar seus profissionais frente as mudanças trazidas pela nova Lei de licitações.

V - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93. Porém, excepcionalmente, a lei de regência prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 10 do art. 32 da Lei 8.666/93.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

Em razão do acima exposto solicitamos a inscrição dos servidores supracitados.

Desde já agradecemos as providências.

Deve ser observada a exigência legal (art. 29. inciso IV, da Lei nº8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de: Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso 1, alínea a, da Lei no 8.212, de 1991); Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou a conformidade de sua documentação, conforme anexo.





BURITICUPU-MA
Proc. 03.08201 2023
Fis. 08
Rub. AK

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

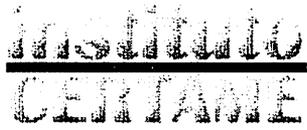
VI – CONCLUSÃO

Desse modo, a inscrição, pela Administração Pública, dos servidores, em evento aberto, para capacitação profissional é possível, via inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos no artigo 25, inciso II, c/c artigo 13 da Lei nº 8.666/93.

Diante do exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa relativamente às inscrições das servidoras em curso aberto a terceiros. Ante a criteriosa análise da Assessoria Jurídica com relação à documentação da empresa.

Buriticupu/MA, 03 de agosto de 2023

Antonio Luís Alves Brito
Secretário Municipal de Administração e Planejamento



Inscrições abertas!

BURITICUPU-MA
Proc. 0308002 2023
Fls. 09
Rub. AA

Módulo I: Entendendo a Nova Lei de Licitações.

Contexto de surgimento da Nova Lei. Vigência da Nova Lei. Período de transição e utilização facultativa. Prazo limite para adoção da Nova Lei. O que acontece com os contratos celebrados nos dois primeiros anos de vigência da Nova Lei? Considerações gerais e comparação sucinta com as Leis nºs 8.666/1993, 10.520/2020 e 12.462/2011. Âmbito de aplicação. Edição de atos normativos para regulamentação da Nova Lei. Possibilidade de entes subnacionais utilizarem a regulamentação federal. É possível aplicar a nova lei desde já? As previsões de normatização via regulamento. O Portal Nacional de Contratação Pública

Módulo II: Introdução às licitações segundo a Nova Lei.

Modalidades de licitação e critérios de escolha. Escolhendo a modalidade adequada. Formalização dos processos licitatórios em geral. Artefatos de planejamento da contratação: visão geral. Documento de formalização/oficialização da demanda. Estudos técnicos preliminares (ETP). Gerenciamento de riscos (GR). Pesquisa Preliminar de Preços. Termo de referência (TR). Questões sensíveis relacionadas à elaboração do ETP. Afinal, o órgão deve ou não comprar o melhor produto das galáxias? A questão do ETP nos convênios celebrados com a União. ETP para transporte: cuidados fundamentais. Prática de elaboração de ETP. Termo de Referência: elementos essenciais segundo a legislação. Quem elabora o Termo de Referência. Existência de dotação orçamentária suficiente. Pesquisa preliminar de preços. Cesta de preços aceitáveis e normas de pesquisa preliminar de preços. Sistema de Registro de Preços. Objetos da licitação: alienações, compras, obras e serviços. Compras: padronização e indicação de marcas. Exigência de amostras. O Edital. Quem elabora? Quem se responsabiliza pelo seu conteúdo? Valor estimado x valor máximo: existe diferença? Publicação do ato convocatório: veículos de publicação e interregnos. Impugnação do Edital pelo cidadão e pelo licitante. Habilitação Jurídica. Qualificação Econômico-Financeira. Qualificação Técnica. Documentos que nunca podem ser dispensados. Novos documentos exigidos na Lei nº 14.133/2021. Declaração de faturamento do licitante ME/EPP. Preços inexequíveis na contratação de obras, serviços e na aquisição de bens. Novidade na definição do objeto. A utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra. Exigência de mão-de-obra formada por mulheres vítimas de violência doméstica, ou empregados oriundos ou egressos do sistema prisional. Possibilidade de exigência certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro). Adjudicação e homologação: procedimentos e responsabilidades. Recursos Administrativos. Micro e pequenas empresas nas licitações. (Lei Complementar nº 123/2006): prazo diferido para comprovação da regularidade fiscal, empate ficto, licitações fechadas para ME/EPP, subcontratação obrigatória, cota reservada para ME/EPP e vantagens a empresas sediadas local ou regionalmente. Revogação e Anulação do processo licitatório. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

Módulo III: O Pregão e a Concorrência na Nova Lei de Licitações.

Pregão eletrônico x Pregão Presencial x Concorrência: ainda existem diferenças essenciais no procedimento? Entendendo o Pregão e a Concorrência. Múltiplas configurações e modos de disputa aberto, fechado, e combinados. Conceito de bens e serviços comuns e especiais. Pregão para aquisição de equipamentos de informática. Fase preparatória. Termo de Referência. Termo de Referência x Projeto Básico. Pregoeiro, equipe de apoio e agentes de compras: atribuições e responsabilidades. Papel da autoridade administrativa. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Pregão e Concorrência: fase externa.

Módulo IV: Mudanças essenciais nas contratações diretas.

Licitação dispensada, dispensável e inexigível. Formalização do processo de contratação direta.

Módulo V: Mudanças essenciais nos contratos administrativos.

Eficácia e vigência dos contratos. Contrato verbal. Casos de substituição do contrato pela nota de empenho. Formalização dos contratos: instrumentos de contratação e cláusulas obrigatórias. Cláusulas comuns ao termo de referência, ao edital e ao contrato. Convocação de licitante remanescente na Nova Lei de Licitações. Eficácia do contrato: marco de início. Vigência do contrato e garantia do produto, serviço ou obras. Garantia contratual: caução, seguro-garantia ou fiança bancária. Hipóteses de utilização da garantia contratual. Garantia e ordem de preferência na aplicação de multas. Momentos de exigência e de devolução da garantia. Execução do contrato: regimes de execução. Subcontratação permitida. Vedação da subcontratação total e da parcela principal do objeto. Documentos a exigir da subcontratada.

Módulo VI: Alterações contratuais.

Casos de modificação contratual via aditamento e via apostila. Diferença entre correção monetária e compensação financeira. Reajuste de preços: previsão editalícia, adoção de índice pertinente, marco inicial de contagem e concessão automática (de ofício). Reajuste nos contratos de obras. Reajuste-repactuação: serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Como repactuar serviços e insumos no mesmo contrato? Repactuação e preclusão lógica. Reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento, ou revisão: álea extraordinária. Caso fortuito, força maior, fato do príncipe, aumento de tributos. Variação no preço dos produtos do contrato. Participação nos lucros. Prorrogação de prazo: necessidade de previsão no edital ou contrato. Comprovação da vantagem na prorrogação e a especificidade dos serviços contínuos. Vedações de prorrogação de prazo. Prorrogação e contratação direta.

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 11
Rub. CA

Módulo VII: Sanções administrativas.

Sanções administrativas na Nova Lei de Licitações: advertência, multa, impedimento e declaração de inidoneidade. Quem determina a abertura do processo de apenação? Quem é a autoridade responsável por aplicar tais sanções? Necessidade de defesa prévia e cuidados na notificação. Integração da NLL com a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e fraudes nos contratos: processo administrativo com singularidades.

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 17
Rub. AA

Certificados

– Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021. (36 horas).

Além da carga horária, os certificados informarão o conteúdo ministrado.

Os certificados serão emitidos aos participantes que obtiverem, no mínimo, 75% de presença, e enviados por e-mail em até 48 horas após a realização do treinamento.

Público alvo

- Pregoeiros e membros da equipe de apoio.
- Membros de Comissões de Licitação e de áreas correlatas.
- Auditores e demais servidores que atuam em órgãos de controle.
- Supervisores e gerentes de empresas fornecedoras do setor público.
- Agentes públicos que possuam responsabilidades sobre licitações e contratos administrativos.
- Estudantes universitários de Administração, Contabilidade, Direito e Economia, dentre outros.
- Dirigentes de pequenas, médias e grandes empresas com interesse em participar de licitações públicas.
- Profissionais da área de Administração Pública, Gestores, Contadores, Assessores Jurídicos, Engenheiros etc.

Este curso é prioritariamente voltado para quem trabalha ou deseja trabalhar em órgãos públicos ou entidades da administração pública. Conteúdo aplicável a órgãos municipais, estaduais e federais.

Instrutor

– Prof. Dr. Nilo Cruz Neto:

- Doutor em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em Portugal. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduado em Políticas Públicas pelo ISCTE-IUL (*Advanced Postgraduate Diploma in Public Policy*). Pós-graduado em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduado em Auditoria e Perícia Contábil pela UFMA.

Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Auditor externo e independente (QTG/CNAI/CFC). Administrador, Contador e Economista.

Concluiu o curso de formação executiva sobre “Melhores práticas em contratação pública” na Universidade de Roma II (*Università degli Studi di Roma Tor Vergata*, Itália), com incursões à Consip (Central de Compras do Governo da Itália) e à *Autorità Nazionale Anticorruzione* daquele país, como parte do Ciclo Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal, oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério da Economia (ENAP/ME).

É professor da ENAP. Atuou como professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Universidade Estácio de Sá, da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) e da Faculdade JK (DF); e como instrutor da Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda (ESAF/MF, extinta), da Escola de Governo do Maranhão (EGMA), da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA) e da Escola de Gestão Municipal da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM).

Ministra cursos e profere palestras nas áreas de Auditoria, Controle Interno Governamental, Controle Social, Gestão Municipal, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Licitações e Contratos Administrativos, tendo formado mais de 4.000 pregoeiros por todo o Brasil. Autor do livro *Contabilidade Avançada* (ISBN nº 9788590657903).

Responsável pelo sítio www.lrf.com.br. É membro do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Membro associado à ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público. Membro efetivo do IBDT – Instituto Brasileiro de Direito Tributário.

Investimento

R\$ 3.450 por participante (até 18x no Cartão de Crédito, sendo em até 6x sem juros).

OU

R\$ 3.290 para pagamentos à vista (depósito, transferência, PIX ou ordem bancária antes do curso).

OU

R\$ 3.190 para ex-alunos do Instituto Certame, para pagamentos à vista (depósito, transferência, PIX ou ordem bancária antes do curso).

A cada 04 inscrições do mesmo órgão, empresa ou grupo, será oferecida uma vaga extra de cortesia.

O Investimento inclui:

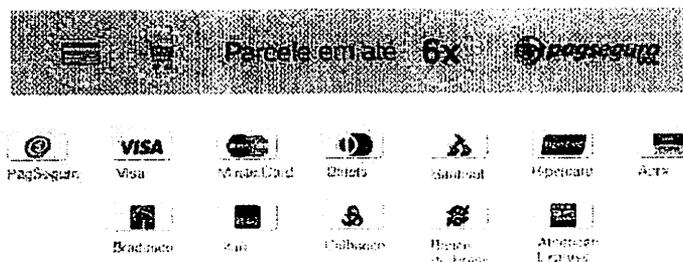
- Almoços de segunda a quinta-feira;
- Coffee-Break nos intervalos da manhã e da tarde;
- Kit ecológico: Pasta, Bloco de Anotações, Caneta etc;
- Insumos de prevenção ao Covid-19 (máscaras e álcool 70° INPM);
- Apostila impressa contendo a apresentação do professor e a legislação pertinente.
- Certificado.

O investimento não inclui hospedagem no hotel.

Formas de pagamento

Mediante transferência bancária ou depósito na Conta Corrente 18.460-8, Agência 4.323-0, do Banco do Brasil, ou com o PIX 11.669.032/0001-09, com envio do comprovante para o e-mail pagamento@institutocertame.com.br. Favorecido: A B XAVIER TREINAMENTOS. CNPJ 11.669.032/0001-09.

Utilizando o seu Cartão de Crédito, através do PagSeguro, num processo rápido que não exige cadastro. Você poderá utilizar uma das opções abaixo, e ainda parcelar a sua inscrição em até 18x (até 6x sem juros):



Para efetuar a pré-inscrição, favor preencher o formulário ao final desta página e clicar em "Enviar". Em seguida, logo abaixo, aparecerão as instruções de pagamento. Para pagar com cartão de crédito pelo PagSeguro, basta, após o preenchimento do formulário, clicar no botão "Pagar com PagSeguro" e outra janela será aberta para iniciar a operação. Assim que o pagamento for autorizado, será encaminhado um e-mail do PagSeguro confirmando a transação, e um e-mail do Instituto Certame confirmando a sua inscrição.

Observação 1:

A única forma disponível de pagamento parcelado é via PagSeguro, com cartão de crédito.

Observação 2:

Antes de emitir o empenho ou efetuar o pagamento, órgãos públicos devem informar, através do e-mail pagamento@institutocertame.com.br, a quantidade de inscrições e os dados do órgão (razão social, CNPJ, endereço com CEP, telefone e e-mail).

Justificativa da contratação para órgãos públicos

A contratação de treinamento por Pessoa Jurídica de Direito Público poderá ocorrer com base (1) no permissivo do art. 24, II (Dispensa de Licitação para despesas de pequeno vulto, até o limite de R\$ 17.600), (2) no disposto no art. 25 (Inexigibilidade de Licitação), ambos da Lei nº 8.666/1993; ou com base (3) no permissivo do art. 75, II (Dispensa de Licitação para despesas de pequeno vulto, até o limite de R\$ 57.208,33), ou (4) a partir do art. 74, III, f, da Lei nº 14.133/2021:

Considere que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993. (Decisão TCU nº 439/1998 – Plenário).

Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, caput ou inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pessoas naturais e jurídicas para ministrar cursos fechados para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal ou a inscrição em cursos abertos. (Orientação Normativa AGU nº 18)

(Minuta de Parecer Jurídico) Poderá ser adaptada de acordo com o órgão público contratante.

(Certidões Negativas e Documentos para a emissão da Nota de Empenho)

BURITICUPU-MA
Proc. 0308003 2023
Fls. 14
Rub. 

9 motivos para você fazer este curso!

Curso único no mercado.

Atualize-se! A Nova Lei de Licitações e Contratos já é uma realidade e quem não souber disputar licitações nessa modalidade vai ficar para trás.

Professor com sólida formação acadêmica, experiência prática e excelente didática.

A melhor relação custo-benefício do mercado, considerando a carga horária do curso, valor de inscrição, facilidade de pagamento e certificados emitidos.

Garanta um emprego! Só nas prefeituras do Brasil, são pelo menos 5.563 vagas para pregoeiros e 16.689 vagas para membros de CPL, além das vagas das câmaras municipais, e dos órgãos estaduais e federais.

Muitas empresas desejam firmar contratos com o setor público, mas deixam de fazê-lo por absoluta falta de conhecimento. Algumas sequer participam de licitações; outras não vencem a disputa porque desconhecem o procedimento. Acabam, com isso, perdendo uma excelente oportunidade de ampliar seus mercados e maximizar seus lucros. Aprenda Licitações e forneça para o Governo!

Curso prático, com exemplos do cotidiano.

Grande parte das ações de improbidade administrativa e das irregularidades detectadas pelos Tribunais de Contas decorrem de problemas em processos licitatórios ou nas contratações feitas, responsabilizando os membros da comissão de licitação, ou o pregoeiro e os membros da equipe de apoio, além do gestor máximo do órgão (prefeito, por exemplo). Evite que isso ocorra com você!

Identifique problemas em processos licitatórios: no decorrer do curso você aprenderá a identificar falhas formais, procedimentos vedados, cláusulas restritivas ao caráter competitivo, conluio entre empresas, sobrepreço no valor do contrato, dentre outras irregularidades.

Observações complementares

Este curso insere-se no conceito de Curso Livre, objetivando a formação continuada e a qualificação profissional, conforme o previsto no art. 39, §2º, I, da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), e nos arts. 1º, I e 3º Decreto Federal nº 5.154/2004.

Cancelamentos e substituições

A substituição do inscrito deverá ser preferencialmente comunicada até o segundo dia que antecede ao evento.

Não haverá restituição ao interessado que não cancelar previamente sua participação e não comparecer ao curso, sendo devido ao Instituto Certame o valor integral da inscrição paga.

Em caso de cancelamento por parte do interessado cuja inscrição já tenha sido paga, se a comunicação de desistência ocorrer dentro de 5 dias antes do curso, será feita a devolução imediata de 80% do valor pago, sendo 20% devido ao Instituto Certame a título de ressarcimento por despesas administrativas e operacionais geradas pelo interessado.

O cancelamento da inscrição deve ser feito preferencialmente até o 6º dia que antecede ao início do curso, caso em que haverá imediata e integral devolução do valor da inscrição paga.

No caso de cancelamentos e transferências que ocorram por parte do Instituto Certame, que impossibilitem a participação no evento, a devolução do valor será feita imediata e integralmente. Caso a turma não alcance o número mínimo de participantes, o Instituto Certame reserva-se ao direito de cancelar este curso e devolver imediata e integralmente o valor das inscrições pagas.

BURITICUPU-MA
Proc. 0208007 2023
Fls. 15
Rub. 

Informações e dúvidas

contato@institutocertame.com.br

Fone: (98) 4141-3077

Celular: (98) 98893-3075

Fax: (98) 3227-3075

Inscreva-se agora (Vagas limitadas!)

Preencha o formulário e clique em enviar. Após o envio, logo abaixo, aparecerão as instruções de pagamento, inclusive o botão do PagSeguro, caso queira pagar com Cartão de Crédito.

Não fazemos reserva de vagas e as inscrições são confirmadas na ordem cronológica dos pagamentos efetuados. Garanta a sua vaga!

Nome completo *

CPF *

Endereço *

Cidade *

UF *

CEP *

Telefone *

Fax

E-mail *

Órgão/empresa

CNPJ

Endereço

Cargo

Telefone

Fax

E-mail

* Campos Obrigatórios

Enviar

Institucional

Cursos Abertos

In Company

Dados Legais

Clientes

Fale Conosco

BURITICUPU-MA
Proc. 0204001 2023
Fls. 16
Rub. GA



BURITICUPU-MA
Proc. 030700/2023
Fls. 18
Rub. 64

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

Ofício nº 274/2023

À empresa

A B Xavier Treinamentos – EPP.

Rua dos Guarás, nº 01, Ed. Fernando de A. Lopes (Galeria Flertinho), Loja 01.

Bairro Ponta do Farol. São Luís (MA). CEP 65077-460.

CNPJ 11.669.032/0001-09

Fone: (98) 4141-3077

Celular: (98) 98893-3075

Fax: (98) 3227-3075

contato@institutocertame.com.br

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho por meio deste, encaminhar a Vossa Senhoria nossa solicitação, visando a Contratação da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09 para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horaria de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, solicitamos também que sejam enviados os referidos documentos para a comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica da empresa, conforme lista de documentos solicitados em anexo:

Buriticupu/MA, 03 de agosto de 2023.

AFONSO BARROS BATISTA
Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesas



BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fis. 18
Rub. *[Handwritten Signature]*

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

RELAÇÃO DOS SERVIDORES

ITEM	NOME	CPF	PREFEITURA
01	GETULIO VERAS DE ALMEIDA	067.176.173-06	BURITICUPU- MA
02	JOSEANE FERREIRA ALMEIDA	872.795.762-49	
03	MARIA VALDEANE ARAÚJO SILVA	011.598.193-43	
04	TIAGO MELO DA SILVA	052.250.213-01	
05	MAGDONEL VALERO MARTINS	770.500.453-49	

LISTA DE DOCUMENTOS SOLICITADOS

ITEM	DESCRIÇÃO
1	PROPOSTA DA EMPRESA; PARA 04 (QUATRO) SERVIDORES – SENDO 01 (UMA) VAGA DISPONIVEL GRATUITAMENTE PELO O INSTITU CERTAME.
2	ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA FORNECIDO POR ENTIDADES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS
3	ATOS CONSTITUTIVOS DA EMPRESA;
4	CÓPIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE OU OUTRO DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTOGRAFIA DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) (DIRETOR, SÓCIO OU SUPERINTENDENTE) DA EMPRESA OU FIRMA LICITANTE;
5	CNPJ - PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS OU NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS, CONFORME O CASO;
6	PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE A FAZENDA NACIONAL, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO EXPEDIDA CONJUNTAMENTE PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) E PELA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN), REFERENTE A TODOS OS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO (DAU) POR ELAS ADMINISTRADOS, INCLUSIVE AQUELES RELATIVOS À SEGURIDADE SOCIAL, NOS TERMOS DA PORTARIA CONJUNTA Nº 1.751, DE 02/10/2014, DO SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E DA PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL;
7	PROVA DE REGULARIDADE COM O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS);
8	PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA OU POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA, NOS TERMOS DO TÍTULO VII-A DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943;

[Handwritten Signature]



BURITICUPU-MA
Proc. 208003 2023
Fls. 19
Rub. GA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

9	PROVA DE REGULARIDADE JUNTO À FAZENDA ESTADUAL, ATRAVÉS DA CERTIDÃO NEGATIVA CONJUNTA JUNTO AOS TRIBUTOS ESTADUAIS, EMITIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA ESTADUAL ONDE A EMPRESA FOR SEDIADA;
10	PROVA DE REGULARIDADE JUNTO À FAZENDA MUNICIPAL, ATRAVÉS DA CERTIDÃO NEGATIVA JUNTO AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS, EMITIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL ONDE A EMPRESA FOR SEDIADA;
11	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, DE CONCORDATA, DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL (LEI Nº 11.101, DE 9.2.2005), EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA EMPRESA.

Buriticupu/MA, 03 de agosto de 2023.


AFONSO BARROS BATISTA
Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesas



BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fis. 20
Rub. AA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40
Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

Processo Administrativo nº 0308001/2023
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação Nº 005/2023

Objeto: Contratação da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09 para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horária de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA.

PROPOSTA DE PREÇOS

BURITICUPU – MA, 03 de agosto de 2023.

São Luís (MA), 03 de agosto de 2023.

De: Arianne Barros Xavier
Diretora do Instituto Certame

Para:
Prefeitura Municipal de Buriticupu

PROPOSTA DE CURSO ABERTO

NOME DO CURSO

Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021.

DATAS E HORARIOS

28 de agosto a 01 de setembro de 2023.

Segunda a quinta-feira: das 08:00h às 12:00h; das 13:30h às 17:30h.

Sexta-feira: das 08:00h às 12:00h.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

São Luís (MA).

Hotel Luzeiros
R. João Damasceno, nº 2
Bairro Ponta do Farol, CEP 65077-630.

CARGA HORÁRIA

36 horas.

CERTIFICADO

– Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021.

Além da carga horária, os certificados informarão o conteúdo ministrado.

Os certificados serão emitidos aos participantes que obtiverem, no mínimo, 75% de presença, e enviados por e-mail em até 48 horas após a realização do treinamento.

PÚBLICO ALVO

- Pregoeiros e membros da equipe de apoio.
- Membros de Comissões de Licitação e de áreas correlatas.

- Auditores e demais servidores que atuam em órgãos de controle.
- Supervisores e gerentes de empresas fornecedoras do setor público.
- Agentes públicos que possuam responsabilidades sobre licitações e contratos administrativos.
- Profissionais da Administração Pública, Gestores, Contadores, Advogados, Engenheiros etc.

EMENTA

Módulo I: Entendendo a Nova Lei de Licitações.

Contexto de surgimento da Nova Lei. Vigência da Nova Lei. Período de transição e utilização facultativa. Prazo limite para adoção da Nova Lei. O que acontece com os contratos celebrados nos dois primeiros anos de vigência da Nova Lei? Considerações gerais e comparação sucinta com as Leis n°s 8.666/1993, 10.520/2020 e 12.462/2011. Âmbito de aplicação. Edição de atos normativos para regulamentação da Nova Lei. Possibilidade de entes subnacionais utilizarem a regulamentação federal. É possível aplicar a nova lei desde já? As previsões de normatização via regulamento. O Portal Nacional de Contratação Pública

Módulo II: Introdução às licitações segundo a Nova Lei.

Modalidades de licitação e critérios de escolha. Escolhendo a modalidade adequada. Formalização dos processos licitatórios em geral. Artefatos de planejamento da contratação: visão geral. Documento de formalização/oficialização da demanda. Estudos técnicos preliminares (ETP). Gerenciamento de riscos (GR). Pesquisa Preliminar de Preços. Termo de referência (TR). Questões sensíveis relacionadas à elaboração do ETP. Afinal, o órgão deve ou não comprar o melhor produto das galáxias? A questão do ETP nos convênios celebrados com a União. ETP para transporte: cuidados fundamentais. Prática de elaboração de ETP. Termo de Referência: elementos essenciais segundo a legislação. Quem elabora o Termo de Referência. Existência de dotação orçamentária suficiente. Pesquisa preliminar de preços. Cesta de preços aceitáveis e normas de pesquisa preliminar de preços. Sistema de Registro de Preços. Objetos da licitação: alienações, compras, obras e serviços. Compras: padronização e indicação de marcas. Exigência de amostras. O Edital. Quem elabora? Quem se responsabiliza pelo seu conteúdo? Valor estimado x valor máximo: existe diferença? Publicação do ato convocatório: veículos de publicação e interregnos. Impugnação do Edital pelo cidadão e pelo licitante. Habilitação Jurídica. Qualificação Econômico-Financeira. Qualificação Técnica. Documentos que nunca podem ser dispensados. Novos documentos exigidos na Lei n° 14.133/2021. Declaração de faturamento do licitante ME/EPP. Preços inexequíveis na contratação de obras, serviços e na aquisição de bens. Novidade na definição do objeto. A utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra. Exigência de mão-de-obra formada por mulheres vítimas de violência doméstica, ou empregados oriundos ou egressos do sistema prisional. Possibilidade de exigência certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro). Adjudicação e homologação: procedimentos e responsabilidades. Recursos Administrativos. Micro e pequenas empresas nas licitações. (Lei Complementar n° 123/2006): prazo diferido para comprovação da regularidade fiscal, empate ficto, licitações fechadas para ME/EPP, subcontratação obrigatória, cota reservada para ME/EPP e vantagens a empresas sediadas local ou regionalmente. Revogação e Anulação do processo licitatório. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

Módulo III: O Pregão e a Concorrência na Nova Lei de Licitações.

Pregão eletrônico x Pregão Presencial x Concorrência: ainda existem diferenças essenciais no procedimento? Entendendo o Pregão e a Concorrência. Múltiplas configurações e modos de disputa aberto, fechado e combinados. Conceito de bens e serviços comuns e especiais. Pregão para aquisição de equipamentos de informática. Fase preparatória. Termo de Referência. Termo de Referência x

Projeto Básico. Pregoeiro, equipe de apoio e agentes de compras: atribuições e responsabilidades. Papel da autoridade administrativa. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Pregão e Concorrência: fase externa.

BURITICUPU-MA
Proc. 0507005 2023
Fls. 23
Rub. 

Módulo IV: Mudanças essenciais nas contratações diretas.

Licitação dispensada, dispensável e inexigível. Formalização do processo de contratação direta.

Módulo V: Mudanças essenciais nos contratos administrativos.

Eficácia e vigência dos contratos. Contrato verbal. Casos de substituição do contrato pela nota de empenho. Formalização dos contratos: instrumentos de contratação e cláusulas obrigatórias. Cláusulas comuns ao termo de referência, ao edital e ao contrato. Convocação de licitante remanescente na Nova Lei de Licitações. Eficácia do contrato: marco de início. Vigência do contrato e garantia do produto, serviço ou obras. Garantia contratual: caução, seguro-garantia ou fiança bancária. Hipóteses de utilização da garantia contratual. Garantia e ordem de preferência na aplicação de multas. Momentos de exigência e de devolução da garantia. Execução do contrato: regimes de execução. Subcontratação permitida. Vedação da subcontratação total e da parcela principal do objeto. Documentos a exigir da subcontratada.

Módulo VI: Alterações contratuais.

Casos de modificação contratual via aditamento e via apostila. Diferença entre correção monetária e compensação financeira. Reajuste de preços: previsão editalícia, adoção de índice pertinente, marco inicial de contagem e concessão automática (de ofício). Reajuste nos contratos de obras. Reajuste-repactuação: serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Como repactuar serviços e insumos no mesmo contrato? Repactuação e preclusão lógica. Reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento ou revisão: álea extraordinária. Caso fortuito, força maior, fato do príncipe, aumento de tributos. Variação no preço dos produtos do contrato. Participação nos lucros. Prorrogação de prazo: necessidade de previsão no edital ou contrato. Comprovação da vantagem na prorrogação e a especificidade dos serviços contínuos. Vedações de prorrogação de prazo. Prorrogação e contratação direta.

Módulo VII: Sanções administrativas.

Sanções administrativas na Nova Lei de Licitações: advertência, multa, impedimento e declaração de inidoneidade. Quem determina a abertura do processo de apenação? Quem é a autoridade responsável por aplicar tais sanções? Necessidade de defesa prévia e cuidados na notificação. Integração da NLL com a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e fraudes nos contratos: processo administrativo com singularidades.

INSTRUTOR

– Prof. Msc. Nilo Cruz Neto:

Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Auditor externo e independente (QTG/CNAI/CFC). Administrador, Contador e Economista.

Doutorando em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em Portugal. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduado em Políticas Públicas pelo ISCTE-IUL (*Advanced Postgraduate Diploma in Public Policy*). Pós-graduado em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduado em Auditoria e Perícia Contábil pela UFMA.

Concluiu o curso de formação executiva sobre “Melhores práticas em contratação pública” na Universidade de Roma II (*Università degli Studi di Roma Tor Vergata*, Itália), com incursões à Consip (Central de Compras do Governo da Itália) e à *Autorità Nazionale Anticorruzione* daquele país, como parte do Ciclo Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal, oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério da Economia (ENAP/ME).

É professor da ENAP. Atuou como professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Universidade Estácio de Sá, da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) e da Faculdade JK (DF); e como instrutor da Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda (ESAF/MF, extinta), da Escola de Governo do Maranhão (EGMA), da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA) e da Escola de Gestão Municipal da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM).

Ministra cursos e profere palestras nas áreas de Auditoria, Controle Interno Governamental, Controle Social, Gestão Municipal, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Licitações e Contratos Administrativos, tendo formado mais de 4.000 pregoeiros por todo o Brasil. Autor do livro *Contabilidade Avançada* (ISBN nº 9788590657903).

Responsável pelo sítio www.lrf.com.br. É membro do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Membro associado à ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público. Membro efetivo do IBDT – Instituto Brasileiro de Direito Tributário.

INVESTIMENTO

	Valor por participante	Público Previsto	Investimento
Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021.	R\$ 3.290,00	4 participantes + 1 cortesia	R\$ 13.160,00

Obs.: Pagamento à vista (antes do curso)

O Investimento inclui:

- Almoço nos dias 28 a 31 de agosto;
- Coffee-Break nos intervalos da manhã e da tarde;
- Kit ecológico: Pasta, Bloco de Anotações, Caneta etc;
- Insumos de prevenção ao Covid-19 (máscaras e álcool 70° INPM);
- Apostila impressa contendo a apresentação do professor e a legislação pertinente.
- Certificado.

O investimento não inclui hospedagem no hotel.

CANCELAMENTOS E SUBSTITUIÇÕES

A substituição do inscrito deverá ser preferencialmente comunicada até o segundo dia que antecede ao evento.

Não haverá restituição ao interessado que não cancelar previamente sua participação e não comparecer ao curso, sendo devido ao Instituto Certame o valor integral da inscrição paga.

Em caso de cancelamento por parte do interessado cuja inscrição já tenha sido paga, se a comunicação de desistência ocorrer dentro de 5 dias antes do curso, será feita a devolução imediata de 80% do valor pago, sendo 20% devido ao Instituto Certame a título de ressarcimento por despesas administrativas e operacionais geradas pelo interessado.

O cancelamento da inscrição deve ser feito preferencialmente até o 6º dia que antecede ao início do curso, caso em que haverá imediata e integral devolução do valor da inscrição paga.

No caso de cancelamentos e transferências que ocorram por parte do Instituto Certame, que impossibilitem a participação no evento, a devolução do valor será feita imediata e integralmente. Caso a turma não alcance o número mínimo de participantes, o Instituto Certame reserva-se ao direito de cancelar este curso e devolver imediata e integralmente o valor das inscrições pagas.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS

A contratação de treinamento por Pessoa Jurídica de Direito Público poderá ocorrer com base (1) no permissivo do art. 75, II (Dispensa de Licitação para despesas de pequeno vulto, até o limite de R\$ 54.020,41); e/ou (2) no disposto no art. 25 (Inexigibilidade de Licitação), ambos da Lei nº 8.666/1993, ou (3) a partir do art. 74, III, f, da Lei nº 14.133/2021:

Considere que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993. (Decisão TCU nº 439/1998 – Plenário)

Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, caput ou inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pessoas naturais e jurídicas para ministrar cursos fechados para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal ou a inscrição em cursos abertos. (Orientação Normativa AGU nº 18)

DADOS BANCÁRIOS E LEGAIS DO INSTITUTO CERTAME

Razão Social: A B XAVIER TREINAMENTOS EPP
CNPJ 11.669.032/0001-09.

BURITICUPU-MA
Proc. 030800/2023
Fls. 25
Rub. AA

Endereço: Rua Guarás, Qd. 14, nº 01, Gleba B, Ed. Fernando de Aguiar Lopes: Loja 1; Ponta do Farol. São Luís - MA. CEP: 65077-460.

Banco do Brasil. Agência 4323-0. Conta Corrente 18.460-8.
PIX 11.669.032/0001-09.
Inscrição estadual: Isento.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Este curso insere-se no conceito de Curso Livre, objetivando a formação continuada e a qualificação profissional, conforme o previsto no art. 39, §2º, I, da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), e nos arts. 1º, I e 3º Decreto Federal nº 5.154/2004.

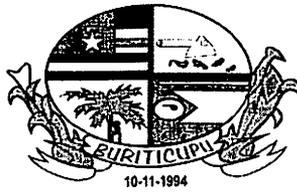
Esta proposta é válida por 30 dias.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos.



Arianne Barros Xavier.

Diretora do Instituto CERTAME
CPF: 917.654.633-00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

Processo Administrativo nº 0308001/2023
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação Nº 005/2023

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001/2023
Fls. 06
Rub. AA

Objeto: Contratação da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09 para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horária de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

BURITICUPU – MA, 03 de agosto de 2023.



Nilo Cruz Neto

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4036724810566671>

ID Lattes: **4036724810566671**

Última atualização do currículo em 09/03/2021

BURITICUPU-MA
Proc. 0308/001 2023
Fis. JX
Rub. CA

Doutorando em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em Portugal. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduado em Políticas Públicas pelo ISCTE-IUL (Advanced Postgraduate Diploma in Public Policy). Pós-graduado em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduado em Auditoria e Perícia Contábil pela UFMA. Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Auditor externo e independente (QTG/CNAI/CFC). Administrador, Contador e Economista. Concluiu o curso de formação executiva sobre 'Melhores práticas em contratação pública' na Universidade de Roma II, na Itália (Università degli Studi di Roma 'Tor Vergata'), com incursões à Consip (Central de Compras do Governo da Itália) e à Autorità Nazionale Anticorruzione daquele país, como parte do Ciclo Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal, oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP, do Ministério da Economia), onde também atua como professor. Atuou como professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Universidade Estácio de Sá, da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), e da Faculdade JK (DF); e como instrutor da Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda (ESAF/MF, extinta), da Escola de Governo do Maranhão (EGMA), da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA) e da Escola de Gestão Municipal da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM). Ministra cursos e profere palestras nas áreas de Auditoria, Controle Interno Governamental, Controle Social, Gestão Municipal, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Licitações e Contratos Administrativos, tendo formado mais de 4.000 pregoeiros por todo o Brasil. Autor do livro Contabilidade Avançada (ISBN nº 9788590657903). Responsável pelo sítio www.lrf.com.br. É membro do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Membro associado à ABOP - Associação Brasileira de Orçamento Público. Membro efetivo do IBDT - Instituto Brasileiro de Direito Tributário. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Nilo Cruz Neto
Nome em citações bibliográficas	CRUZ NETO, Nilo
Lattes iD	http://lattes.cnpq.br/4036724810566671

Endereço

Endereço Profissional	Controladoria-Geral da União. Av. dos Holandeses, Lote 08, Qd. 35 Calhau 65071-380 - Sao Luis, MA - Brasil URL da Homepage: www.cgu.gov.br
-----------------------	--

Formação acadêmica/titulação

2016	Doutorado em andamento em Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal. Título: Formulação da política de estímulo às micro e pequenas empresas nas contratações públicas no Brasil, Orientador: Prof. Helge Jörgens, PhD (ISCTE-IUL e Univ. Livre de Berlim). Coorientador: Profa. Dra. Suylan de Almeida Midlej e Silva (UnB). Palavras-chave: Políticas Públicas; Contratos Públicos. Grande área: Ciências Humanas Grande Área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Políticas Públicas. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração
------	---

2007 - 2009

Pública.
Mestrado em Políticas Públicas (Conceito CAPES 6).
Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.
Título: Orçamento Participativo: o processo de implementação em São Luís, Ano de
Obtenção: 2009.

Orientador: Profa. Dra. Maria Virgínia Moreira Guilhon.
Palavras-chave: Orçamento Participativo; Orçamento Público; Controle Social; Democracia;
Participação.

Grande área: Ciências Humanas

Grande Área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Políticas Públicas.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração
Pública.

2016 - 2017

Especialização em Políticas Públicas (Advanced Postgraduate Diploma in Public Policy).
(Carga Horária: 1500h).

Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal.

Título: Não se aplica.

2014 - 2016

Especialização em Auditoria e Perícia Contábil. (Carga Horária: 360h).

Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

Título: Principais critérios de amostragem em auditorias feitas por órgãos de controle no
Estado do Maranhão.

Orientador: Profa. Dra. Darliane Ribeiro Cunha.

2014 - 2016

Especialização em Dir. Constitucional, Administrativo e Tributário. (Carga Horária: 360h).
Universidade Estácio de Sá, UNESA, Brasil.

Título: O fenômeno das normas estaduais e municipais de licitações e contratos face à
competência privativa da União para legislar sobre a matéria.

Orientador: Profa. Msc. Christiane Schneiski.

2016 - 2020

Graduação em Ciências Econômicas.

Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, Brasil.

Título: A contribuição teórica de Varieties of Capitalism e sua aplicação à realidade
brasileira: limites e possibilidades.

Orientador: Prof. Msc. Valdécio Silvério Bezerra.

1999 - 2006

Graduação em Administração.

Faculdade Estácio de São Luis, ESTÁCIO SÃO LUÍS, Brasil.

Título: Fiscalização - por Sorteios Públicos - de recursos federais aplicados em âmbito
municipal: diagnóstico e sugestões à Controladoria-Geral da União com vistas à melhoria
na implementação do programa.

Orientador: Prof. Esp. Paulo Roberto de Araújo Ramos.

1998 - 2002

Graduação em Ciências Contábeis.

Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

Título: Contribuição ao estudo da Demonstração do Valor Adicionado - DVA: O cálculo da
riqueza agregada pela entidade.

Orientador: Prof. Esp. Antônio Joaquim Sousa Guimarães.

Formação Complementar

2021 - 2021

Elaboração e análise da Planilha de Custos e Formação de Preços. (Carga horária: 20h).
Instituto Nacional de Gestão Pública, INGEPE, Brasil.

2021 - 2021

Planilha de Custos, Revisão, Reajuste e Repactuação de Contratos Admin.. (Carga horária:
18h).

Inove Soluções em Capacitação, INOVE, Brasil.

2021 - 2021

Como Elaborar e Analisar a Planilha de Custos e Formação de Preços. (Carga horária:
30h).

One Cursos - Treinamento e Desenvolvimento, ONE CURSOS, Brasil.

2021 - 2021

Capacitação e Treinamento em Pregão Eletrônico BBMNET Licitações. (Carga horária: 5h).

Bolsa Brasileira de Mercadorias, BBM-NET, Brasil.

2020 - 2020

Processo de Auditoria no Sistema e-Aud. (Carga horária: 16h).

Controladoria-Geral da União, CGU/PR, Brasil.

2020 - 2020

Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços da IN 05/2017. (Carga horária:
15h).

ZENITE - INFORMAÇÃO E CONS. EM ADM. PUBL, ZICAP_FORN, Brasil.

2020 - 2020

Gerenciamento Integrado de Risco e Capital. (Carga horária: 20h).

FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.

2020 - 2020

Planejamento financeiro. (Carga horária: 10h).

FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.

2020 - 2020

Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório financeiro. (Carga horária:
10h).

FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.

2019 - 2020

11 Ciclo Internacional de Desenv. de Exec. da APF - Univ Roma Tor Vergata. (Carga
horária: 90h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.
2019 - 2019 Melhores práticas em contratação pública. (Carga horária: 30h).
 Università degli Studi di Roma Tor Vergata, UNIROMA, Itália.
2019 - 2019 Consolidação das demonstrações contábeis (CPC15, CPC18 e ICPC09). (Carga horária: 10h).
 FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.
2019 - 2019 Elaboração e divulgação do relatório contábil-financeiro. (Carga horária: 10h).
 FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.
2019 - 2019 Contabilização de contratos de concessão. (Carga horária: 16h).
 FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.
2018 - 2018 Curso básico de Compliance e Antissuborno. (Carga horária: 12h).
 Instituto Brasileiro de Compliance, IBC, Brasil.
2018 - 2018 Gestão de Riscos no Setor Público. (Carga horária: 20h).
 Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.
2018 - 2018 Compliance e controles internos. (Carga horária: 10h).
 Saint Paul Educacional Ltda, SAINT PAUL, Brasil.
2018 - 2018 ISO 31000 - Gestão de Riscos. (Carga horária: 16h).
 Com.Êxito Educacional Ltda, COMÊXITO, Brasil.
2018 - 2018 Tratamento de Riscos: APR/APP, What if, AAF, HAZOP e FMEA. (Carga horária: 8h).
 Com.Êxito Educacional Ltda, COMÊXITO, Brasil.
2018 - 2018 ISO 37001/2017 - Sistema de Gestão Antissuborno. (Carga horária: 16h).
 QMS Certification Services, QMS, Brasil.
2018 - 2018 Gestão de Risco e Compliance nas Contratações Públicas. (Carga horária: 9h).
 Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, EGP TCE-PR, Brasil.
2018 - 2018 Formação em Compliance Officer. (Carga horária: 40h).
 Brasil Jurídico Cursos Ltda, COMPLIANCE-NET, Brasil.
2018 - 2018 Data Warehouse de Compras Governamentais. (Carga horária: 16h).
 Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF/MF, Brasil.
2018 - 2018 Prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. (Carga horária: 2h).
 FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.
2018 - 2018 Retenção de impostos na fonte. (Carga horária: 10h).
 FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.
2018 - 2018 Elaboração e Análise da Planilha de Custos e Formação de Preços. (Carga horária: 24h).
 ESAF - Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF, Brasil.
2018 - 2018 Impairment: teste de recuperabilidade de ativos. (Carga horária: 10h).
 FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.
2018 - 2018 Investimentos Societários: aquisição de empresas, consolidação e MEP. (Carga horária: 20h).
 FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.
2017 - 2017 E-Procurement Learning. (Carga horária: 30h).
 World Bank Group (Banco Mundial), BIRD, Estados Unidos.
2017 - 2017 Introdução aos pronunciamentos contábeis do CPC. (Carga horária: 20h).
 FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.
2017 - 2017 Tributos sobre o Lucro - Tratamento Societário e Tributário. (Carga horária: 20h).
 FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.
2017 - 2017 VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. (Carga horária: 40h).
 Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.
2017 - 2017 Diálogo Público: Governança e Gestão das Aquisições. (Carga horária: 6h).
 Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, ISC/TCU, Brasil.
2017 - 2017 Certificate Program in Contract Management. (Carga horária: 30h).
 World Bank Group (Banco Mundial), BIRD, Estados Unidos.
2017 - 2017 Workshop: Obtaining Value in Public Procurement. (Carga horária: 24h).
 U.S. Trade and Development Agency, George Washington University e ENAP, USTDA GWU ENAP, Brasil.
2017 - 2017 Certificate Program in Public Procurement. (Carga horária: 30h).
 World Bank Group (Banco Mundial), BIRD, Estados Unidos.
2016 - 2016 Formação de instrutores da ENAP. (Carga horária: 35h).
 Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.
2016 - 2016 Formação de Pregoeiros. (Carga horária: 20h).
 Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.
2015 - 2016 Fiscal de Contratos. (Carga horária: 40h).
 Portal Educação de Campo Grande, PE, Brasil.
2015 - 2015 Responsabilização nos Tribunais de Contas. (Carga horária: 16h).
 Aprimora Treinamentos, APRIMORA, Brasil.
2015 - 2015 Direito Administrativo. (Carga horária: 60h).
 Portal Educação de Campo Grande, PE, Brasil.
2015 - 2015 SACOP Acompanhamento de Contratações Públicas. (Carga horária: 4h).
 Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, TCE-MA, Brasil.
2015 - 2015 Lei de Diretrizes Orçamentárias para Municípios. (Carga horária: 45h).
 Secretaria de Orçamento Federal, Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão, SOF/MPOG, Brasil.
2015 - 2015

BURITICUPU-MA
 Proc. 0308007 2023
 Fis. JA
 Rub. AA

Controles na Administração Pública. (Carga horária: 30h).
Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, ISC/TCU, Brasil.

2015 - 2015 Controle Interno, Compliance e Lei Sarbanes-Oxley. (Carga horária: 8h).
Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, IBRACON, Brasil.

2015 - 2015 Planejamento Gov. e Gestão Orç. e Financeira. (Carga horária: 30h).
Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, ISC/TCU, Brasil.

2015 - 2015 Normas de Auditoria NBC TA 300, 315, 320, 330, 450. (Carga horária: 8h).
Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, IBRACON, Brasil.

2015 - 2015 Avaliação Socioeconômica de Projetos. (Carga horária: 60h).
Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.

2015 - 2015 Como publicar no Diário Oficial da FAMEM. (Carga horária: 4h).
Federação do Municípios do Estado do Maranhão, FAMEM, Brasil.

2015 - 2015 Formação de instrutores da ENAP. (Carga horária: 35h).
Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.

2015 - 2015 Orçamento Público e Suprimento de Fundos. (Carga horária: 60h).
Portal Educação de Campo Grande, PE, Brasil.

2015 - 2015 Ética no Serviço Público. (Carga horária: 40h).
Portal Educação de Campo Grande, PE, Brasil.

2014 - 2015 Licitações e Contratos com base no RDC. (Carga horária: 80h).
Editora Fórum Ltda, EDFÓRUM, Brasil.

2014 - 2014 Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. (Carga horária: 40h).
Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, ISC/TCU, Brasil.

2014 - 2014 Fiscalização de Contratos Administrativos. (Carga horária: 24h).
Associação Brasileira de Orçamento Público, ABOP, Brasil.

2012 - 2012 Simpósio Brasil/França sobre corrupção. (Carga horária: 20h).
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasil.

2012 - 2012 SICONV: do Cadastramento à Prestação de Contas. (Carga horária: 24h).
Instituto Certame, ICERTAME, Brasil.

2012 - 2012 Gestão e Fiscalização de Obras Públicas. (Carga horária: 24h).
Instituto Certame, ICERTAME, Brasil.

2011 - 2011 SICONV - Sistema de Convênios do Governo Federal. (Carga horária: 24h).
Orzil Consultoria, ORZIL, Brasil.

2010 - 2010 Programa de Formação Continuada: Docência Superior. (Carga horária: 16h).
Faculdade Estácio de São Luis, ESTÁCIO SÃO LUÍS, Brasil.

2009 - 2009 IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. (Carga horária: 32h).
Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

2009 - 2009 II Fórum de Educação do Baixo Parnaíba. Chapadinha. (Carga horária: 40h).
Faculdade do Baixo Parnaíba, FAP, Brasil.

2008 - 2008 Gestão de Licitações e Contratos Administrativos. (Carga horária: 14h).
Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, ISC/TCU, Brasil.

2008 - 2008 Atendimento ao Cidadão. (Carga horária: 20h).
Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.

2008 - 2008 Aperfeiçoamento em Ouvidorias Públicas. (Carga horária: 20h).
Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF/MF, Brasil.

2008 - 2008 Formação de Tutores para Cursos On line. (Carga horária: 100h).
Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF/MF, Brasil.

2007 - 2007 Simples Nacional, ME e EPP. (Carga horária: 2h).
Delegacia da Receita Federal em São Luís, DRF/SLZ, Brasil.

2007 - 2007 Licitação e Contrato Administrativo. (Carga horária: 16h).
Centro Universitário do Maranhão, CEUMA, Brasil.

2007 - 2007 Financiamento da Educação: O que muda com o FUNDEB. (Carga horária: 8h).
Confederação Nacional dos Municípios, CNM, Brasil.

2007 - 2007 Imposto de Renda Pessoa Física - Ano 2007. (Carga horária: 2h).
Delegacia da Receita Federal em São Luís, DRF/SLZ, Brasil.

2007 - 2007 III Jornada Internacional de Políticas Públicas. (Carga horária: 24h).
Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

2006 - 2006 Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos. (Carga horária: 16h).
Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.

2006 - 2006 Análise e Planejamento Financeiro. (Carga horária: 15h).
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, Brasil.

2006 - 2006 Lei de Responsabilidade Fiscal II. (Carga horária: 26h).
Senado Federal: Universidade do Legislativo, UNILEGIS, Brasil.

2006 - 2006 Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas. (Carga horária: 20h).
Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.

2006 - 2006 Formação de tutores: Olho Vivo no Dinheiro Público. (Carga horária: 40h).
Controladoria-Geral da União, CGU/PR, Brasil.

2005 - 2005 Orçamento Público: Elaboração e Execução. (Carga horária: 35h).
Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.

2005 - 2005 Lei de Responsabilidade Fiscal I. (Carga horária: 48h).
Senado Federal: Universidade do Legislativo, UNILEGIS, Brasil.

2005 - 2005 Técnicas de Controle Interno. (Carga horária: 28h).
Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF/MF, Brasil.

BURITICUPU-MA
Proc. 0309004/2023
Fls. 30
Rub. AA

2005 - 2005	Contabilidade Pública e E. O. F. (Carga horária: 40h). Franco & Fortes Consultoria, Auditoria e Treinamento, FRANCO & FORTES, Brasil.
2005 - 2005	CPR Contas a Pagar e Receber. (Carga horária: 20h). Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, STN/MF, Brasil.
2005 - 2005	SIAFI Execução Orçamentária e Financeira Básico. (Carga horária: 20h). Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, STN/MF, Brasil.
2005 - 2005	1º Congresso Nacional da UNACON. (Carga horária: 23h). União dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle, UNACON, Brasil.
2005 - 2005	II Seminário Estadual de Controle Interno e Gestão. (Carga horária: 8h). Controladoria-Geral do Estado do Maranhão, CGE/MA, Brasil.
2005 - 2005	II Jornada Internacional de Políticas Públicas. (Carga horária: 32h). Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.
2005 - 2005	Seminário sobre Educação Fiscal. (Carga horária: 4h). Receita Federal do Brasil, RFB, Brasil.
2004 - 2004	Curso de Formação em Auditoria e Fiscalização. (Carga horária: 246h). Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF/MF, Brasil.
2002 - 2002	ICMS - Ciclo de Estudos. (Carga horária: 8h). 'B' Treinamentos, 'B' TREINAMENTOS, Brasil.
1999 - 1999	Sistema Operacional Windows. (Carga horária: 16h). HCG Engenharia de Sistemas, HCG, Brasil.
1999 - 1999	Noções de Internet. (Carga horária: 12h). HCG Engenharia de Sistemas, HCG, Brasil.
1999 - 1999	Microsoft Word. (Carga horária: 16h). HCG Engenharia de Sistemas, HCG, Brasil.
1999 - 1999	Microsoft Power Point. (Carga horária: 16h). HCG Engenharia de Sistemas, HCG, Brasil.
1999 - 1999	Microsoft Access. (Carga horária: 16h). HCG Engenharia de Sistemas, HCG, Brasil.

BUBITICUPU-MA
Proc. 030700/2023
Fis. 21
Rub. 21

Atuação Profissional

Controladoria-Geral da União, CGU/PR, Brasil.

Vínculo institucional

2004 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Auditor, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Outras informações

Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle (AFFC). Atribuições (Lei nº 9.625/1998, art. 22): Planejamento, supervisão, coordenação, orientação e execução (1) das atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, da análise da qualidade do gasto público e da avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização; (2) das atividades relacionadas à prevenção, transparência pública, ouvidoria, correição e apuração de irregularidades na esfera do Poder Executivo Federal; e (3) de outras atividades necessárias ao cumprimento da missão institucional e ao funcionamento do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU.

Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Cursos: Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (28h); Elaboração de editais para aquisições no setor público (14h); Elaboração de termos de referência e projetos básicos para contratação de bens e serviços no setor público (14h).

Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF/MF, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2009

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Instrutor na VI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, realizada pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) e pela Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP). São Luís, 27 a 31 de julho de 2009. Curso: Tomada de Contas Especial (8h).

Escola de Governo do Maranhão, EGMA, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2016

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Outras informações

Curso: Lei de Responsabilidade Fiscal (20h).

Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, FAMIEM, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2015

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Escola de Gestão. Cursos: Licitações e Contratos Administrativos (16h); Licitações e Contratos: aspectos controversos e problemas atuais (8h).

Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2019

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Pós-graduação em em Auditoria e Perícia Contábil. Disciplina: Introdução a Auditoria (30h).

BURITICUPU-MA
Proc. 020600/2023
Fls. 32
Rub. AA

Universidade Estácio de Sá, UNESA, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2011

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Pós-graduação em Contabilidade e Gestão Pública. Disciplina: Sistema de Controle Interno (30h).

Vínculo institucional

2009 - 2011

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Graduação em Ciências Contábeis. Disciplinas: Auditoria I (72h); Auditoria II (72h); Noções de Atuária (36h).

Vínculo institucional

2009 - 2011

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Graduação em Administração. Disciplina: Fundamentos da Administração (72h).

Vínculo institucional

2005 - 2005

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Graduação em Ciências Contábeis. Disciplinas: Orçamento Público (60h); Contabilidade Pública (32h); Contabilidade Geral e Custos (72h); e Controle na Administração Pública (60h).

Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, UNDB, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2011

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Pós-graduação em Contabilidade Pública - UNDB (Imperatriz). Disciplinas: Contabilidade Pública I (40h); Contabilidade Pública II (40h); e Planejamento, Orçamento e Gestão na Administração Pública (40h).

Faculdade JK Serrana (Sobradinho/DF), FAC_JK, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2015

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor

Pós-Graduação em Contabilidade Pública, Auditoria e Controladoria Governamental (em São Luís/MA). Disciplinas: Auditoria Governamental (20h); Controladoria Governamental (20h); Lei de Responsabilidade Fiscal (20h).

Faculdade Horizonte, IESH, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - 2017

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor

Pós-Graduação em Contabilidade Pública, Auditoria, Controladoria Governamental e Docência do Ensino Superior (em São Luís/MA). Disciplina: Auditoria Governamental (20h).

Instituto Certame, ICERTAME, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - Atual

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Cursos: Controle Interno Municipal (16h); Formação de Gestores Municipais (8h); Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (16h); Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (20h); e Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (16h, 20h, 24h, 28h, 32 e 40h)

Curso Wellington - Preparatório para Concursos, CURSO WELLINGTON, Brasil.

Vínculo institucional
2006 - 2006
Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.
Disciplina: Administração Orçamentária e Financeira (8h).

Citações, CITAÇÕES, Brasil.

Vínculo institucional
2012 - Atual
Outras informações

BURITICUPU-MA
Proc. 0208005 2023
Fls. 33
Rub. #

Vínculo: Autor, Enquadramento Funcional: Autor citado
Foi citado nos seguintes trabalhos: // IPEA. Nota Técnica DISET nº 49. Recomendações de alteração no texto do PL 1292/1995. Brasília, 2019. // AGU. Desafios jurídicos a la governanza global: perspectiva para los próximos siglos. A reforma legislativa da contratação pública brasileira, a globalização e o papel da advocacia pública na efetivação dos direitos fundamentais. Brasília-DF: 2017. 1 citação. // BEDRAN, K. M. Artigo. A Declaração de Istambul e o princípio da participação democrática na gestão urbana. Revista do Mestrado em Dir. Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela ESDHC. Brasília, V7, n2, p. 418, 2013. 1 citação. // GAMA JUNIOR, G. P. da, BOUZADA, M. A. Uma proposta alternativa de distribuição orçamentária para as unidades da UFRJ a partir da comparação dos indicadores de duas universidades federais. XXXVII Encontro da ANPAD. 11/09/2013. 1 citação. // FEDACSE/MS. Humanização Plena: importância do ACS. 05/03/2013. 3 citações. // LIMA, T. D. do N. Dissertação de Mestrado. Democracia e participação no contexto local: análise do Orçamento Participativo de São Luís na Gestão 2009-2012. PGPP/UFMA. 2013. 1 citação. // PANATO, M. A. Monografia de Especialização. OP Municipal e o Desinteresse da População no Exercício Cidadão de Participar. Especialização em Gestão Pública Municipal, UTFPR. 2012. 1 citação. // LUCENA, A. Monografia de Graduação. Orçamento Participativo: um estudo de caso no município de São José de Espinharas-PB. UEPB. 29/06/2012. 7 citações. // SILVA, Enos. Monografia de Graduação. Orçamento Participativo: Razões para o insucesso da implantação na cidade de São Luís. UnB. 14/04/2012. 3 citações. // SILVA, José Kaio da. Monografia de Graduação. Análise do processo de planejamento e execução do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba. UEPB. 18/06/2015. 1 citação.

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Contabilidade Pública.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Ciências Contábeis/Especialidade: Auditoria Governamental.
4. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Ciências Contábeis/Especialidade: Orçamento Público.
5. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Ciências Contábeis/Especialidade: Lei de Responsabilidade Fiscal.
6. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Licitações e Contratos Administrativos/Especialidade: Licitações e Contratos Administrativos.

Idiomas

Inglês Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Pouco.
Espanhol Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2019 Eleito Servidor Público Padrão da CGU/Regional-MA no ano de 2019, Controladoria-Geral da União. Regional MA.
2018 Vendedor do Prêmio de Excelência CGU 2018, na categoria Agente Público Destaque, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Produções

Produção bibliográfica

Livros publicados/organizados ou edições

1. ✨ **CRUZ NETO, Nilo**; PÓVOA, Maira Rodrigues ; SPINELLI, M. V. C. ; MARCHESINI, Sibeles Farias . Lei de Responsabilidade Fiscal. 1. ed. Brasília: Controladoria-Geral da União, 2007. v. 1. 70p .
2. ✨ **CRUZ NETO, Nilo**. Contabilidade Avançada: Doutrina, Concursos e Legislação. 1. ed. São Luís: Edição do Autor, 2006. v. 1. 303p .

BURITICUPU-MA
 Proc. 020800/2023
 Fls. 34
 Rub. AA

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **CRUZ NETO, Nilo**. Quatro Anos de Fiscalização por Sorteios Públicos: Desafios e Perspectivas. Jornal Primeira Impressão, São Luís (MA), p. 5 - 5, 01 dez. 2006.
2. **CRUZ NETO, Nilo**. Da Contabilidade à Accountability. Jornal 'O Imparcial', Maranhão, p. 8 - 8, 28 nov. 2006.

Outras produções bibliográficas

1. **CRUZ NETO, Nilo**. A contribuição teórica de Varieties of Capitalism e sua aplicação à realidade brasileira: limites e possibilidades. São Luís: Universidade Cruzeiro do Sul, 2019 (Monografia).
2. **CRUZ NETO, Nilo**. Breves reflexões sobre a formulação da política de incentivo à participação de pequenas empresas nas compras públicas no Brasil: em busca instrumentos analíticos e hipóteses explicativas. Lisboa, Portugal: ISCTE-IUL. Doutorado em Políticas Públicas, 2017 (Artigo).
3. **CRUZ NETO, Nilo**. Método comparativo, abordagens quantitativas e qualitativas e estudos de caso. Lisboa, Portugal: ISCTE-IUL. Doutorado em Políticas Públicas, 2017 (Artigo).
4. **CRUZ NETO, Nilo**. Análise estatística da implementação da política de incentivo às micro e pequenas empresas na contratações públicas no Brasil. Lisboa, Portugal: ISCTE-IUL. Doutorado em Políticas Públicas, 2017 (Artigo).
5. **CRUZ NETO, Nilo**. Entrevista publicada no Caderno da Escola Paulista de Contas Públicas: Licitações para Micro e Pequenas Empresas. São Paulo, SP: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2017 (Artigo).
6. **CRUZ NETO, Nilo**. Ética e procedimento disciplinar no âmbito do Sistema CFC/CRC: Breves considerações a partir do Decreto nº 9.295/1946 e do Código de Ética Profissional do Contador. São Luís: UFMA. Pós-Graduação em Auditoria e Perícia Contábil, 2016 (Artigo).
7. **CRUZ NETO, Nilo**. É válido compromisso arbitral celebrado posteriormente à assinatura de contrato administrativo?. São Luís: UFMA. Pós-Graduação em Auditoria e Perícia Contábil, 2016 (Artigo).
8. **CRUZ NETO, Nilo**. Principais critérios de amostragem em auditorias feitas por órgãos de controle no Estado do Maranhão. São Luís: UFMA. Pós-Graduação em Auditoria e Perícia Contábil, 2016 (Artigo).
9. **CRUZ NETO, Nilo**. O fenômeno das normas estaduais e municipais de licitações e contratos face à competência privativa da União para legislar sobre a matéria. São Luís: Universidade Estácio de Sá. Pós-Graduação em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário, 2016 (Monografia).
10. **CRUZ NETO, Nilo**. Relação entre o Direito e Contabilidade após a Lei nº 11.638/2007. São Luís: UFMA. Pós-Graduação em Auditoria e Perícia Contábil, 2015 (Artigo).
11. **CRUZ NETO, Nilo**. Desvendando a auditoria contábil: elementos introdutórios para a compreensão dos trabalhos de auditoria. São Luís: UFMA. Pós-Graduação em Auditoria e Perícia Contábil, 2015 (Artigo).
12. ✨ **CRUZ NETO, Nilo**. FUNDEB 2012: duro golpe nos estados e nos municípios?
 Ou: dos impactos da redução no valor por aluno sobre a gestão do FUNDEB, sobre as finanças estaduais e municipais e sobre as prestações de contas perante os órgãos de controle, especialmente para os fundos que recebem complementação da União. São Luís: FAMEM. Jornal Oficial dos Municípios. Ano VII. Ed. 898, de 25 de janeiro, 2013 (Artigo).
13. **CRUZ NETO, Nilo**. O auditor e o contador. São Luís: Instituto CERTAME (site), 2011 (Artigo).
14. ✨ **CRUZ NETO, Nilo**. Contratação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS). São Luís: Instituto CERTAME (site), 2011 (Artigo).
15. ✨ **CRUZ NETO, Nilo**. Orçamento Participativo: o Processo de Implementação em São Luís. São Luís: UFMA, 2009 (Dissertação de Mestrado).
16. **CRUZ NETO, Nilo**. Raízes do patrimonialismo no Brasil: Uma visão segundo Sérgio Buarque de Holanda. São Luís: UFMA. Mestrado em Políticas Públicas, 2008 (Artigo).
17. **CRUZ NETO, Nilo**. Avaliação de Implementação - Breves reflexões teórico-metodológicas. São Luís: UFMA. Mestrado em Políticas Públicas, 2008 (Artigo).
18. **CRUZ NETO, Nilo**. Democracia Representativa e Democracia Participativa - breve referencial teórico. São Luís: UFMA. Mestrado em Políticas Públicas, 2008 (Artigo).
19. **CRUZ NETO, Nilo**. Teoria do estado em Marx, Engels e Lênin: Uma breve caracterização. São Luís: UFMA. Mestrado em Políticas Públicas, 2008 (Artigo).
20. **CRUZ NETO, Nilo**. Participação e Controle Social da Administração Pública: teoria e prática no Brasil. São Luís: UFMA. Mestrado em Políticas Públicas, 2008 (Artigo).
21. **CRUZ NETO, Nilo**. Fiscalização - por Sorteios Públicos - de Recursos Federais Aplicados em Âmbito Municipal: Diagnóstico e sugestões à Controladoria-Geral da União com vistas à melhoria na implementação do programa. São Luís: Faculdade Estácio São Luís, 2006 (Monografia).
22. **CRUZ NETO, Nilo**. Contribuição ao Estudo da Demonstração do Valor Adicionado - DVA: O cálculo da riqueza agregada pela entidade. São Luís: UFMA, 2002 (Monografia).

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 2405/2020. Análise de contratações para enfrentamento à pandemia de Covid-19. 2020.
2. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 2410/2020. Análise de contratações para enfrentamento à pandemia de Covid-19. 2020.
3. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 1055/2020. Análise de contratações para enfrentamento à pandemia de Covid-19. 2020.
4. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 1718/2020. Análise de contratações para enfrentamento à pandemia de Covid-19. 2020.
5. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 2924/2020. Análise de contratações para enfrentamento à pandemia de Covid-19. 2020.
6. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 3148/2020. Análise de contratações para enfrentamento à pandemia de Covid-19. 2020.
7. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201902532. Programa: 00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Mata Roma. Local: Mata Roma, MA. 2019.
8. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201902451. Programa: 00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Anapurus. Local: Anapurus, MA. 2019.
9. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201900609. Programa: 00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar. Local: Paço do Lumiar, MA. 2019.
10. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201900332. Programa: 00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Anajatuba. Local: Anajatuba, MA. 2019.
11. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201802042. Programa: 00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Sítio Novo. Local: Sítio Novo, MA. 2019.
12. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 135/2019. Avaliam-se as possibilidades legais e operacionais da utilização do Pregão Eletrônico por municípios maranhenses, com vistas à ampliação da competitividade nas licitações, e à obtenção de preços mais vantajosos para a administração. 2019.
13. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 430/2019. Análise comparativa, no que tange à competitividade, quantidade de empresas participantes, disputa de preços e preços finais adjudicados, entre Pregões Presenciais e Eletrônicos realizados em prefeituras do Maranhão. 2019.
14. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 1204/2019. Análise de processos licitatórios. 2019.
15. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201801586. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Timon. Local: Timon, MA. 2018.
16. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201801571. Programa: 20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Timon. Local: Timon, MA. 2018.
17. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201801546. Programa: 8577 - Piso de Atenção Básica Fixo. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Timon. Local: Timon, MA. 2018.
18. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201801545. Programa: 20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Programa Saúde da Família. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Timon. Local: Timon, MA. 2018.
19. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201801508. Programa: 0E36 - Complementação da União - FUNDEB. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Timon. Local: Timon, MA. 2018.
20. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201801507. Programa: 0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Timon. Local: Timon, MA. 2018.
21. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201801506. Programa: 00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Timon. Local: Timon, MA. 2018.
22. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201800614. Programa: 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior. Unidade Examinada: Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Local: São Luís, MA. 2018.
23. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201701882. Programa: 00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Turiaçu. Local: Turiaçu, MA. 2018.
24. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 1572/2018. Análise de processos licitatórios. 2018.
25. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 1875/2018. Análise de processos licitatórios. 2018.
26. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 2052/2018. Análise de processo de contratação direta sem licitação. 2018.
27. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 3159/2018. Análise de processos licitatórios. 2018.
28. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201701328. Programa: 00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Imperatriz. Local: Imperatriz, MA. 2017.
29. **CRUZ NETO, Nilo.** Nota Técnica CGU/MA nº 1616/2017. Análise de processos licitatórios. 2017.
30. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201601837. Unidade Examinada: SESI Maranhão. Local: São Luís, MA. 2016.
31. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201601578. Programa: 2000 - Administração da Unidade. Unidade Examinada: INCRA - Superintendência Estadual do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2016.

BURITICUPU-MA
Proc. 0308004-2023
Fis. 35
Rub. AA

32. **CRUZ NETO, Nilo.** Demanda externa (CGU). Relatório de Auditoria nº 201600944. Programa: 20YP - Promoção, proteção, vigilância, segurança alimentar e nutricional e recuperação da saúde indígena. Unidade Examinada: Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) - Maranhão. Local: São Luís, MA. 2016.
33. **CRUZ NETO, Nilo.** Relatório de avaliação nacional da execução de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório nº 38: Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica. 2015.
34. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201407329. Unidade Examinada: UFMA - Universidade Federal do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2014.
35. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201407981. Unidade Examinada: SESC - Departamento Regional do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2014.
36. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 034017. Programa: 20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Programa Saúde da Família. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Bela Vista. Local: Bela Vista do Maranhão, MA. 2014.
37. **CRUZ NETO, Nilo.** Relatório de avaliação nacional da execução de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório nº 30: Programa Nacional do Livro Didático. 2014.
38. **CRUZ NETO, Nilo.** Relatório de avaliação nacional da execução de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório nº 27: Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres. 2014.
39. **CRUZ NETO, Nilo.** Relatório de avaliação nacional da execução de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório nº 33: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. 2014.
40. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201315001. Unidade Examinada: INCRA - Superintendência Estadual do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2013.
41. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201308666. Unidade Examinada: CONAB Maranhão (Sede/Sureg). Local: São Luís, MA. 2013.
42. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201306134. Unidade Examinada: 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal. Local: São Luís, MA. 2013.
43. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201303892. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Luís. Local: São Luís, MA. 2013.
44. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201313263. Unidade Examinada: UFMA - Universidade Federal do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2013.
45. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 38018. Programa: 8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Mata Roma. Local: Mata Roma, MA. 2013.
46. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 38018. Programa: 20RQ - Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Mata Roma. Local: Mata Roma, MA. 2013.
47. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 38018. Programa: 0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Mata Roma. Local: Mata Roma, MA. 2013.
48. **CRUZ NETO, Nilo.** Relatório de avaliação nacional da execução de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório nº 23: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. 2013.
49. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201203633. Unidade Examinada: Departamento de Polícia Federal no Estado do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2012.
50. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201208024. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Luís. Local: São Luís, MA. 2012.
51. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201207828. Unidade Examinada: CODOMAR - Companhia Docas do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2012.
52. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205730. Unidade Examinada: FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. Local: São Luís, MA. 2012.
53. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205728. Unidade Examinada: NEMS - Núcleo Estadual do Ministério da Saúde. Local: São Luís, MA. 2012.
54. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205727. Unidade Examinada: SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. Local: São Luís, MA. 2012.
55. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205726. Unidade Examinada: SFA - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2012.
56. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205725. Unidade Examinada: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luís. Local: São Luís, MA. 2012.
57. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205724. Unidade Examinada: SAMF/MA - Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda. Local: São Luís, MA. 2012.
58. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205723. Unidade Examinada: INCRA - Superintendência Estadual do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2012.
59. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205722. Unidade Examinada: Departamento de Polícia Federal no Estado do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2012.
60. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205720. Unidade Examinada: UFMA - Universidade Federal do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2012.
61. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205714. Unidade Examinada: CONAB Maranhão (Sede/Sureg). Local: São Luís, MA. 2012.
62. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205712. Unidade Examinada: 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal. Local: São Luís, MA. 2012.
63. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205596. Unidade Examinada: SENAR - Administração Regional do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2012.
64. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205425. Unidade Examinada: SEBRAE/MA. Local: São Luís, MA. 2012.
- 65.

- CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201205424. Unidade Examinada: SESI - Departamento Regional do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2012.
66. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201201080. Unidade Examinada: Departamento de Polícia Federal no Estado do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2012.
67. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201118367. Programa: 0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Governador Newton Bello. Local: Governador Newton Bello, MA. 2012.
68. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201215438. Programa: 20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Bacuri. Local: Bacuri, MA. 2012.
69. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201212495. Programa: 0136 - Pagamento de Auxílio Doença Previdenciário, Auxílio Doença Acidentário e Auxílio Reclusão - Área Urbana. Unidade Examinada: APS Açailândia. Local: Açailândia, MA. 2012.
70. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201205046. Programa: 0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cidelândia. Local: Cidelândia, MA. 2012.
71. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201205034. Programa: 8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cidelândia. Local: Cidelândia, MA. 2012.
72. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201204627. Programa: 8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Imperatriz. Local: Imperatriz, MA. 2012.
73. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201215852. Programa: 20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Bacuri. Local: Bacuri, MA. 2012.
74. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201109081. Unidade Examinada: 187 Superintendência de Polícia Rodoviária Federal. Local: São Luís, MA. 2011.
75. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 201103154. Unidade Examinada: Departamento de Polícia Federal no Estado do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2011.
76. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 221113. Programa: 8577 - Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros. Unidade Examinada: Araguaã. Local: Araguaã, MA. 2011.
77. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 221111. Programa: 0304 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Araguaã. Local: Araguaã, MA. 2011.
78. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 221110. Programa: 0969 - Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Araguaã. Local: Araguaã, MA. 2011.
79. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 221109. Programa: 0081 - Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos - Fazendo Escola. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Araguaã. Local: Araguaã, MA. 2011.
80. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 221112. Programa: 0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Araguaã. Local: Araguaã, MA. 2011.
81. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 221108. Programa: 0513 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Araguaã. Local: Araguaã, MA. 2011.
82. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 213231. Programa: 8577 - Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Caxias. Local: Caxias, MA. 2011.
83. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 227627. Programa: 8446 - Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Araguaã. Local: Araguaã, MA. 2011.
84. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 227613. Programa: 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica às Famílias. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Araguaã. Local: Araguaã, MA. 2011.
85. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 227612. Programa: 2A61 - Serviços Específicos de Proteção Social Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Araguaã. Local: Araguaã, MA. 2011.
86. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201114202. Programa: 4014 - Censo Escolar da Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura de São Raimundo do Doca Bezerra. Local: São Raimundo do Doca Bezerra, MA. 2011.
87. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201112897. Programa: 8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Raimundo do Doca Bezerra. Local: São Raimundo do Doca Bezerra, MA. 2011.
88. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201112720. Programa: 4046 - Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental. Unidade Examinada: Prefeitura de São Raimundo do Doca Bezerra. Local: São Raimundo do Doca Bezerra, MA. 2011.
89. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201118784. Programa: 20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família. Unidade Examinada: Prefeitura de Governador

BURITICUPU-MA
Proc. 030800/2023
Fis. 38
Rub. AA

Newton Bello. Local: Governador Newton Bello, MA. 2011.

90. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 20111493567. Programa: 0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Pinheiro. Local: Pinheiro, MA. 2011.
91. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201114077. Programa: 0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica. Unidade Examinada: Grupo Escolar Pedro Bezerra. Local: São Raimundo do Doca Bezerra, MA. 2011.
92. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201113978. Programa: 0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Raimundo do Doca Bezerra. Local: São Raimundo do Doca Bezerra, MA. 2011.
93. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201113094. Programa: 0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Raimundo do Doca Bezerra. Local: São Raimundo do Doca Bezerra, MA. 2011.
94. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201111169. Programa: 4725 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs). Unidade Examinada: CAPACITAR. Local: São Luís, MA. 2011.
95. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201110645. Programa: 4725 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs). Unidade Examinada: UNICAPES. Local: São Luís, MA. 2011.
96. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201107586. Programa: 10S6 - Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários. Unidade Examinada: Secretaria Nacional de Habitação - Ministério das Cidades. Local: Arame, MA. 2011.
97. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201107474. Programa: 10S6 - Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários. Unidade Examinada: Secretaria Nacional de Habitação - Ministério das Cidades. Local: Arame, MA. 2011.
98. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201107362. Programa: 10S6 - Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários. Unidade Examinada: Secretaria Nacional de Habitação - Ministério das Cidades. Local: Arame, MA. 2011.
99. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201107251. Programa: 10S6 - Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários. Unidade Examinada: Secretaria Nacional de Habitação - Ministério das Cidades. Local: Arame, MA. 2011.
100. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 201107139. Programa: 10S6 - Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários. Unidade Examinada: Secretaria Nacional de Habitação - Ministério das Cidades. Local: Arame, MA. 2011.
101. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 244104. Unidade Examinada: NEMS - Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Maranhão. Local: São Luís, MA. 2010.
102. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 243209. Unidade Examinada: DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral/Maranhão. Local: São Luís, MA. 2010.
103. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 242339. Unidade Examinada: 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal. Local: São Luís, MA. 2010.
104. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 194738. Programa: 1327 - Expansão e Melhoria da Rede Escolar Estadual do Ensino Médio. Unidade Examinada: Secretaria de Estado da Educação (Governo do Estado do Maranhão). Local: Dom Pedro, MA. 2010.
105. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 193421. Programa: 3861 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Dom Pedro. Local: Dom Pedro, MA. 2010.
106. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 248501. Programa: 09CW - Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Penalva. Local: Penalva, MA. 2010.
107. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 228297. Programa: 3861 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Bequimão. Local: Bequimão, MA. 2010.
108. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 228295. Programa: 3861 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Bequimão. Local: Bequimão, MA. 2010.
109. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 249768. Programa: 0564 - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Penalva. Local: Penalva, MA. 2010.
110. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 249471. Programa: 10SJ - Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Penalva. Local: Penalva, MA. 2010.
111. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 247964. Programa: 4570 - Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: Vitória do Mearim, MA. 2010.
112. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 247963. Programa: 4570 - Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: Vitória do Mearim, MA. 2010.
- 113.

- CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 247962. Programa: 4570 - Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: Vitória do Mearim, MA. 2010.
- 114. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 247890. Programa: 4570 - Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: Dom Pedro, MA. 2010.
- 115. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 247889. Programa: 4570 - Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: Dom Pedro, MA. 2010.
- 116. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 247888. Programa: 4570 - Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: Dom Pedro, MA. 2010.
- 117. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 247887. Programa: 4570 - Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: Dom Pedro, MA. 2010.
- 118. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 247886. Programa: 4570 - Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: Dom Pedro, MA. 2010.
- 119. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 247866. Programa: 4570 - Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: Arari, MA. 2010.
- 120. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 247865. Programa: 4570 - Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: Arari, MA. 2010.
- 121. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 247864. Programa: 4570 - Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: Arari, MA. 2010.
- 122. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 236167. Programa: 202E - Manutenção de Trechos Rodoviários. Unidade Examinada: DNIT - Superintendência Regional do Maranhão. Local: Presidente Dutra, MA. 2010.
- 123. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 236166. Programa: 202E - Manutenção de Trechos Rodoviários. Unidade Examinada: DNIT - Superintendência Regional do Maranhão. Local: Presidente Dutra, MA. 2010.
- 124. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 236159. Programa: 202E - Manutenção de Trechos Rodoviários. Unidade Examinada: DNIT - Superintendência Regional do Maranhão. Local: Presidente Dutra, MA. 2010.
- 125. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 236158. Programa: 202E - Manutenção de Trechos Rodoviários. Unidade Examinada: DNIT - Superintendência Regional do Maranhão. Local: Presidente Dutra, MA. 2010.
- 126. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 251903. Programa: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Bequimão. Local: Bequimão, MA. 2010.
- 127. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 250737. Programa: 2A95 - Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Icatu. Local: Icatu, MA. 2010.
- 128. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 250707. Programa: 2A95 - Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Icatu. Local: Icatu, MA. 2010.
- 129. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 249630. Programa: 11T7 - Implantação de Telecentros para Acesso a Serviços Públicos. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Senador La Rocque. Local: Senador La Rocque, MA. 2010.
- 130. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 249619. Programa: 1851 - Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutura Hídrica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Penalva. Local: Penalva, MA. 2010.
- 131. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 244568. Programa: 8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão. Local: Água Doce do Maranhão, MA. 2010.
- 132. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 244271. Programa: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão. Local: Água Doce do Maranhão, MA. 2010.
- 133. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 244247. Programa: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Água Doce do MA. Local: Água Doce do MA. 2010.
- 134. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 244242. Programa: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Água Doce do MA. Local: Água Doce do MA. 2010.
- 135. CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 244237. Programa: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000

Habitantes, Excluíve de Regiões Metropolitanas cu Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Água Doce do MA. Local: Água Doce do MA. 2010.

136. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 241558. Programa: REUNI e Expansão Universitária. Unidade Examinada: IFMA Campus Pinheiro. Local: Pinheiro, MA. 2010.
137. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 241557. Programa: REUNI e Expansão Universitária. Unidade Examinada: IFMA Campus Barra do Corda. Local: Barra do Corda, MA. 2010.
138. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 241556. Programa: REUNI e Expansão Universitária. Unidade Examinada: IFMA Campus Buriticupu. Local: Buriticupu, MA. 2010.
139. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 241555. Programa: REUNI e Expansão Universitária. Unidade Examinada: IFMA Campus Santa Inês. Local: Santa Inês, MA. 2010.
140. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 241480. Programa: REUNI e Expansão Universitária. Unidade Examinada: IFMA Campus Pinheiro. Local: Pinheiro, MA. 2010.
141. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 241479. Programa: REUNI e Expansão Universitária. Unidade Examinada: IFMA Campus Barra do Corda. Local: Barra do Corda, MA. 2010.
142. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 241478. Programa: REUNI e Expansão Universitária. Unidade Examinada: IFMA Campus Buriticupu. Local: Buriticupu, MA. 2010.
143. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 241477. Programa: REUNI e Expansão Universitária. Unidade Examinada: IFMA Campus Santa Inês. Local: Santa Inês, MA. 2010.
144. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 241363. Programa: REUNI e Expansão Universitária. Unidade Examinada: IFMA Campus Pinheiro. Local: Pinheiro, MA. 2010.
145. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 241362. Programa: REUNI e Expansão Universitária. Unidade Examinada: IFMA Campus Barra do Corda. Local: Barra do Corda, MA. 2010.
146. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 241361. Programa: REUNI e Expansão Universitária. Unidade Examinada: IFMA Campus Buriticupu. Local: Buriticupu, MA. 2010.
147. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 241360. Programa: REUNI e Expansão Universitária. Unidade Examinada: IFMA Campus Santa Inês. Local: Santa Inês, MA. 2010.
148. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 240215. Programa: FGTS. Unidade Examinada: Caixa Econômica Federal. Local: Paço do Lumiar, MA. 2010.
149. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 240214. Programa: FGTS. Unidade Examinada: Caixa Econômica Federal. Local: Icatu, MA. 2010.
150. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 240162. Programa: FGTS. Unidade Examinada: Caixa Econômica Federal. Local: São Luís, MA. 2010.
151. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 235414. Programa: Luz para Todos. Unidade Examinada: CEMAR - Companhia Energética do Maranhão. Local: Dom Pedro, MA. 2010.
152. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 235400. Programa: Luz para Todos. Unidade Examinada: CEMAR - Companhia Energética do Maranhão. Local: Arame, MA. 2010.
153. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 235399. Programa: Luz para Todos. Unidade Examinada: CEMAR - Companhia Energética do Maranhão. Local: Arame, MA. 2010.
154. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 222442. Unidade Examinada: CODOMAR - Companhia Docas do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2009.
155. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 226133. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Presidente Vargas. Local: Presidente Vargas, MA. 2009.
156. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 223467. Unidade Examinada: CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2009.
157. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 234605. Programa: 109A - Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios com até 100.000 Habitantes. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Urbano Santos. Local: Urbano Santos, MA. 2009.
158. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 225592. Programa: 09EL - Apoio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço Escolar. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Bento. Local: São Bento, MA. 2009.
159. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 225006. Programa: 0969 - Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Bento. Local: São Bento, MA. 2009.
160. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 227210. Programa: 0564 - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Bento. Local: São Bento, MA. 2009.
161. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 234426. Programa: 0E53 - Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Urbano Santos. Local: Urbano Santos, MA. 2009.
162. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 226241. Programa: 10SJ - Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Presidente Vargas. Local: Presidente Vargas, MA. 2009.
163. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 225591. Programa: 0E53 - Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Bento. Local: São Bento, MA. 2009.
164. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 234438. Programa: 0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Urbano Santos. Local: Urbano Santos, MA. 2009.

165. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 233342. Programa: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Urbano Santos. Local: Urbano Santos, MA. 2009.
166. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 233282. Programa: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Urbano Santos. Local: Urbano Santos, MA. 2009.
167. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 233280. Programa: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Urbano Santos. Local: Urbano Santos, MA. 2009.
168. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 228094. Programa: 1056 - Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários. Unidade Examinada: Secretaria Nacional de Habitação - Ministério das Cidades. Local: São Luís, MA. 2009.
169. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 226837. Programa: 0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Bento. Local: São Bento, MA. 2009.
170. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 226034. Programa: 2424 - Fiscalização em Telecomunicações. Unidade Examinada: ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações. Local: Presidente Vargas, MA. 2009.
171. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 225996. Programa: 2424 - Fiscalização em Telecomunicações. Unidade Examinada: ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações. Local: Presidente Vargas, MA. 2009.
172. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 228325. Programa: Incentivos da Lei Rouanet. Unidade Examinada: Fundação José Sarney. Local: São Luís, MA. 2009.
173. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 228311. Programa: Incentivos da Lei Rouanet. Unidade Examinada: Fundação José Sarney. Local: São Luís, MA. 2009.
174. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 228310. Programa: Incentivos da Lei Rouanet. Unidade Examinada: Fundação José Sarney. Local: São Luís, MA. 2009.
175. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 228309. Programa: Incentivos da Lei Rouanet. Unidade Examinada: Fundação José Sarney. Local: São Luís, MA. 2009.
176. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 228308. Programa: Incentivos da Lei Rouanet. Unidade Examinada: Fundação José Sarney. Local: São Luís, MA. 2009.
177. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 208357. Unidade Examinada: SFA - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2008.
178. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 208254. Unidade Examinada: SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. Local: São Luís, MA. 2008.
179. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 213228. Programa: 3868 - Modernização e Adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Caxias. Local: Caxias, MA. 2008.
180. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 196860. Programa: 3861 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Icatu. Local: Icatu, MA. 2007.
181. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 192485. Programa: 4464 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - Implantação. Unidade Examinada: Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural CENTRU. Local: Imperatriz, MA. 2007.
182. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 197380. Programa: 109A - Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios com até 100.000 Habitantes. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Icatu. Local: Icatu, MA. 2007.
183. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 197379. Programa: 109A - Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Municípios com até 100.000 Habitantes. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Icatu. Local: Icatu, MA. 2007.
184. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 193434. Programa: 3861 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Dom Pedro. Local: Dom Pedro, MA. 2007.
185. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 195227. Programa: 4464 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - Implantação. Unidade Examinada: INCRA - Superintendência Regional do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2007.
186. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 195226. Programa: 4464 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - Implantação. Unidade Examinada: Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural CENTRU. Local: Imperatriz, MA. 2007.
187. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 197388. Programa: 8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Icatu. Local: Icatu, MA. 2007.
188. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 175125. Unidade Examinada: UFMA - Universidade Federal do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2006.
189. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 174995. Unidade Examinada: SAMF - Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda. Local: São Luís, MA. 2006.
190. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 174636. Unidade Examinada: FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. Local: São Luís, MA. 2006.
191. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 174501. Unidade Examinada: SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. Local: São Luís, MA. 2006.

192. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 183908. Unidade Examinada: FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. Local: São Luís, MA. 2006.
193. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 183882. Unidade Examinada: NEMS - Núcleo Estadual do Ministério da Saúde. Local: São Luís, MA. 2006.
194. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 174957. Unidade Examinada: UFMA - Universidade Federal do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2005.
195. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 151260. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Graça Aranha. Local: Graça Aranha, MA. 2005.
196. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 160831. Unidade Examinada: EAF - Escola Agrotécnica Federal de Codó. Local: Codó, MA. 2005.
197. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 160704. Unidade Examinada: UFMA - Universidade Federal do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2005.
198. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 160457. Unidade Examinada: SPU - Superintendência do Patrimônio da União. Local: São Luís, MA. 2005.
199. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 160427. Unidade Examinada: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luís. Local: São Luís, MA. 2005.
200. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 168087. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Jatobá. Local: Jatobá, MA. 2005.
201. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 166751. Unidade Examinada: Alfândega/RFB - Porto de São Luís. Local: São Luís, MA. 2005.
202. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 166263. Unidade Examinada: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz. Local: Imperatriz, MA. 2005.
203. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 166262. Unidade Examinada: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luís. Local: São Luís, MA. 2005.
204. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 166231. Unidade Examinada: SAMF - BURITICUPU-MA Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda. Local: São Luís, MA. 2005.
205. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 166201. Unidade Examinada: SPU Superintendência do Patrimônio da União. Local: São Luís, MA. 2005.
206. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 166173. Unidade Examinada: SFA - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2005.
207. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 169750. Programa: 2957 - Fomento a Projetos de Manejo e Conservação de Recursos Hídricos. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Jatobá. Local: Jatobá, MA. 2005.
208. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 165597. Programa: 5528 - Ações de Saneamento Básico em Pequenas Localidades. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Caxias. Local: Caxias, MA. 2005.
209. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 165295. Programa: 5450 - Implantação de Infra-Estrutura Esportiva em Comunidades Carentes. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Caxias. Local: Caxias, MA. 2005.
210. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 171942. Programa: 5877 - Ampliação do Porto do Itaqui. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2005.
211. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 171940. Programa: 5344 - Construção de Trechos Ferroviários no Corredor Araguaia-Tocantins. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2005.
212. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 171939. Programa: 5344 - Construção de Trechos Ferroviários no Corredor Araguaia-Tocantins. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2005.
213. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 165085. Programa: 1920 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Caxias. Local: Caxias, MA. 2005.
214. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 165081. Programa: 1920 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Caxias. Local: Caxias, MA. 2005.
215. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 165080. Programa: 1920 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Caxias. Local: Caxias, MA. 2005.
216. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 213229. Programa: 6042 - Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis por Vetores e Zoonoses. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Caxias. Local: Caxias, MA. 2005.
217. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 213227. Programa: 0808 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica em Saúde. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Caxias. Local: Caxias, MA. 2005.
218. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 213226. Programa: 0832 - Apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Caxias. Local: Caxias, MA. 2005.
219. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 171956. Programa: 121B - Construção de Instalação Portuária para Inspeção Fitossanitária no Porto do Itaqui (MA) - Crédito Extraordinário. Unidade Examinada: Governo do Estado do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2005.
220. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 172199. Programa: 1545 - Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural. Unidade Examinada: Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Governo do Maranhão). Local: São Luís, MA. 2005.

BURITICUPU-MA
 Proc. 0308001 2023
 Fis. 42
 Rub. AA

221. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 169577. Programa: 2272 - Gestão e Administração do Programa. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Jatobá. Local: Jatobá, MA. 2005.
222. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 164954. Programa: 5398 - Funcionamento de Centros Públicos de Atendimento à Juventude. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Caxias. Local: Caxias, MA. 2005.
223. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 150834. Unidade Examinada: Departamento de Polícia Federal no Estado do Maranhão. Local: São Luís, MA. 2004.
224. **CRUZ NETO, Nilo.** Auditoria Regular (CGU). Relatório de Auditoria nº 149163. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão. Local: São Luís Gonzaga do Maranhão, MA. 2004.
225. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 150207. Programa: 0062 - Concessão de Crédito-instalação às Famílias Assentadas. Unidade Examinada: INCRA - Superintendência Estadual do Maranhão. Local: São Luís Gonzaga do Maranhão, MA. 2004.
226. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 150206. Programa: 0062 - Concessão de Crédito-instalação às Famílias Assentadas. Unidade Examinada: INCRA - Superintendência Estadual do Maranhão. Local: São Luís Gonzaga do Maranhão, MA. 2004.
227. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 159424. Programa: 1494 - Estímulo à Produção Agropecuária. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
228. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 159423. Programa: 1494 - Estímulo à Produção Agropecuária. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
229. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 159422. Programa: 1494 - Estímulo à Produção Agropecuária. Unidade Examinada: Caixa Econômica Federal. Local: Cantanhede, MA. 2004.
230. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 159265. Programa: 1920 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
231. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 159264. Programa: 1920 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
232. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 159162. Programa: 3958 - Melhoria das Condições de Habitabilidade. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
233. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 159158. Programa: 3969 - Implantação de Serviços de Saneamento Básico em Municípios com População de até 75.000 Habitantes. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
234. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 158891. Programa: 2331 - Aquisição e Distribuição de Material Didático para a Educação Infantil. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
235. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 158125. Programa: 3859 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
236. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 158106. Programa: 3859 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
237. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 158104. Programa: 3859 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
238. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 158055. Programa: 3859 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
239. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 157967. Programa: 3859 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
240. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 157966. Programa: 3859 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
241. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 157580. Programa: 1823 - Implantação, Aquecimento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
242. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 157579. Programa: 1823 - Implantação, Aquecimento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Cantanhede. Local: Cantanhede, MA. 2004.
243. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 156807. Programa: 1327 - Expansão e Melhoria da Rede Escolar Estadual do Ensino Médio. Unidade Examinada: Secretaria de Estado da Educação (Governo do Estado do Maranhão). Local: Bacabal, MA. 2004.
244. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 156589. Programa: 0515 - PDDE Dinheiro Direto na Escola. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Arari. Local: Arari, MA. 2004.
245. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 155967. Programa: 0515 - PDDE Dinheiro Direto na Escola. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Bacabal. Local: Bacabal,

BUBITICUPU-MA
Proc. 0508004-2023
Pis. 43
Rub. JA

MA. 2004.

246. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 149700. Programa: 1920 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Luís Gonzaga do Maranhão. Local: São Luís Gonzaga do Maranhão, MA. 2004.
247. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 149684. Programa: 3958 - Melhoria das Condições de Habitabilidade. Unidade Examinada: Local: São Luís Gonzaga do Maranhão, MA. 2004.
248. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 149683. Programa: 3958 - Melhoria das Condições de Habitabilidade. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão. Local: São Luís Gonzaga do Maranhão, MA. 2004.
249. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 148579. Programa: 3859 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão. Local: São Luís Gonzaga do Maranhão, MA. 2004.
250. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 147932. Programa: 1823 - Implantação, Aquecimento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão. Local: São Luís Gonzaga do Maranhão, MA. 2004.
251. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 156819. Programa: 4014 - Censo Escolar da Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Bacabal. Local: Bacabal, MA. 2004.
252. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 156076. Programa: 0513 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Bacabal. Local: Bacabal, MA. 2004.
253. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 154267. Programa: 0060 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Bolsa Família). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Pedreiras. Local: Pedreiras, MA. 2004.
254. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 154266. Programa: 0060 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Bolsa Família). Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de Pedreiras. Local: Pedreiras, MA. 2004.
255. **CRUZ NETO, Nilo.** Fiscalização de Programas do Governo Federal (CGU). Relatório de Fiscalização/OS nº 149922. Programa: 0648 - Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda. Unidade Examinada: Prefeitura Municipal de São Luís Gonzaga do MA. Local: São Luís Gonzaga do Maranhão, MA. 2004.

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001/2023
Fis. 144
Rub. 144

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista concedida ao jornalista Clóvis Cabalau, da TV Mirante (Afiliada Globo no MA), no programa Bom Dia Mirante de 04/11/2020. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
2. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista concedida ao professor Rafael Sérgio Lima de Oliveira, da ENAP. Parte 1. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
3. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista concedida ao professor Rafael Sérgio Lima de Oliveira, da ENAP. Parte 2. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
4. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista concedida à ENAP. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
5. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista com o professor Ronaldo Corrêa. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
6. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista com o professor e Subprocurador-Geral do MP-TCU Lucas Rocha Furtado. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
7. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista com o professor e Ministro do TCU Augusto Nardes. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
8. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista com a professora Cláudia de Oliveira Cruz Carvalho. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
9. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista concedida ao Portal Licitação & Contrato. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
10. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista com o professor Henrique Savonitti Miranda. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
11. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista com o professor Renato Fenili. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
12. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista concedida ao Jornal 'O Quarto Poder'. 2011. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
13. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista concedida à FAMEM. 2011. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
14. **CRUZ NETO, Nilo.** Entrevista concedida do Jornal 'O Contabilista', do Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão. 2006. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

Demais tipos de produção técnica

1. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2021. .
2. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). Teresina (PI). 2021. .
3. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2021. .
4. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2020. .
5. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2020. .
6. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). Teresina (PI). 2020. .
7. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2020. .

8. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Contratações públicas em tempos de pandemia (08 horas; Instituto Certame EAD - Plataforma Zoom). 2020. .
9. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Contratações públicas em tempos de pandemia (08 horas; Instituto Certame EAD - Plataforma Zoom). 2020. .
10. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Contratações públicas em tempos de pandemia (08 horas; Instituto Certame EAD - Plataforma Zoom). 2020. .
11. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Pregão Eletrônico em prefeituras: formação e atualização de pregoeiros (16 horas; Instituto Certame EAD - Plataforma Zoom). 2020. .
12. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Pregão Eletrônico em prefeituras: formação e atualização de pregoeiros (16 horas; Instituto Certame EAD - Plataforma Zoom). 2020. .
13. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Pregão Eletrônico em prefeituras: formação e atualização de pregoeiros (16 horas; Instituto Certame EAD - Plataforma Zoom). 2020. .
14. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Estudos Técnicos Preliminares (08 horas; Instituto Certame EAD - Plataforma Zoom). 2020. .
15. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Pregão Eletrônico para Empresas (10 horas; Instituto Certame EAD - Plataforma Zoom). 2020. .
16. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Aspectos avançados de licitações e contratos (29 horas; Instituto Certame EAD - Plataforma Zoom). 2020. .
17. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Pregão Eletrônico com Comprasnet - TCE/PI in company (16 horas; Instituto Certame EAD - Plataforma Zoom). 2020. .
18. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame EAD - Plataforma Zoom). Teresina (PI). 2020. .
19. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2019. .
20. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Gestão e Fiscalização de Contratos + Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (24 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2019. .
21. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Gestão e Fiscalização de Contratos + Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (24 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2019. .
22. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). Manaus (AM). 2019. .
23. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). Marabá (PA). 2019. .
24. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2019. .
25. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2019. .
26. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). Fortaleza (CE). 2019. .
27. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2019. .
28. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). Porto Velho (RO). 2019. .
29. **CRUZ NETO, Nilo.** Oficina ministrada no Seminário 'MP na Defesa Republicana do Patrimônio Público', intitulada 'Técnicas de detecção de fraudes em licitações' (04 horas; Ministério Público do Maranhão). São Luís (MA). 2019. .
30. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Gestão e Fiscalização de Contratos (16 horas; SESC). São Luís (MA). 2019. .
31. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado: Como identificar irregularidades em licitações municipais (14 horas; MPF/PA). Belém (PA). 2019. .
32. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Gestão e Fiscalização de Contratos + Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (24 horas; Instituto Certame). Imperatriz (MA). 2018. .
33. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2018. .
34. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). Teresina (PI). 2018. .
35. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). Palmas (TO). 2018. .
36. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2018. .
37. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). Macapá (AP). 2018. .
38. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2018. .
39. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). Marabá (PA). 2018. .
40. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (16 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2018. .
41. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (40 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2018. .
42. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Gestão e Fiscalização de Contratos + Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (24 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2018. .
43. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado: Como identificar irregularidades em licitações municipais (17 horas; CGU, MPF/MA, MPE/MA e TCE/MA). São Luís (MA). 2018. .
- 44.

BURITICUPU-MA
Proc. 0208001/2023
Fase: AS
Rub. AA

- CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2017. .
45. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2017. .
46. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). Teresina (PI). 2017. .
47. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2017. .
48. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2017. .
49. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (20 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2017. .
50. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (20 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2017. .
51. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação - A visão dos órgãos de controle (16 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2017. .
52. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação - A visão dos órgãos de controle (16 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2017. .
53. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (20 horas; Instituto Certame). Teresina (PI). 2017. .
54. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2017. .
55. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2017. .
56. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2016. .
57. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2016. .
58. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). Teresina (PI). 2016. .
59. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2016. .
60. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Lei de Responsabilidade Fiscal (20 horas; Escola de Governo do Maranhão). São Luís (MA). 2016. .
61. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2016. .
62. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (16 horas; EBSERH HU/UFMA). São Luís (MA). 2016. .
63. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas (12 horas; EBSERH - HU/UFMA). São Luís (MA). 2016. .
64. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2016. .
65. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2016. .
66. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros (32 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2016. .
67. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2015. .
68. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2015. .
69. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2015. .
70. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2015. .
71. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). Imperatriz (MA). 2015. .
72. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). Teresina (PI). 2015. .
73. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). Belém (PA). 2015. .
74. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (32 horas; CCL-MA, PM-MA e outros). São Luís (MA). 2015. .
75. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (32 horas; CCL-MA, PM-MA e outros). São Luís (MA). 2015. .
76. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (32 horas; CCL-MA, PM-MA e outros). São Luís (MA). 2015. .
77. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações Sustentáveis (04 horas; Conselho Municipal de Meio Ambiente). Imperatriz (MA). 2015. .
78. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Elaboração de Editais para Aquisições no Setor Público (14 horas; ENAP e UFPA). Belém (PA). 2015. .
79. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2015. .
- 80.

BURITICUPU-MA
Proc. 0506001 2023
Fis. U b
Rub. 

- CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações e Contratos: aspectos controversos e problemas atuais (8 horas; FAMEM). São Luís (MA). 2015. .
81. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (32 horas; CCL-MA, EMARHP e Gabinete do Governador). São Luís (MA). 2015. .
82. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2015. .
83. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Lei de Responsabilidade Fiscal (20 horas; Escola de Governo do Maranhão). São Luís (MA). 2015. .
84. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (32 horas; DETRAN-MA). São Luís (MA). 2015. .
85. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2014. .
86. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de RDC Regime Diferenciado de Contratações (16 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2014. .
87. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2014. .
88. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Controle Interno Municipal (16 horas; Instituto Certame). Imperatriz (MA). 2014. .
89. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (24 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2014. .
90. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (24 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2014. .
91. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (28 horas; Instituto Certame). Teresina (PI). 2014. .
92. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Controle Interno Municipal (16 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2014. .
93. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (24 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2013. .
94. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (24 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2013. .
95. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (24 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2013. .
96. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (24 horas; Instituto Certame). Imperatriz (MA). 2013. .
97. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (24 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2013. .
98. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado sobre o Funcionamento do SUS em âmbito municipal (08 horas; Conselho Municipal de Saúde). São José de Ribamar (MA). 2013. .
99. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Formação de Gestores Municipais (08 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2013. .
100. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (24 horas; Instituto Certame). Teresina (PI). 2013. .
101. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (20 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2012. .
102. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (20 horas; Instituto Certame). Imperatriz (MA). 2012. .
103. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (24 horas; Instituto Certame). Teresina (PI). 2012. .
104. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (24 horas; Prefeitura Municipal de São Sebast. da Grama/SP). 2012. .
105. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (24 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2012. .
106. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Gestão e Fiscalização de Licitações e Contratos (24 horas; CGU). São Luís (MA). 2012. .
107. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (24 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2012. .
108. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (20 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2011. .
109. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (20 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2011. .
110. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (20 horas; Instituto Certame). Fortaleza (CE). 2011. .
111. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações, Contratos Administrativos e Convênios (20 horas; Secretaria de Turismo do Maranhão). São Luís (MA). 2011. .
112. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações e Formações de Pregoeiros (16 horas; FAMEM). São Luís (MA). 2010. .
113. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações e Contratos Administrativos (16 horas; Instituto Sapiens). Imperatriz (MA). 2010. .
114. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações e Contratos Administrativos (16 horas; Instituto Certame). Teresina (PI). 2010. .
115. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Licitações e Contratos Administrativos (16 horas; Instituto Certame). São Luís (MA). 2010. .
116. **CRUZ NETO, Nilo.** Curso ministrado de Prestação de Contas na Administração Pública (8 horas; Instituto Sapiens). Imperatriz (MA). 2009. .

BURITICUPU-MA
Proc. 0508001 2023
Rub. 117

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

BURITICUPU-MA
Proc. 020800 - 2023
Fls. 18
Rub. AA

Mestrado

1. **CRUZ NETO, Nilo**; SANTOS, R. A.; SACRAMENTO, A. R. S.; SILVA, M. A. M. D.. Participação em banca de Arnaldo Guilherme de Oliveira. A (des)coordenação entre os órgãos de controle da administração pública: estudo de caso sobre a inter-relação entre as ações em prol da governança do TCU e o PROFIT da CGU. 2017. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Federal da Bahia.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **CRUZ NETO, Nilo**; ARAUJO, M. E. R.; GOMES, F. M. M.. Participação em banca de Jessica Leocadio Costa. Análise dos relatórios de auditoria das Universidades Federais da região Nordeste do Brasil publicados pela CGU nos anos de 2018 e 2019. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Auditoria e Perícia Contábil) - Universidade Federal do Maranhão.
2. **CRUZ NETO, Nilo**; ARAUJO, M. E. R.; PONTES, W. L.. Participação em banca de Thaissa Gomes Ribeiro. Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal: Um estudo de caso sobre a implementação do SCDP na Universidade Federal do Maranhão. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Auditoria e Perícia Contábil) - Universidade Federal do Maranhão.
3. **CRUZ NETO, Nilo**; ARAUJO, M. E. R.; MOREIRA, F. G. L.. Participação em banca de Milena Raquel Cordeiro Alves. Um estudo sobre os tipos de pareceres de auditoria com opinião modificada e paragrafo de ênfase emitidos das maiores empresas de 2018. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Auditoria e Perícia Contábil) - Universidade Federal do Maranhão.
4. **CRUZ NETO, Nilo**; ARAUJO, M. E. R.; GOMES, F. M. M.. Participação em banca de Joao Antonio Alexandrino da Silva Martins Pinto. Uma análise das ressalvas presentes nos relatórios de auditoria independente dos clubes de futebol do Campeonato Brasileiro da Série A de 2017 a 2019. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Auditoria e Perícia Contábil) - Universidade Federal do Maranhão.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **CRUZ NETO, Nilo**; HEILMANN, Maria de Jesus R. A.; SEREJO, P. M. S.. Participação em banca de André Luiz da Costa Santos Reis. A Parceria Público-Privada no Poder Judiciário e o CNJ: reflexões a respeito das (im)possibilidades, vantagens e consequências para o jurisdicionado brasileiro. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Maranhão.
2. **CRUZ NETO, Nilo**; HEILMANN, Maria de Jesus R. A.; SEREJO, P. M. S.. Participação em banca de Marlos Regis Coelho Lima Filho. Crimes de malversação de verbas do FUNDEB no Decreto-Lei nº 201/67: instrumentalizando a população para identificar e denunciar as condutas ilícitas dos prefeitos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Maranhão.
3. **CRUZ NETO, Nilo**; HEILMANN, Maria de Jesus R. A.; FURTADO, J. R. C.. Participação em banca de Wesllen Cunha Garcia. Contratos administrativos de prestação de serviços: fragilização do vínculo contratual advindo da restrição à aplicação da exceção do contrato não cumprido. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Maranhão.
4. **CRUZ NETO, Nilo**; HEILMANN, Maria de Jesus R. A.; HEILMANN, Luiz Felipe Pinto. Participação em banca de Víctor Augusto Ferreira da Silva Sousa. O Sistema de Registro de Preços e a Análise do Processo de Adesão às Atas de Registro de Preços. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Maranhão.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1. **CRUZ NETO, Nilo**. Membro da banca de pareceristas (revisão duplo-cega) para publicação de artigos na Revista da CGU (e-ISSN 2595-668X). Brasília. Volume 11. Nº 18. Jan/Jun. 2019. CGU.
2. **CRUZ NETO, Nilo**. Membro da banca de pareceristas (revisão duplo-cega) para publicação de artigos na Revista da CGU (e-ISSN 2595-668X). Brasília. Volume 11. Nº 19. Jul/Dez. 2019. CGU.
3. **CRUZ NETO, Nilo**. Membro da banca de pareceristas (revisão duplo-cega) para publicação de artigos na Revista da CGU (e-ISSN 2595-668X). Brasília. Volume 11. Nº 20. Ago/Dez. 2019. CGU.
4. **CRUZ NETO, Nilo**. Membro da banca de pareceristas (revisão duplo-cega) para publicação de artigos na Revista da CGU (ISSN 1981-674X). Brasília. Volume 10. Nº 16. Jan/Jun. 2018. CGU.
5. **CRUZ NETO, Nilo**. Membro da banca de pareceristas (revisão duplo-cega) para publicação de artigos na Revista da CGU (e-ISSN 2595-668X). Brasília. Volume 10. Nº 17. Jul/Dez. 2018. CGU.
6. **CRUZ NETO, Nilo**. Membro da banca de pareceristas (revisão duplo-cega) para publicação de artigos na Revista da CGU (ISSN 1981-674X). Brasília. Volume 9. Nº 14. Jan/Jun. 2017. CGU.
- 7.

- CRUZ NETO, Nilo.** Membro da banca de pareceristas (revisão duplo-cega) para publicação de artigos na Revista da CGU (ISSN 1981-674X). Brasília. Volume 9. Nº 15. Jul/Dez. 2017. CGU.
8. **CRUZ NETO, Nilo.** Membro da banca de pareceristas (revisão duplo-cega) para publicação de artigos na Revista da CGU (ISSN 1981-674X). Brasília. Volume 8. Nº 12. Jul/Dez. 2016. CGU.
9. **CRUZ NETO, Nilo.** Membro da banca de pareceristas (revisão duplo-cega) para publicação de artigos na Revista da CGU (ISSN 1981-674X). Brasília. Volume 8. Nº 13. Jul/Dez. 2016. CGU.
10. **CRUZ NETO, Nilo.** Membro da banca de pareceristas (revisão duplo-cega) para publicação de artigos na Revista da CGU (ISSN 1981-674X). Brasília. Volume 7. Nº 11. Jul/Dez. 2015. CGU.
11. **CRUZ NETO, Nilo.** Membro da comissão avaliadora dos trabalhos inscritos no VIII Encontro Maranhense de Contabilidade. 2015. Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão.
12. **CRUZ NETO, Nilo.** Membro da banca de pareceristas (revisão duplo-cega) para publicação de artigos na Revista da CGU (ISSN 1981-674X). Brasília. Volume 7. Nº 10. Jan/Jun. 2015. CGU.
13. **CRUZ NETO, Nilo; RAMOS, P. R. A.; SILVA FILHO, M. P.; BENTO, L. V..** Membro da comissão regional de análise de redações de prêmio da CGU, relacionado ao Dia Internacional contra a Corrupção, que teve como tema: participação social e combate à corrupção no Brasil. 2014.
14. **CRUZ NETO, Nilo; MACHADO, A.; QUEIROZ, J. D.; VERAS, K. F. A.; BRITO, M. S..** Membro da comissão julgadora regional (MA) do 2º Concurso Nacional de Redação e Desenho, promovido pela Controladoria-Geral da União. 2008. CGU.

BURITICUPU-MA
 Proc. 0308005 2023
 Fis. 49
 Rub. JA

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Palestra proferida à Diretoria de Integridade e outros servidores do Ministério da Saúde, em 07/08/2020. Licitações para obras e serviços de engenharia. Evento EAD (Plataforma Teams). 2020. (Seminário).
2. Palestra proferida à OAB-Piauí, por meio da Escola Superior de Advocacia (ESAPI), em 01/10/2020. O enfrentamento da calandragem pública pelo Gestor sob a ótica dos órgãos de controle. 2020. (Seminário).
3. Palestra proferida na XVIII Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate e à Lavagem de Dinheiro, em 04/12/2020. Atuação da Rede de Controle do MA no estímulo à utilização do Pregão Eletrônico nas Prefeituras. 2020. (Seminário).
4. Palestras proferidas à Diretoria de Integridade e outros servidores do Ministério da Saúde, nos dias 24/07/2020 e 29/07/2020. Estudos Técnicos Preliminares e planejamento da contratação. Evento EAD (Plataforma Teams). 2020. (Seminário).
5. Palestra proferida na Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão (SES-MA). Pregão Eletrônico nas aquisições na área da Saúde. São Luís (MA). 2019. (Seminário).
6. Palestra proferida no Serviço Social do Comércio (SESC-MA). Aspectos relevantes no Regulamento de licitações do SESC. 2019. (Seminário).
7. Palestra proferida no IX Encontro Maranhense de Contabilidade (CRC-MA). A importância da Contabilidade Pública no controle, aplicação e prestação de contas dos recursos públicos. São Luís (MA). 2017. (Seminário).
8. Palestra proferida no Seminário Aspectos Controversos em Licitações e Contratos (ENAP). Divergência de entendimentos nos Tribunais de Contas em matéria de licitações e contratos. Brasília (DF). 2017. (Seminário).
9. Palestra proferida no Seminário de Comemoração ao Dia do Contabilista (FAESF). Contabilidade, Auditoria e o Escândalo da Petrobrás. Pedreiras (MA). 2015. (Seminário).
10. Palestra proferida no I Encontro Maranhense de Licitações e Contratos (CGU e TCE/MA). Execução de Contratos. São Luís (MA). 2014. (Seminário).
11. Palestra proferida no I Encontro Maranhense de Obras Públicas (CGU, TCU e CAIXA). Regime Diferenciado de Contratações - RDC com o foco em obras públicas. São Luís (MA). 2014. (Seminário).
12. Palestras proferidas nos Seminários Município em Foco (FAMEM). Compras Governamentais e Formalização de Convênios com o Governo Federal. Imperatriz (MA) e Balsas (MA). 2013. (Seminário).
13. Palestra proferida no Seminário de Integração do Estado com os Municípios (Governo do Estado do MA). O Programa de Fiscalização da CGU a partir de Sorteios Públicos e o Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal. São Luís (MA). 2012. (Seminário).
14. Palestras proferidas no Seminário: Desafios, Perspectivas e Limites da Gestão Pública Municipal (FAMEM). Gestão de pessoas na administração pública. São Luís (MA). 2012. (Outra).
15. Palestra proferida no âmbito do PNLD - Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Ministério da Justiça e Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão). O Combate à Corrupção nas Prefeituras do Brasil. São Luís (MA). 2009. (Seminário).
16. Palestra proferida no II Cido de Palestras de Administração Pública (UNISULMA). Controle Interno Federal: A atuação da Controladoria-Geral da União. Imperatriz (MA). 2009. (Seminário).
17. Palestra proferida no II Fórum de Educação do Baixo Parnaíba (Faculdade do Baixo Parnaíba). Mesa Redonda tratando do tema: Direito à educação, políticas públicas e processos educativos - uma análise das representações sociais e seus atores. Chapadinha (MA). 2009. (Seminário).
18. Palestra proferida no Seminário de Gestão Pública Responsável (Instituto Ecovida). A relação institucional entre a CGU e outros órgãos de controle. São Luís (MA). 2009. (Seminário).
19. Palestra proferida no Simpósio: O papel das instituições no combate à corrupção (CGU/UNDB). São Luís (MA). 2009. (Simpósio).
20. Palestra proferida no I Cido de Palestras de Gestão Municipal (FAMEM). Balanço das Auditorias e Fiscalizações da CGU no Estado do Maranhão? Principais Irregularidades Encontradas e Soluções. São Luís (MA). 2008. (Seminário).
21. Palestra proferida no IV Módulo de Agentes Populares de Direito (SMDH). São Benedito do Rio Preto (MA). 2008. (Seminário).

22. Palestra proferida no Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal (CGU). Controle interno da Gestão Pública. São Luís (MA). 2008. (Seminário).
23. Palestra proferida no Programa Olho Vivo no Dinheiro Público (CGU). Santa Inês (MA). 2008. (Seminário).
24. Palestra proferida no Curso de Capacitação em Administração Pública (Centro Educacional La Salle). Planejamento, Controle e Fiscalização de Políticas Públicas. Presidente Médici (MA). 2007. (Seminário).
25. Palestra proferida no I Seminário de Gestão na Área Pública (CRC/MA). A Contabilidade como Instrumento de Transparência Governamental. São Luís (MA). 2007. (Seminário).
26. Palestra proferida no IV Encontro de Negócios (Faculdade São Luís). Transparência Governamental: teoria e prática no Brasil. São Luís (MA). 2007. (Seminário).
27. Palestra proferida no Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal (CGU). Nova Colinas (MA). 2007. (Seminário).
28. Palestra proferida no Dia Internacional de Combate à Corrupção (CGU). Mobilização e qualificação para o controle social. São Luís (MA). 2006. (Seminário).
29. Palestra proferida no I Congresso de Contadores, Estudantes e Empresários do Sul do Maranhão (UNIBALSAS). Contabilidade Pública. Balsas (MA). 2006. (Seminário).
30. Palestra proferida no MBA de Contabilidade Pública (INESUL). A Controladoria-Geral da União e a fiscalização de prefeituras no Brasil. São Luís (MA). 2006. (Outra).
31. Palestra proferida no Programa Olho Vivo no Dinheiro Público (CGU). Bacabal (MA). 2006. (Seminário).
32. Palestra proferida no Programa Olho Vivo no Dinheiro Público (CGU). Itapecuru-Mirim (MA). 2006. (Seminário).

BURITICUPU-MA
 Proc. 0308002 2023
 Fis. 50
 Rub. AA

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. João Antônio Alexandrino da Silva Martins Pinto. Uma análise das ressalvas presentes nos relatórios de auditoria independente dos clubes de futebol do Campeonato Brasileiro da Série A de 2017 a 2019. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Auditoria e Perícia Contábil) - Universidade Federal do Maranhão. Orientador: Nilo Cruz Neto.
2. Thaíssa Gomes Ribeiro. Sistema de Concessão de Diárias e Passagens Do Governo Federal: um estudo de caso sobre a implantação do SCDP na Universidade Federal do Maranhão. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Auditoria e Perícia Contábil) - Universidade Federal do Maranhão. Orientador: Nilo Cruz Neto.
3. Jessica Leocádio Costa. Análise dos relatórios de auditoria das universidades federais da região Nordeste do Brasil publicados pela CGU nos anos de 2018 e 2019. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Auditoria e Perícia Contábil) - Universidade Federal do Maranhão. Orientador: Nilo Cruz Neto.
4. Milena Raquel Cordeiro Alves. Um estudo sobre os tipos de pareceres de auditoria com opinião modificada e parágrafo de ênfase emitidos das maiores empresas de 2018. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Auditoria e Perícia Contábil) - Universidade Federal do Maranhão. Orientador: Nilo Cruz Neto.
5. Celismar Mota Saldanha. Principais problemas encontrados nas licitações realizadas pelo Município de Açailândia, MA. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Contabilidade Pública) - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco. Orientador: Nilo Cruz Neto.
6. Emerson Maxime Nogueira Fernandes. O processo de licitação na gestão pública municipal. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Contabilidade Pública) - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco. Orientador: Nilo Cruz Neto.
7. José Fernandes da Conceição. O princípio da individualização da pena em relação ao parágrafo 1º do artigo 5º da Lei 10.028/2000, e sua flagrante inconstitucionalidade. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Contabilidade Pública) - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco. Orientador: Nilo Cruz Neto.

Orientações de outra natureza

1. Andréa Nilcy Araújo Lopes. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
2. Babernak Santos Oliveira. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
3. Elinalda Rodrigues Correia. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
4. André Luís Ferreira Gomes. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
5. Walkson Ferreira Marques. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
6. Carlinete Costa. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
7. Carlos Henrique Rodrigues Aquino. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
8. Ana Carolina dos Santos Leonardo. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
9. Antonio Nonato Vaz Gomes. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.

10. Carlos Alberto Alves Pereira. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
11. Davi Furtado Mota. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
12. Diogo Bezerra dos Santos. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
13. Fabiana de Sousa Brito. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
14. João Benedito Vale dos Santos. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
15. Jocié Santos Leal. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
16. José Costa Ferreira Araújo Neto. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
17. Kelma Lima Martins. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
18. Moisés de Jesus Serra Araújo. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
19. Sérgio Eduardo Leal Costa. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.
20. Lauricleide dos Santos Batista. Orientação de Estágio. 2010. Orientação de outra natureza. (Ciências Contábeis) - Universidade Estácio de Sá. Orientador: Nilo Cruz Neto.

BURITICUPU-MA
Proc. 206001 2023
Fls. 51
Rub. AA

Outras informações relevantes

Administrador (CRA-MA nº 3549). Contador (CRC-MA nº 8580/0). Economista (Corecon-MA nº 1652). // Eleito Servidor Público Padrão da CGU/Regional-MA no ano de 2019. // Vencedor do Prêmio de Excelência CGU 2018, na categoria Agente Público Destaque. Referência elogiosa do Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União no Boletim de Serviço Eletrônico da CGU, em 13/12/2018. // Mestrado em Políticas Públicas (UFMA) reconhecido em Portugal pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) em 12/01/2017, em conformidade com a legislação daquele país: DL nº 341/2007, Portaria MCTES nº 29/2008 e Deliberação CRGE/DEGES nº 2.156/2009. // Aprovado em Processo Seletivo para Instrutor da EGMA - Escola de Governo do Maranhão, regido pelo Edital CSL/SEGEP nº 01/2015 (DOE-MA 20/10/2015, P. Executivo, pgs. 56 e 57). // Aprovado no 15º Exame de Qualificação Técnica Geral (QTG) do CFC para habilitação como Auditor Externo e Independente (DOU 24/09/2015, S3, pgs. 208-210). // Aprovado em Processos Seletivos para Instrutor da ENAP, regidos pelos Editais DDG/CGPROG/ENAP nºs 04/2015 e 05/2015. // Aprovado em Processo Seletivo para Professor Substituto da UFMA, conforme Edital PROEN nº 21, de 22/01/2015 (DOU 23/01/2015, S3, pg. 32). // Participou da Operação Pau-de-Arara (combate à corrupção no transporte escolar), da CGU, MPE e MPJTCE/MA (MA, 2014). // Participou das seguintes operações conjuntas CGU/Polícia Federal, de combate à corrupção: Rapina IV (MA, 2010); Thysanura (PI, 2010); Donatário (MA, 2011); Álien (MA, 2013); Satélites (PI, 2019); Cobiça Fatal 1 e 2 (MA, 2020); e Oficina Desmascarada (MA, 2020). // Aprovado em Concurso para Auditor da Controladoria-Geral da União, conforme Edital ESAF nº 54, de 30/06/2004 (DOU 02/07/2004, S3, pgs. 143-144). // Aprovado no 6º Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (para registro como Contador), realizado em 29/09/2002.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

Rua Santa Luzia nº 732 - Centro/RJ

Tels: (021) 3824-3520/3824-3530

CNPJ 27.532.498/0001-90

BURITICUPU-MA
Proc. 008001 2023
Fls. 52
Rub. AA**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 05/2021**

Nos termos do requerimento de atestado de capacidade técnica que deu origem ao procedimento administrativo nº **40/100.637/2021**, no interesse de **A B XAVIER TREINAMENTOS (INSTITUTO CERTAME)**, CNPJ nº **11.699.032/0001-09**, com sede na Rua dos Guarás nº 1 – Loja 01 - Edifício Fernando de Aguiar Lopes – Ponta do Farol – São Luis/MA, e, após análise dos elementos constantes dos autos do processo nº **40/100.491/2021** (Art. 25, II c/c art. 13, VI da Lei Federal nº 8.666/93 - Valor R\$ 5.560,00);

Declaramos para os devidos fins, que a referida empresa foi contratada para ministrar o curso de Licitações e Contratos, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas, nos dias 04 a 07 de maio de 2021, na modalidade EAD, com acesso à plataforma Zoom, para 05 (cinco) servidores deste **TRIBUNAL de CONTAS**;

Tudo realizado de forma satisfatória para este **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, cumprindo com as obrigações contratuais assumidas, não existindo em nossos arquivos, até a presente data, fatos que desabonem a conduta e a respeitabilidade dessa empresa.

A presente certidão contém 01 (uma) folha sem emendas ou rasuras, que vai assinada por mim, Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2021.

HELENO CHAVES MONTEIRO

Secretário-Geral de Administração

Matr. 41/902.107-9 SGA/TCMRJ



COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para os devidos fins, que a empresa A B Xavier Treinamentos (Instituto Certame), CNPJ 11.669.032/0001-09, ministrou o curso de "Curso de Licitações e Contratos de acordo com a Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)", nos dias 13 a 15 de setembro 2021, no IEMA de Açailândia/MA, com carga horária de 24 horas.

40 colaboradores da Prefeitura participaram no evento.

A ementa do curso constitui anexo deste Atestado.

Açailândia/MA, 21 de outubro de 2021.

Simone Pereira Carvalho dos Santos
Presidente da Comissão Central de Licitação
Portaria nº 443/2021- GAB

Prefeitura Municipal de Açailândia

Av. Santa Luzia s/nº Parque das Nações CEP 65 930-000 Açailândia Maranhão Brasil



Documento assinado eletronicamente por Simone Pereira Carvalho dos Santos, Presidente da CCL, em 21/10/2021 14:55:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.acailandia.ma.gov.br/validador>, informando o código verificador:
DOC-986130414338



COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

EMENTA Módulo I: Entendendo a Nova Lei de Licitações

Contexto de surgimento da Nova Lei. Vigência da Nova Lei. Período de transição e utilização facultativa. Prazo limite para adoção da Nova Lei. O que acontece com os contratos celebrados nos dois primeiros anos de vigência da Nova Lei? Considerações gerais e comparação sucinta com as Leis nºs 8.666/1993, 10.520/2020 e 12.462/2011. Âmbito de aplicação. Edição de atos normativos para regulamentação da Nova Lei. Possibilidade de entes subnacionais utilizarem a regulamentação federal. É possível aplicar a nova lei desde já? As previsões de normatização via regulamento. O Portal Nacional de Contratação Pública

Módulo II: Introdução às licitações segundo a Nova Lei

Modalidades de licitação e critérios de escolha. Escolhendo a modalidade adequada. Formalização dos processos licitatórios em geral. Artefatos de planejamento da contratação: visão geral. Existência de dotação orçamentária suficiente. Pesquisa preliminar de preços. Cesta de preços aceitáveis e normas de pesquisa preliminar de preços. Objetos da licitação: alienações, compras, obras e serviços. Compras: padronização e indicação de marcas. Exigência de amostras. O Edital. Valor estimado x valor máximo: existe diferença? Publicação do ato convocatório: veículos de publicação e interregnos. Impugnação do Edital pelo cidadão e pelo licitante. Habilitação Jurídica. Qualificação Econômico-Financeira. Qualificação Técnica. Documentos que nunca podem ser dispensados. Novos documentos exigidos na Lei nº 14.133/2021. Impactos da nova lei sobre as ME/EPP. Preços inexequíveis na contratação de obras, serviços e na aquisição de bens. Novidade na definição do objeto. A utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra. Exigência de mão-de-obra formada por mulheres vítimas de violência doméstica, ou empregados oriundos ou egressos do sistema prisional. Possibilidade de exigência certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro). Adjudicação e homologação: procedimentos e responsabilidades. Recursos Administrativos. Revogação e Anulação do processo licitatório. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

Módulo III: O Pregão e a Concorrência na Nova Lei de Licitações

Pregão eletrônico x Pregão Presencial x Concorrência: ainda existem diferenças essenciais no procedimento? Entendendo o Pregão e a Concorrência. Múltiplas configurações e modos de disputa aberto, fechado e combinados. Conceito de bens e serviços comuns e especiais. Pregão para aquisição de equipamentos de informática. Fase preparatória. Termo de Referência. Termo de Referência x Projeto Básico. Pregoeiro, equipe de apoio e agentes de compras: atribuições e responsabilidades. Papel da autoridade administrativa. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Pregão e Concorrência: fase externa.

Prefeitura Municipal de Açailândia

Av. Santa Luzia s/nº Parque das Nações CEP 65 930-000 Açailândia Maranhão Brasil



Documento assinado eletronicamente por Simone Pereira Carvalho dos Santos, Presidente da CCL, em 21/10/2021 14:55:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.acailandia.ma.gov.br/validador>, informando o código verificador.
DOC-986130414338



COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Módulo IV: Pregão para Registro de Preços

Fundamento legal e regulamentação pelos entes federativos. Definição do sistema de registro de preços. Hipóteses de utilização. Vantagens e desvantagens. Tipos de licitação. Características da licitação para registro de preços. Planejamento da contratação e o SRP. Disponibilidade orçamentária. Procedimento prévio da Intenção de Registro de Preços – IRP. Prazo. Obrigatoriedade. Análise pelo gerenciador. Consolidação do quantitativo e da pesquisa de preços. Inclusão de participante após a IRP. Órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante. Ata de Registro de Preços. Vigência máxima da ata. Alteração quantitativa e qualitativa do objeto registrado. Adesões de órgãos/entidades não participantes (caronas). Os órgãos de controle e a evolução do instituto (visão atual). Limites global e individual. Requisitos previstos no Decreto Federal n.º 9.488/2018. Adesão vertical. Identidade entre o objeto registrado e aquele fornecido ao aderente.

Módulo V: Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência

Planejamento da contratação. Formalização da demanda. Equipe de planejamento da contratação. Estudo técnico preliminar. Abrangência. Vigência. Segundo a norma, o ETP não é obrigatório quando? Visão geral dos elementos constitutivos do ETP. Qual a melhor forma de elaborar um ETP? Metodologia sugerida: 3 eixos constitutivos. Eixo 1: eixo da necessidade. Eixo 2: eixo das soluções. Eixo 3: eixo da solução. Questões específicas relacionadas ao levantamento de mercado, especificação restritiva, mínimo de 03 anos de serviços executados nos contratos de DEMO, quantidade compatível, parcelamento etc. V: Prática de elaboração de ETP e SistemaETP Digital. Mapa de riscos. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Declaração do Objeto. Fundamentação da contratação. Descrição da solução como um todo. Requisitos da contratação. Modelo de execução do objeto. Modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento. Forma de seleção do fornecedor. Critérios de seleção do fornecedor. Estimativa de preços e preços referenciais. Adequação orçamentária.

Módulo VI: Como fazer pesquisa preliminar de preços

Pesquisa preliminar de preços. Normas e jurisprudência. Fontes de pesquisa e cesta de preços aceitáveis. Cautelas na cotação de preços. Quando usar a média, a mediana e o menor preço. Fazendo pesquisa a partir do Painel de Preços do Comprasnet. Outras opções pagas e gratuitas de pesquisa de preços. Consultas ao Mural de Contratos do SACOP. Preços na pandemia, como pesquisar? Simulações práticas de pesquisas preliminares de preços.

Módulo VII: Dispensa de licitação (art. 75 da Nova Lei de Licitações)

Dispensa em função do valor. Os novos limites da Lei nº 14.133/2021. Níveis de aferição do fracionamento nas dispensas em função do valor. A questão dos serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante. Dispensa nos casos de licitação





COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

deserta ou fracassada. Dispensa nos casos de emergência ou de calamidade pública. Dispensa para aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico.

Módulo VIII: Inexigibilidade de licitação (art. 74 da Nova Lei de Licitações)

A inviabilidade de competição como pressuposto geral. Hipóteses dos incisos como situações meramente exemplificativas. Contratação de fornecedor e prestador de serviços exclusivo. O problema dos atestados. Abastecimento de água e coleta de esgoto. Compra de livros, revistas e jornais. Serviços técnicos especializados: observância da singularidade do objeto e da notória especialização. O que muda com a nova lei? Contratos de prestação de serviços, avaliação de imóveis, consultoria, assessoria jurídica, serviços contábeis etc. Locação ou compra de imóveis na Nova Lei de Licitações. Contratação de professores, conferencistas ou instrutores, diretamente ou por intermédio de empresas. Profissional artístico consagrado: insubsistência de cartas de exclusividade com especificação de dias e locais específicos. Pertinência da escolha do profissional em relação à natureza e porte do evento e razoabilidade do valor da contratação. Hipóteses de aplicação: contratação dos correios para serviços abrangidos pelo monopólio postal. Inexigibilidade por credenciamento. (Im)possibilidade de contratação de telefonia por inexigibilidade de licitação.

Módulo IX: O procedimento de contratação direta (art. 72 da Nova Lei de Licitações)

Documento de formalização de demanda. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso. Quantidade de serviço a ser contratada. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços. Estudos técnicos preliminares (ETP). Gerenciamento de riscos (GR). Pesquisa Preliminar de Preços. Termo de referência (TR). Questões sensíveis relacionadas à elaboração do ETP. Afinal, o órgão deve ou não comprar o melhor produto das galáxias? Mapa de riscos, Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo. Papel e importância de cada artefato de contratação. Como fazer pesquisa preliminar de preços. O que diz a nova Lei? Fontes de pesquisa e cesta de preços aceitáveis. Cautelas na cotação de preços. O parecer jurídico é obrigatório nos processos de contratação direta? Previsão de dotação orçamentária. Exigências de habilitação aplicadas ao processo de contratação direta. Razão da escolha do contratado. Justificativa de preço. Autorização da autoridade competente. Publicidade no processo de contratação direta. O Sítio Eletrônico Oficial.

Módulo X: Mudanças essenciais nos contratos administrativos.

Eficácia e vigência dos contratos. Contrato verbal. Casos de substituição do contrato pela nota de empenho. Formalização dos contratos: instrumentos de contratação e cláusulas obrigatórias. Cláusulas comuns ao termo de referência, ao edital e ao contrato. Convocação de licitante remanescente na Nova Lei de Licitações. Eficácia do contrato: marco de início. Vigência do contrato e garantia do produto, serviço ou obras. Garantia contratual: caução, seguro-garantia ou fiança





COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

bancária. Hipóteses de utilização da garantia contratual. Garantia e ordem de preferência na aplicação de multas. Momentos de exigência e de devolução da garantia. Execução do contrato: regimes de execução. Subcontratação permitida. Vedação da subcontratação total e da parcela principal do objeto. Documentos a exigir da subcontratada.

Módulo XI: Alterações contratuais

Casos de modificação contratual via aditamento e via apostila. Diferença entre correção monetária e compensação financeira. Reajuste de preços: previsão editalícia, adoção de índice pertinente, marco inicial de contagem e concessão automática (de ofício). Reajuste nos contratos de obras. Reajuste-repactuação: serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Como repactuar serviços e insumos no mesmo contrato? Repactuação e preclusão lógica. Reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento ou revisão: álea extraordinária. Caso fortuito, força maior, fato do príncipe, aumento de tributos. Variação no preço dos produtos do contrato. Participação nos lucros. Prorrogação de prazo: necessidade de previsão no edital ou contrato. Comprovação da vantagem na prorrogação e a especificidade dos serviços contínuos. Vedações de prorrogação de prazo. Prorrogação e contratação direta.

Módulo XII: Sanções administrativas

Sanções administrativas na Nova Lei de Licitações: advertência, multa, impedimento e declaração de inidoneidade. Quem determina a abertura do processo de apenação? Quem é a autoridade responsável por aplicar tais sanções? Como instruir o processo? Necessidade de defesa prévia e cuidados na notificação. Integração da NLL com a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e fraudes nos contratos: processo administrativo com singularidades.





BUBITICUPU-MA
Proc. 020800k 2023
Fls. 28
Rub. *JK*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para os devidos fins, que a empresa A. B. Xavier Treinamentos (Instituto Certame), CNPJ 11.669.032/0001-09, ofereceu satisfatoriamente a este órgão o curso "Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)", com carga-horária de 30 horas, realizado nesta cidade, no auditório da Associação Comercial (ACIACCA), nos dias 05 a 09 de julho de 2021.

40 colaboradores deste órgão participaram do evento.

A ementa do curso encontra-se em anexo.

Canaã dos Carajás (PA), 09 de julho de 2021.



Douglas Ferreira Santana
Presidente CPL
Port. 513/2020-GP

São Luís (MA), 17 de maio de 2021.

De: Arianne Barros Xavier
Diretora do Instituto Certame

À Comissão Permanente de Licitação
Canaã dos Carajás/PA

PROPOSTA DE CURSO FECHADO

NOME DO CURSO

Licitações e Contratos de acordo com a Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)

PÚBLICO-ALVO

Agentes públicos que possuam responsabilidades sobre licitações e contratos administrativos. Membros de Comissões de Licitação e de áreas correlatas. Pregoeiros e membros da equipe de apoio. Profissionais da área de Administração Pública, Gestores, Contadores, Assessores Jurídicos, Engenheiros etc. Auditores e servidores de órgãos de Controle Interno. Supervisores e gerentes de empresas fornecedoras do setor público etc.

CARGA HORÁRIA

Total: 30 horas.

CERTIFICADO

- Licitações e Contratos de acordo com a Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Além da carga-horária, os certificados informarão o conteúdo ministrado.

Os certificados serão emitidos aos participantes que obtiverem, no mínimo, 75% de presença.

EMENTA

Módulo I: Entendendo a Nova Lei de Licitações

Contexto de surgimento da Nova Lei. Vigência da Nova Lei. Período de transição e utilização facultativa. Prazo limite para adoção da Nova Lei. O que acontece com os contratos celebrados nos dois primeiros anos de vigência da Nova Lei? Considerações gerais e comparação sucinta com as Leis nºs 8.666/1993, 10.520/2020 e 12.462/2011. Âmbito de aplicação. Edição de atos normativos para regulamentação da Nova Lei. Possibilidade de entes subnacionais utilizarem a regulamentação federal. É possível aplicar a nova lei desde já? As previsões de normatização via regulamento. O Portal Nacional de Contratação Pública

Módulo II: Introdução às licitações segundo a Nova Lei

Modalidades de licitação e critérios de escolha. Escolhendo a modalidade adequada. Formalização dos processos licitatórios em geral. Artefatos de planejamento da contratação: visão geral. Existência de dotação orçamentária suficiente. Pesquisa preliminar de preços. Cesta de preços aceitáveis e normas de pesquisa preliminar de preços. Objetos da licitação: alienações, compras, obras e serviços. Compras: padronização e indicação de marcas. Exigência de amostras. O Edital. Valor estimado x valor máximo: existe diferença? Publicação do ato convocatório: veículos

de publicação e interregnos. Impugnação do Edital pelo cidadão e pelo licitante. Habilitação Jurídica. Qualificação Econômico-Financeira. Qualificação Técnica. Documentos que nunca podem ser dispensados. Novos documentos exigidos na Lei nº 14.133/2021. Impactos da nova lei sobre as ME/EPP. Preços inexequíveis na contratação de obras, serviços e na aquisição de bens. Novidade na definição do objeto. A utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra. Exigência de mão-de-obra formada por mulheres vítimas de violência doméstica, ou empregados oriundos ou egressos do sistema prisional. Possibilidade de exigência certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro). Adjudicação e homologação: procedimentos e responsabilidades. Recursos Administrativos. Revogação e Anulação do processo licitatório. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

Módulo III: O Pregão e a Concorrência na Nova Lei de Licitações

Pregão eletrônico x Pregão Presencial x Concorrência: ainda existem diferenças essenciais no procedimento? Entendendo o Pregão e a Concorrência. Múltiplas configurações e modos de disputa aberto, fechado e combinados. Conceito de bens e serviços comuns e especiais. Pregão para aquisição de equipamentos de informática. Fase preparatória. Termo de Referência. Termo de Referência x Projeto Básico. Pregoeiro, equipe de apoio e agentes de compras: atribuições e responsabilidades. Papel da autoridade administrativa. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Pregão e Concorrência: fase externa.

Módulo IV: Pregão para Registro de Preços

Fundamento legal e regulamentação pelos entes federativos. Definição do sistema de registro de preços. Hipóteses de utilização. Vantagens e desvantagens. Tipos de licitação. Características da licitação para registro de preços. Planejamento da contratação e o SRP. Disponibilidade orçamentária. Procedimento prévio da Intenção de Registro de Preços – IRP. Prazo. Obrigatoriedade. Análise pelo gerenciador. Consolidação do quantitativo e da pesquisa de preços. Inclusão de participante após a IRP. Órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante. Ata de Registro de Preços. Vigência máxima da ata. Alteração quantitativa e qualitativa do objeto registrado. Adesões de órgãos/entidades não participantes (caronas). Os órgãos de controle e a evolução do instituto (visão atual). Limites global e individual. Requisitos previstos no Decreto Federal n.o 9.488/2018. Adesão vertical. Identidade entre o objeto registrado e aquele fornecido ao aderente.

Módulo V: Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência

Planejamento da contratação. Formalização da demanda. Equipe de planejamento da contratação. Estudo técnico preliminar. Abrangência. Vigência. Segundo a norma, o ETP não é obrigatório quando? Visão geral dos elementos constitutivos do ETP. Qual a melhor forma de elaborar um ETP? Metodologia sugerida: 3 eixos constitutivos. Eixo 1: eixo da necessidade. Eixo 2: eixo das soluções. Eixo 3: eixo da solução. Questões específicas relacionadas ao levantamento de mercado, especificação restritiva, mínimo de 03 anos de serviços executados nos contratos de DEMO, quantidade compatível, parcelamento etc. V: Prática de elaboração de ETP e Sistema ETP Digital. Mapa de riscos. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Declaração do Objeto. Fundamentação da contratação. Descrição da solução como um todo. Requisitos da contratação. Modelo de execução do objeto. Modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento. Forma de seleção do fornecedor. Critérios de seleção do fornecedor. Estimativa de preços e preços referenciais. Adequação orçamentária.

Módulo VI: Como fazer pesquisa preliminar de preços

Pesquisa preliminar de preços. Normas e jurisprudência. Fontes de pesquisa e cesta de preços aceitáveis. Cautelas na cotação de preços. Quando usar a média, a mediana e o menor preço. Fazendo pesquisa a partir do Painel de Preços do Compranet. Outras opções pagas e gratuitas de pesquisa de preços. Consultas ao Mural de Contratos do SACOP. Preços na pandemia, como pesquisar? Simulações práticas de pesquisas preliminares de preços.

Módulo VII: Dispensa de licitação (art. 75 da Nova Lei de Licitações)

Dispensa em função do valor. Os novos limites da Lei nº 14.133/2021. Níveis de aferição do fracionamento nas dispensas em função do valor. A questão dos serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante. Dispensa nos casos de licitação deserta ou fracassada. Dispensa nos casos de emergência ou de calamidade pública. Dispensa para aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico.

Módulo VIII: Inexigibilidade de licitação (art. 74 da Nova Lei de Licitações)

A inviabilidade de competição como pressuposto geral. Hipóteses dos incisos como situações meramente exemplificativas. Contratação de fornecedor e prestador de serviços exclusivo. O problema dos atestados. Abastecimento de água e coleta de esgoto. Compra de livros, revistas e jornais. Serviços técnicos especializados: observância da singularidade do objeto e da notória especialização. O que muda com a nova lei? Contratos de prestação de serviços, avaliação de imóveis, consultoria, assessoria jurídica, serviços contábeis etc. Locação ou

compra de imóveis na Nova Lei de Licitações. Contratação de professores, conferencistas ou instrutores, diretamente ou por intermédio de empresas. Profissional artístico consagrado: insubsistência de cartas de exclusividade com especificação de dias e locais específicos. Pertinência da escolha do profissional em relação à natureza e porte do evento e razoabilidade do valor da contratação. Hipóteses de aplicação: contratação dos correios para serviços abrangidos pelo monopólio postal. Inexigibilidade por credenciamento. (Im)possibilidade de contratação de telefonia por inexigibilidade de licitação.

Módulo IX: O procedimento de contratação direta (art. 72 da Nova Lei de Licitações)

Documento de formalização de demanda. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso. Quantidade de serviço a ser contratada. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços. Estudos técnicos preliminares (ETP). Gerenciamento de riscos (GR). Pesquisa Preliminar de Preços. Termo de referência (TR). Questões sensíveis relacionadas à elaboração do ETP. Afinal, o órgão deve ou não comprar o melhor produto das galáxias? Mapa de riscos, Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo. Papel e importância de cada artefato de contratação. Como fazer pesquisa preliminar de preços. O que diz a nova Lei? Fontes de pesquisa e cesta de preços aceitáveis. Cautelas na cotação de preços. O parecer jurídico é obrigatório nos processos de contratação direta? Previsão de dotação orçamentária. Exigências de habilitação aplicadas ao processo de contratação direta. Razão da escolha do contratado. Justificativa de preço. Autorização da autoridade competente. Publicidade no processo de contratação direta. O Sítio Eletrônico Oficial.

Módulo X: Mudanças essenciais nos contratos administrativos.

Eficácia e vigência dos contratos. Contrato verbal. Casos de substituição do contrato pela nota de empenho. Formalização dos contratos: instrumentos de contratação e cláusulas obrigatórias. Cláusulas comuns ao termo de referência, ao edital e ao contrato. Convocação de licitante remanescente na Nova Lei de Licitações. Eficácia do contrato: marco de início. Vigência do contrato e garantia do produto, serviço ou obras. Garantia contratual: caução, seguro-garantia ou fiança bancária. Hipóteses de utilização da garantia contratual. Garantia e ordem de preferência na aplicação de multas. Momentos de exigência e de devolução da garantia. Execução do contrato: regimes de execução. Subcontratação permitida. Vedação da subcontratação total e da parcela principal do objeto. Documentos a exigir da subcontratada.

Módulo XI: Alterações contratuais

Casos de modificação contratual via aditamento e via apostila. Diferença entre correção monetária e compensação financeira. Reajuste de preços: previsão editalícia, adoção de índice pertinente, marco inicial de contagem e concessão automática (de ofício). Reajuste nos contratos de obras. Reajuste-repactuação: serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Como repactuar serviços e insumos no mesmo contrato? Repactuação e preclusão lógica. Reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento ou revisão: álea extraordinária. Caso fortuito, força maior, fato do príncipe, aumento de tributos. Variação no preço dos produtos do contrato. Participação nos lucros. Prorrogação de prazo: necessidade de previsão no edital ou contrato. Comprovação da vantagem na prorrogação e a especificidade dos serviços contínuos. Vedações de prorrogação de prazo. Prorrogação e contratação direta.

Módulo XII: Sanções administrativas

Sanções administrativas na Nova Lei de Licitações: advertência, multa, impedimento e declaração de inidoneidade. Quem determina a abertura do processo de apenação? Quem é a autoridade responsável por aplicar tais sanções? Como instruir o processo? Necessidade de defesa prévia e cuidados na notificação. Integração da NLL com a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e fraudes nos contratos: processo administrativo com singularidades.

INSTRUTOR

– Prof. Msc. Nilo Cruz Neto.

Doutorando em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em Portugal. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduado em Políticas Públicas pelo ISCTE-IUL (*Advanced Postgraduate Diploma in Public Policy*). Pós-graduado em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduado em Auditoria e Perícia Contábil pela UFMA.

Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Auditor externo e independente (QTG/CNAI/CFC). Administrador, Contador e Economista.

Concluiu o curso de formação executiva sobre "Melhores práticas em contratação pública" na Universidade de Roma II (*Università degli Studi di Roma Tor Vergata*, Itália), com incursões à Consip (Central de Compras do

Governo da Itália) e à *Autorità Nazionale Anticorruzione* daquele país, como parte do Ciclo Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal, oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP, do Ministério da Economia), onde também atua como professor.

Atuou como professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Universidade Estácio de Sá, da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), e da Faculdade JK (DF); e como instrutor da Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda (ESAF/MF, extinta), da Escola de Governo do Maranhão (EGMA), da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA) e da Escola de Gestão Municipal da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM).

Ministra cursos e profere palestras nas áreas de Auditoria, Controle Interno Governamental, Controle Social, Gestão Municipal, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Licitações e Contratos Administrativos, tendo formado mais de 4.000 pregoeiros por todo o Brasil.

Autor do livro *Contabilidade Avançada* (ISBN nº 9788590657903). Responsável pelo sítio www.lrf.com.br. É membro do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Membro associado à ABOP - Associação Brasileira de Orçamento Público. Membro efetivo do IBDT - Instituto Brasileiro de Direito Tributário.

INVESTIMENTO

	Valor por participante	Público Previsto	Investimento
Licitações e Contratos de acordo com a Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)		32 + 08 cortesias	
TOTAL			

O Investimento inclui:

- Kit ecológico: Pasta, Bloco de Anotações, Caneta etc;
- Apostila impressa contendo a legislação e a apresentação do professor;
- Insumos de prevenção ao Covid-19 (máscaras e álcool 70° INPM);
- Certificado.

DATAS E HORARIOS

05 a 09 de julho de 2021. Das 08:30h às 11:30h; Das 14:00h às 17:00h. Em Canaã dos Carajás/PA.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

Espaço sob responsabilidade do Contratante, assim como equipamentos necessários à realização do curso (Data show, e, se for o caso, microfone, operador de áudio, sonorização, etc).

CANCELAMENTOS E SUBSTITUICOES

A substituição do inscrito deverá ser preferencialmente comunicada até o segundo dia que antecede ao evento. Não haverá restituição ao interessado que não cancelar previamente sua participação e não comparecer ao curso, sendo devido ao Instituto Certame o valor integral da inscrição paga.

Em caso de cancelamento por parte do interessado cuja inscrição já tenha sido paga, se a comunicação de desistência ocorrer dentro de 5 dias antes do curso, será feita a devolução imediata de 80% do valor pago, sendo 20% devido ao Instituto Certame a título de ressarcimento por despesas administrativas e operacionais geradas pelo interessado.

O cancelamento da inscrição deve ser feito preferencialmente até o 6º dia que antecede ao início do curso, caso em que haverá imediata e integral devolução do valor da inscrição paga.

No caso de cancelamentos e transferências que ocorram por parte do Instituto Certame, que impossibilitem a participação no evento, a devolução do valor será feita imediata e integralmente. Caso a turma não alcance o número mínimo de participantes, o Instituto Certame reserva-se ao direito de cancelar este curso e devolver imediata e integralmente o valor das inscrições pagas.

FORMA DE PAGAMENTO

Depósito em conta corrente ou transferência bancária até 30 dias corridos após entrega da Nota Fiscal.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS

A contratação de treinamento por Pessoa Jurídica de Direito Público poderá ocorrer com base no permissivo do art. 25 (Inexigibilidade de Licitação), II, da Lei nº 8.666/1993:

Considere que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993.

(Decisão TCU nº 439/1998 – Plenário).

Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, caput ou inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pessoas naturais e jurídicas para ministrar cursos fechados para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal ou a inscrição em cursos abertos.

(Orientação Normativa AGU nº 18).

DADOS BANCÁRIOS E LEGAIS DO INSTITUTO CERTAME

Banco do Brasil. Agência 4323-0. Conta Corrente 18.460-8.

PIX 11.669.032/0001-09.

Razão Social: A B XAVIER TREINAMENTOS EPP

CNPJ 11.669.032/0001-09.

Endereço: Rua Guarás, Qd. 14, nº 01, Gleba B, Ed. Fernando de Aguiar Lopes; Loja 1; Ponta do Farol. São Luís - MA. CEP: 65077-460.

Inscrição estadual: Isento.

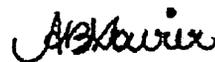
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Este curso insere-se no conceito de Curso Livre, objetivando a formação continuada e a qualificação profissional, conforme o previsto no art. 39, §2º, I, da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), e nos arts. 1º, I e 3º Decreto Federal nº 5.154/2004.

Esta proposta é válida por 30 dias.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



Arianne Barros Xavier.
Diretora do Instituto CERTAME
CPF: 917.654.633-00



BURITICUPU-MA
Proc. 0207003 2023
Fls. 64
Rub.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE
ADMINISTRAÇÃO (PRA)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa A B Xavier Treinamentos – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.669.032/0001-09, estabelecida no Rua dos Guarás, nº 01, Ed. Fernando de A. Lopes (Galeria Flertinho), Loja 01. Bairro Ponta do Farol, CEP 65077-460 , São Luís (MA), executou para essa instituição: Universidade Federal da Paraíba, inscrita no CNPJ: 24.098.477/0001-10, o serviço abaixo especificado no período de 15 a 18 de junho de 2021, por meio da Plataforma Zoom .

Curso Online: "Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021"

Participantes: 9 servidores ligados à Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal da Paraíba

Atestamos ainda, que tal serviço foi executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Atenciosamente,

João Pessoa (PB), 07 de julho de 2021.

(Nome e cargo do responsável)

Emitido em 07/07/2021

ATESTADO Nº 00/2021 - PRA - CAD (11.01.08.02)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

BURITICUPU-MA
Proc. 0707001 2023
Fls. 65
Rub. 

(Assinado digitalmente em 07/07/2021 15:56)

HALLILSON COSMO DE MELO

ASSESSOR

2095766

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
00, ano: 2021, documento (espécie): ATESTADO, data de emissão: 07/07/2021 e o código de verificação:
63fb16d49b

Curso:

Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021.

Com os Professores Dawison Barcelos, Evaldo Ramos e Nilo Cruz.

Curso on-line, ao vivo, por meio da Plataforma Zoom.

Acesso às aulas gravadas até 15 dias após o curso.

24 horas de carga horária.

BUBITICUPU-MA
Proc. 0307005 2023
Fls. 66
Rub. JA



Apresentação

A Lei nº 14.133/2021, chamada Nova Lei de Licitações e Contratos, substituirá as Leis nºs 8.666/1993, 10.520/2020 e 12.462/2011.

Embora, nos dois primeiros anos de sua vigência, sua aplicação seja facultativa por parte dos gestores públicos, o novo texto inevitavelmente se tornará a principal referência normativa em matéria de contratações públicas no Brasil, devendo ser adotado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tanto na administração pública direta, autárquica e fundacional, como nos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, quando no desempenho de função administrativa, bem como nos fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

Trata-se de uma norma ainda mais analítica que a Lei nº 8.666/1993, inclusive maior que esta, com mais artigos e maior nível de detalhamento. A excessiva regulamentação do procedimento licitatório da Nova Lei, que exigirá ainda maior atenção dos agentes de compras, deve-se à incorporação, a seu texto, de muitas diretrizes antes previstas em atos normativos federais secundários, editados e aplicáveis, até então, apenas à União, tais como Decretos, Portarias Instruções Normativas etc.

Como alguns exemplos de novidades trazidas pela norma, temos a extinção das modalidades Convite, Tomada de Preços e RDC; criação da modalidade Diálogo Competitivo, a possibilidade de realizar Concorrência para obras no formato eletrônico e com fase de lances; prevalência do Pregão Eletrônico para qualquer objeto enquadrado como bem ou serviço comum; validade da Ata de Registro de Preços pelo prazo de até dois anos; possibilidade de uso do SRP para obras, e também nas dispensas e inexigibilidades; criação do Portal Nacional de Compras Públicas; previsão de contrato de fornecimento e serviços contínuos por até 10 anos de vigência, dentre outras.

Isto posto, o objetivo deste curso é apresentar aos participantes as principais novidades trazidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos, com foco especial na condução de procedimentos licitatórios nas modalidades Pregão e Concorrência.

Datas e horários

15 a 18 de junho de 2021.

Das 08:30h às 11:30h. Das 14:00h às 17:00h.

Carga horária

24 horas.

Local de realização

O curso será ministrado ao vivo, a distância, por meio da plataforma Zoom (<https://zoom.us/pt-pt/meetings.html>).

Recomendações

BUBITICUPU-MA
Proc. 0205004 2023
Fis. 68
Rub. JA

O interessado NÃO precisa ser registrado na plataforma Zoom para participar do treinamento.

O aluno com inscrição confirmada receberá, até o dia anterior ao do curso, link pessoal e intransferível para acesso ao treinamento.

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomendamos aos alunos que disponham das seguintes especificações técnicas mínimas, para acesso via computador: Processador i3 3Ghz Dual Core 4Gb RAM; Internet de 5Mbps (de preferência por cabo); utilizar preferencialmente o Google Chrome. Banda ideal: Inbound participante, 3 Mbps.

IMPORTANTE: Se as especificações acima não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá restar prejudicada.

Ementa

Módulo I: Entendendo a Nova Lei de Licitações

Contexto de surgimento da Nova Lei. Vigência da Nova Lei. Período de transição e utilização facultativa. Prazo limite para adoção da Nova Lei. O que acontece com os contratos celebrados nos dois primeiros anos de vigência da Nova Lei? Considerações gerais e comparação sucinta com as Leis nºs 8.666/1993, 10.520/2020 e 12.462/2011. Âmbito de aplicação. Edição de atos normativos para regulamentação da Nova Lei. Possibilidade de entes subnacionais utilizarem a regulamentação federal. É possível aplicar a nova lei desde já? As previsões de normatização via regulamento. O Portal Nacional de Contratação Pública

Módulo II: Introdução às licitações segundo a Nova Lei

Modalidades de licitação e critérios de escolha. Escolhendo a modalidade adequada. Formalização dos processos licitatórios em geral. Artefatos de planejamento da contratação: visão geral. Documento de formalização/oficialização da demanda. Estudos técnicos preliminares (ETP). Gerenciamento de riscos (GR). Pesquisa Preliminar de Preços. Termo de referência (TR). Questões sensíveis relacionadas à elaboração do ETP. Afinal, o órgão deve ou não comprar o melhor produto das galáxias? A questão do ETP nos convênios celebrados com a União. ETP para transporte: cuidados fundamentais. Prática de elaboração de ETP. Termo de Referência: elementos essenciais segundo a legislação. Quem elabora o Termo de Referência. Existência de dotação orçamentária suficiente. Pesquisa preliminar de preços. Cesta de preços aceitáveis e normas de pesquisa preliminar de preços. Sistema de Registro de Preços. Objetos da licitação: alienações, compras, obras e serviços. Compras: padronização e indicação de marcas. Exigência de amostras. O Edital. Quem elabora? Quem se responsabiliza pelo seu conteúdo? Valor estimado x valor máximo: existe diferença? Publicação do ato convocatório: veículos de publicação e interregnos. Impugnação do Edital pelo cidadão e pelo licitante. Habilitação Jurídica. Qualificação Econômico-Financeira. Qualificação Técnica. Documentos que nunca podem ser dispensados. Novos documentos exigidos na Lei nº 14.133/2021. Declaração de faturamento do licitante ME/EPP. Preços inexequíveis na contratação de obras, serviços e na aquisição de bens. Novidade na definição do objeto. A utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra. Exigência de mão-de-obra formada por mulheres vítimas de violência doméstica, ou empregados oriundos ou egressos do sistema prisional. Possibilidade de exigência certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro). Adjudicação e homologação: procedimentos e responsabilidades. Recursos Administrativos. Micro e pequenas empresas nas licitações. (Lei Complementar nº 123/2006): prazo diferido para comprovação da regularidade fiscal, empate ficto, licitações fechadas para ME/EPP, subcontratação obrigatória, cota reservada para ME/EPP e vantagens a empresas sediadas local ou regionalmente. Revogação e Anulação do processo licitatório. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

Módulo III: O Pregão e a Concorrência na Nova Lei de Licitações

Pregão eletrônico x Pregão Presencial x Concorrência: ainda existem diferenças essenciais no procedimento? Entendendo o Pregão e a Concorrência. Múltiplas configurações e modos de disputa aberto, fechado, e combinados. Conceito de bens e serviços comuns e especiais. Pregão para aquisição de equipamentos de informática. Fase preparatória. Termo de Referência. Termo de Referência x Projeto Básico. Pregoeiro, equipe de apoio e agentes de compras: atribuições e

responsabilidades. Papel da autoridade administrativa. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Pregão e Concorrência: fase externa.

Módulo IV: Mudanças essenciais nas contratações diretas e nos contratos administrativos.

Licitação dispensada, dispensável e inexigível. Formalização do processo de contratação direta.

BURITICUPU-MA
Proc. 008004/2023
Fls. 68
Rub. 

Módulo V: Mudanças essenciais nos contratos administrativos.

Eficácia e vigência dos contratos. Contrato verbal. Casos de substituição do contrato pela nota de empenho. Formalização dos contratos: instrumentos de contratação e cláusulas obrigatórias. Cláusulas comuns ao termo de referência, ao edital e ao contrato. Convocação de licitante remanescente na Nova Lei de Licitações. Eficácia do contrato: marco de início. Vigência do contrato e garantia do produto, serviço ou obras. Garantia contratual: caução, seguro-garantia ou fiança bancária. Hipóteses de utilização da garantia contratual. Garantia e ordem de preferência na aplicação de multas. Momentos de exigência e de devolução da garantia. Execução do contrato: regimes de execução. Subcontratação permitida. Vedação da subcontratação total e da parcela principal do objeto. Documentos a exigir da subcontratada.

Módulo VI: Alterações contratuais

Casos de modificação contratual via aditamento e via apostila. Diferença entre correção monetária e compensação financeira. Reajuste de preços: previsão editalícia, adoção de índice pertinente, marco inicial de contagem e concessão automática (de ofício). Reajuste nos contratos de obras. Reajuste-repactuação: serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Como repactuar serviços e insumos no mesmo contrato? Repactuação e preclusão lógica. Reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento, ou revisão: álea extraordinária. Caso fortuito, força maior, fato do príncipe, aumento de tributos. Variação no preço dos produtos do contrato. Participação nos lucros. Prorrogação de prazo: necessidade de previsão no edital ou contrato. Comprovação da vantagem na prorrogação e a especificidade dos serviços contínuos. Vedações de prorrogação de prazo. Prorrogação e contratação direta.

Módulo VII: Sanções administrativas

Sanções administrativas na Nova Lei de Licitações: advertência, multa, impedimento e declaração de inidoneidade. Quem determina a abertura do processo de apenação? Quem é a autoridade responsável por aplicar tais sanções? Necessidade de defesa prévia e cuidados na notificação. Integração da NLL com a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e fraudes nos contratos: processo administrativo com singularidades.

Certificados

– Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021. (24 horas).

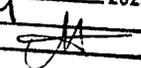
Além da carga horária, os certificados informarão o conteúdo ministrado.

Os certificados serão emitidos aos participantes que obtiverem, no mínimo, 75% de presença, e enviados por e-mail em até 48 horas após a realização do treinamento.

Público alvo

- Pregoeiros e membros da equipe de apoio.
- Membros de Comissões de Licitação e de áreas correlatas.
- Auditores e demais servidores que atuam em órgãos de controle.
- Supervisores e gerentes de empresas fornecedoras do setor público.
- Agentes públicos que possuam responsabilidades sobre licitações e contratos administrativos.
- Estudantes universitários de Administração, Contabilidade, Direito e Economia, dentre outros.
- Dirigentes de pequenas, médias e grandes empresas com interesse em participar de licitações públicas.
- Profissionais da área de Administração Pública, Gestores, Contadores, Assessores Jurídicos, Engenheiros etc.

Este curso é prioritariamente voltado para quem trabalha ou deseja trabalhar em órgãos públicos ou entidades da administração pública. Conteúdo aplicável a órgãos municipais, estaduais e federais.

BIBLICUPU-MA
Proc. 020800L 2023
Fls. 69
Rub. 

Instrutores



– Prof. Esp. Dawison Barcelos:

Criador do portal “O Licitante”, onde publica periodicamente trabalhos relacionados a licitações e contratos administrativos.

Atuou como pregoeiro do Tribunal de Contas da União por vários anos, e atualmente integra a Consultoria Jurídica do órgão.

É advogado e consultor em licitações e contratos administrativos.

Membro da Associação Portuguesa da Contratação Pública e da “Red Iberoamericana de Contratación Pública”.

Mestrando em Direito Administrativo pela Universidade de Lisboa, em Portugal. Especialista em Direito Público e em Contratos Administrativos pela Universidade de Coimbra. Membro da Associação Portuguesa da Contratação Pública.

Docente na Pós-Graduação em Licitações e Contatos das Faculdades CERS, e do MBA da Faculdade Baiana de Direito.

Instrutor e palestrante em temas relacionados às contratações públicas.

Autor e coautor de artigos e livros como “Estatuto Jurídico das Estatais” (Ed. Fórum) e “Coleção Teses Jurídicas dos Tribunais Superiores – Direito Administrativo” (Ed. Revista dos Tribunais).



– Prof. Esp. Evaldo Ramos:

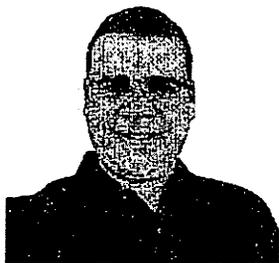
Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União em Brasília, onde já atuou como Diretor de Licitações, pregoeiro, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação

Pós-graduado em Licitações e Contratos, bacharel em Direito e Administração de Empresas.

Colaborador do Instituto Serzedello Corrêa, unidade do TCU responsável pelas ações de capacitação do órgão, e também da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), onde

ministra o curso de Fundamentos de Pregão Eletrônico. Já ministrou diversos cursos de formação e capacitação de pregoeiros pelo Brasil.

Atuou como Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, na área de Correição.



– Prof. Msc. Nilo Cruz Neto:

Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Auditor externo e independente (QTG/CNA/CFC). Administrador, Contador e Economista.

Doutorando em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em Portugal. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduado em Políticas Públicas pelo ISCTE-IUL (*Advanced Postgraduate Diploma in Public Policy*). Pós-graduado em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduado em Auditoria e Perícia Contábil pela UFMA.

Concluiu o curso de formação executiva sobre “Melhores práticas em contratação pública” na Universidade de Roma II (*Università degli Studi di Roma Tor Vergata*, Itália), com incursões à Consip (Central de Compras do Governo da Itália) e à *Autorità Nazionale Anticorruzione* daquele país, como parte do Ciclo Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal, oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério da Economia (ENAP/ME).

É professor da ENAP. Atuou como professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Universidade Estácio de Sá, da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) e da Faculdade JK (DF); e como instrutor da Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda (ESAF/MF, extinta), da Escola de Governo do Maranhão (EGMA), da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA) e da Escola de Gestão Municipal da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM).

Ministra cursos e profere palestras nas áreas de Auditoria, Controle Interno Governamental, Controle Social, Gestão Municipal, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Licitações e Contratos Administrativos, tendo formado mais de 4.000 pregoeiros por todo o Brasil. Autor do livro Contabilidade Avançada (ISBN nº 9788590657903).

Responsável pelo sítio www.lrf.com.br. É membro do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Membro associado à ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público. Membro efetivo do IBDT – Instituto Brasileiro de Direito Tributário.

Investimento

BURITICUPI, MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 10
Rub. AA

A cada 04 inscrições do mesmo órgão, empresa ou grupo, será oferecida uma vaga extra de cortesia.

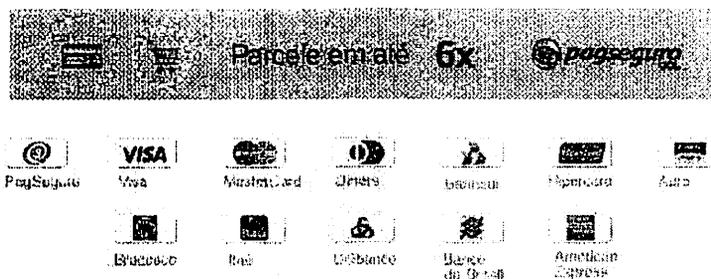
O Investimento inclui:

- acesso à plataforma Zoom para participação no evento, ao vivo;
- material de apoio ao aluno, a ser disponibilizado pelo professor até o dia anterior ao do curso;
- acesso às aulas gravadas, através de link a ser disponibilizado, durante 15 dias após o curso;
- certificado.

Formas de pagamento

Mediante transferência bancária ou depósito na Conta Corrente 18.460-8, Agência 4.323-0, do Banco do Brasil, ou com o PIX 11.669.032/0001-09, com envio do comprovante para o fax (98) 3227-3075 ou para o e-mail pagamento@institutocertame.com.br. Favorecido: A B XAVIER TREINAMENTOS. CNPJ 11.669.032/0001-09.

Utilizando o seu Cartão de Crédito, através do PagSeguro, num processo rápido que não exige cadastro. Você poderá utilizar uma das opções abaixo, e ainda parcelar a sua inscrição em até 18x (até 6x sem juros):



Para efetuar a pré-inscrição, favor preencher o formulário ao final desta página e clicar em "Enviar". Em seguida, logo abaixo, aparecerão as instruções de pagamento. Para pagar com cartão de crédito pelo PagSeguro, basta, após o preenchimento do formulário, clicar no botão "Pagar com PagSeguro" e outra janela será aberta para iniciar a operação. Assim que o pagamento for autorizado, será encaminhado um e-mail do PagSeguro confirmando a transação, e um e-mail do Instituto Certame confirmando a sua inscrição.

Observação 1:

A única forma disponível de pagamento parcelado é via PagSeguro, com cartão de crédito.

BURITICUPU, MA
Proc. 0207003/2023
Fls. 71
Rub. AA

Observação 2:

Antes de emitir o empenho ou efetuar o pagamento, órgãos públicos devem informar, através do e-mail pagamento@institutocertame.com.br, a quantidade de inscrições e os dados do órgão (razão social, CNPJ, endereço com CEP, telefone e e-mail).

Justificativa da contratação para órgãos públicos

A contratação de treinamento por Pessoa Jurídica de Direito Público poderá ocorrer com base no permissivo do art. 24, II (Dispensa de Licitação para despesas de pequeno vulto, até o limite de R\$ 17.600), e (ou) no disposto no art. 25 (Inexigibilidade de Licitação), ambos da Lei nº 8.666/1993:

Considere que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993. (Decisão TCU nº 439/1998 – Plenário).

Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, caput ou inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pessoas naturais e jurídicas para ministrar cursos fechados para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal ou a inscrição em cursos abertos. (Orientação Normativa AGU nº 18)

(Minuta de Parecer Jurídico) Poderá ser adaptada de acordo com o órgão público contratante.

(Certidões Negativas e Documentos para a emissão da Nota de Empenho)

9 motivos para você fazer este curso!

Curso único no mercado.

Atualize-se! A Nova Lei de Licitações e Contratos já é uma realidade e quem não souber disputar licitações nessa modalidade vai ficar para trás.

Três super-professores, todos servidores de órgãos de controle, com sólida formação acadêmica, experiência prática e excelente didática.

A melhor relação custo-benefício do mercado, considerando a carga horária do curso, valor de inscrição, facilidade de pagamento e certificados emitidos.

Garanta um emprego! Só nas prefeituras do Brasil, são pelo menos 5.563 vagas para pregoeiros e 16.689 vagas para membros de CPL, além das vagas das câmaras municipais, e dos órgãos estaduais e federais.

Muitas empresas desejam firmar contratos com o setor público, mas deixam de fazê-lo por absoluta falta de conhecimento. Algumas sequer participam de licitações; outras não vencem a disputa porque desconhecem o procedimento. Acabam, com isso, perdendo uma excelente oportunidade de ampliar seus mercados e maximizar seus lucros. Aprenda Licitações e forneça para o Governo!

Curso prático, com exemplos do cotidiano.

Grande parte das ações de improbidade administrativa e das irregularidades detectadas pelos Tribunais de Contas decorrem de problemas em processos licitatórios ou nas contratações feitas, responsabilizando os membros da comissão de licitação, ou o pregoeiro e os membros da equipe de apoio, além do gestor máximo do órgão (prefeito, por exemplo). Evite que isso ocorra com você!

Identifique problemas em processos licitatórios: no decorrer do curso você aprenderá a identificar falhas formais, procedimentos vedados, cláusulas restritivas ao caráter competitivo, conluio entre empresas, sobrepreço no valor do contrato, dentre outras irregularidades.

BURITICUPU-MA
Proc. 0095001
Fls. 12
Rub. AA
2023

O que se fala por aí...

Observações complementares

Este curso insere-se no conceito de Curso Livre, objetivando a formação continuada e a qualificação profissional, conforme o previsto no art. 39, §2º, I, da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), e nos arts. 1º, I e 3º Decreto Federal nº 5.154/2004.

Cancelamentos e substituições

A substituição do inscrito deverá ser preferencialmente comunicada até o segundo dia que antecede ao evento.

Não haverá restituição ao interessado que não cancelar previamente sua participação e não comparecer ao curso, sendo devido ao Instituto Certame o valor integral da inscrição paga.

Em caso de cancelamento por parte do interessado cuja inscrição já tenha sido paga, se a comunicação de desistência ocorrer dentro de 5 dias antes do curso, será feita a devolução imediata de 80% do valor pago, sendo 20% devido ao Instituto Certame a título de ressarcimento por despesas administrativas e operacionais geradas pelo interessado.

O cancelamento da inscrição deve ser feito preferencialmente até o 6º dia que antecede ao início do curso, caso em que haverá imediata e integral devolução do valor da inscrição paga.

No caso de cancelamentos e transferências que ocorram por parte do Instituto Certame, que impossibilitem a participação no evento, a devolução do valor será feita imediata e integralmente. Caso a turma não alcance o número mínimo de participantes, o Instituto Certame reserva-se ao direito de cancelar este curso e devolver imediata e integralmente o valor das inscrições pagas.

Informações e dúvidas

contato@institutocertame.com.br

Fone: (98) 4141-3077

Celular: (98) 98893-3075

Fax: (98) 3227-3075

Inscreva-se agora (Vagas limitadas!)

Preencha o formulário e clique em enviar. Após o envio, logo abaixo, aparecerão as instruções de pagamento, inclusive o botão do PagSeguro, caso queira pagar com Cartão de Crédito.

Não fazemos reserva de vagas e as inscrições são confirmadas na ordem cronológica dos pagamentos efetuados. Garanta a sua vaga!



BURITICUPI-MA
Proc. 0007003 - 2023
Fls. 13
Rub. J

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ
Avenida Miguel Rosa, 3190 Centro/Sul, Térreo - Bairro Centro, Teresina/PI, CEP 64001-490
Telefone (86)3221-8068 - <http://www.seplan.pi.gov.br>

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Processo nº 00017.000928/2021-48

Atesto, para os devidos fins, que a empresa A. B. Xavier Treinamentos (Instituto Certame), CNPJ 11.669.032/0001-09, ofereceu satisfatoriamente a este órgão o curso "Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)", com carga-horária de 24 horas, nos dias 15 a 18 de junho de 2021, na modalidade EAD, por meio da Plataforma Zoom.

15 colaboradores deste órgão participaram do evento.

A ementa do curso encontra-se em anexo.

Teresina (PI), 06 de julho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **NUNO KAUÊ DOS SANTOS BERNARDES BEZERRA - Matr.0208911-4, Superintendente**, em 06/07/2021, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1873223** e o código CRC **C60285A5**.

Curso:

Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021.

Com os Professores Dawison Barcelos, Evaldo Ramos e Nilo Cruz.

Curso on-line, ao vivo, por meio da Plataforma Zoom.

Acesso às aulas gravadas até 15 dias após o curso.

24 horas de carga horária.

BURITICUPI-MA
Proc. 2023000 2023
Fls. 19
Rub. AA



Apresentação

A Lei nº 14.133/2021, chamada Nova Lei de Licitações e Contratos, substituirá as Leis nºs 8.666/1993, 10.520/2020 e 12.462/2011.

Embora, nos dois primeiros anos de sua vigência, sua aplicação seja facultativa por parte dos gestores públicos, o novo texto inevitavelmente se tornará a principal referência normativa em matéria de contratações públicas no Brasil, devendo ser adotado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tanto na administração pública direta, autárquica e fundacional, como nos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, quando no desempenho de função administrativa, bem como nos fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

Trata-se de uma norma ainda mais analítica que a Lei nº 8.666/1993, inclusive maior que esta, com mais artigos e maior nível de detalhamento. A excessiva regulamentação do procedimento licitatório da Nova Lei, que exigirá ainda maior atenção dos agentes de compras, deve-se à incorporação, a seu texto, de muitas diretrizes antes previstas em atos normativos federais secundários, editados e aplicáveis, até então, apenas à União, tais como Decretos, Portarias Instruções Normativas etc.

Como alguns exemplos de novidades trazidas pela norma, temos a extinção das modalidades Convite, Tomada de Preços e RDC; criação da modalidade Diálogo Competitivo, a possibilidade de realizar Concorrência para obras no formato eletrônico e com fase de lances; prevalência do Pregão Eletrônico para qualquer objeto enquadrado como bem ou serviço comum; validade da Ata de Registro de Preços pelo prazo de até dois anos; possibilidade de uso do SRP para obras, e também nas dispensas e inexigibilidades; criação do Portal Nacional de Compras Públicas; previsão de contrato de fornecimento e serviços contínuos por até 10 anos de vigência, dentre outras.

Isto posto, o objetivo deste curso é apresentar aos participantes as principais novidades trazidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos, com foco especial na condução de procedimentos licitatórios nas modalidades Pregão e Concorrência.

Datas e horários

15 a 18 de junho de 2021.

Das 08:30h às 11:30h. Das 14:00h às 17:00h.

Carga horária

24 horas.

Local de realização

O curso será ministrado ao vivo, a distância, por meio da plataforma Zoom (<https://zoom.us/jt-pt-meetings.html>).

Recomendações

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 5
Rub. A

O interessado NÃO precisa ser registrado na plataforma Zoom para participar do treinamento.

O aluno com inscrição confirmada receberá, até o dia anterior ao do curso, link pessoal e intransferível para acesso ao treinamento.

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomendamos aos alunos que disponham das seguintes especificações técnicas mínimas, para acesso via computador: Processador i3 3Ghz Dual Core 4Gb RAM; Internet de 5Mbps (de preferência por cabo); utilizar preferencialmente o Google Chrome. Banda ideal: Inbound participante, 3 Mbps.

IMPORTANTE: Se as especificações acima não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá restar prejudicada.

Ementa

Módulo I: Entendendo a Nova Lei de Licitações

Contexto de surgimento da Nova Lei. Vigência da Nova Lei. Período de transição e utilização facultativa. Prazo limite para adoção da Nova Lei. O que acontece com os contratos celebrados nos dois primeiros anos de vigência da Nova Lei? Considerações gerais e comparação sucinta com as Leis nºs 8.666/1993, 10.520/2020 e 12.462/2011. Âmbito de aplicação. Edição de atos normativos para regulamentação da Nova Lei. Possibilidade de entes subnacionais utilizarem a regulamentação federal. É possível aplicar a nova lei desde já? As previsões de normatização via regulamento. O Portal Nacional de Contratação Pública

Módulo II: Introdução às licitações segundo a Nova Lei

Modalidades de licitação e critérios de escolha. Escolhendo a modalidade adequada. Formalização dos processos licitatórios em geral. Artefatos de planejamento da contratação: visão geral. Documento de formalização/oficialização da demanda. Estudos técnicos preliminares (ETP). Gerenciamento de riscos (GR). Pesquisa Preliminar de Preços. Termo de referência (TR). Questões sensíveis relacionadas à elaboração do ETP. Afinal, o órgão deve ou não comprar o melhor produto das galáxias? A questão do ETP nos convênios celebrados com a União. ETP para transporte: cuidados fundamentais. Prática de elaboração de ETP. Termo de Referência: elementos essenciais segundo a legislação. Quem elabora o Termo de Referência. Existência de dotação orçamentária suficiente. Pesquisa preliminar de preços. Cesta de preços aceitáveis e normas de pesquisa preliminar de preços. Sistema de Registro de Preços. Objetos da licitação: alienações, compras, obras e serviços. Compras: padronização e indicação de marcas. Exigência de amostras. O Edital. Quem elabora? Quem se responsabiliza pelo seu conteúdo? Valor estimado x valor máximo: existe diferença? Publicação do ato convocatório: veículos de publicação e interregnos. Impugnação do Edital pelo cidadão e pelo licitante. Habilitação Jurídica. Qualificação Econômico-Financeira. Qualificação Técnica. Documentos que nunca podem ser dispensados. Novos documentos exigidos na Lei nº 14.133/2021. Declaração de faturamento do licitante ME/EPP. Preços inexequíveis na contratação de obras, serviços e na aquisição de bens. Novidade na definição do objeto. A utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra. Exigência de mão-de-obra formada por mulheres vítimas de violência doméstica, ou empregados oriundos ou egressos do sistema prisional. Possibilidade de exigência certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro). Adjudicação e homologação: procedimentos e responsabilidades. Recursos Administrativos. Micro e pequenas empresas nas licitações. (Lei Complementar nº 123/2006): prazo diferido para comprovação da regularidade fiscal, empate ficto, licitações fechadas para ME/EPP, subcontratação obrigatória, cota reservada para ME/EPP e vantagens a empresas sediadas local ou regionalmente. Revogação e Anulação do processo licitatório. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

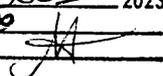
Módulo III: O Pregão e a Concorrência na Nova Lei de Licitações

Pregão eletrônico x Pregão Presencial x Concorrência: ainda existem diferenças essenciais no procedimento? Entendendo o Pregão e a Concorrência. Múltiplas configurações e modos de disputa aberto, fechado, e combinados. Conceito de bens e serviços comuns e especiais. Pregão para aquisição de equipamentos de informática. Fase preparatória. Termo de Referência. Termo de Referência x Projeto Básico. Pregoeiro, equipe de apoio e agentes de compras: atribuições e

responsabilidades. Papel da autoridade administrativa. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Pregão e Concorrência: fase externa.

Módulo IV: Mudanças essenciais nas contratações diretas e nos contratos administrativos.

Licitação dispensada, dispensável e inexigível. Formalização do processo de contratação direta.

BURITICUPI-MA
Proc. 207001 2023
Fls. 76
Rub. 

Módulo V: Mudanças essenciais nos contratos administrativos.

Eficácia e vigência dos contratos. Contrato verbal. Casos de substituição do contrato pela nota de empenho. Formalização dos contratos: instrumentos de contratação e cláusulas obrigatórias. Cláusulas comuns ao termo de referência, ao edital e ao contrato. Convocação de licitante remanescente na Nova Lei de Licitações. Eficácia do contrato: marco de início. Vigência do contrato e garantia do produto, serviço ou obras. Garantia contratual: caução, seguro-garantia ou fiança bancária. Hipóteses de utilização da garantia contratual. Garantia e ordem de preferência na aplicação de multas. Momentos de exigência e de devolução da garantia. Execução do contrato: regimes de execução. Subcontratação permitida. Vedação da subcontratação total e da parcela principal do objeto. Documentos a exigir da subcontratada.

Módulo VI: Alterações contratuais

Casos de modificação contratual via aditamento e via apostila. Diferença entre correção monetária e compensação financeira. Reajuste de preços: previsão editalícia, adoção de índice pertinente, marco inicial de contagem e concessão automática (de ofício). Reajuste nos contratos de obras. Reajuste-repactuação: serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Como repactuar serviços e insumos no mesmo contrato? Repactuação e preclusão lógica. Reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento, ou revisão: álea extraordinária. Caso fortuito, força maior, fato do príncipe, aumento de tributos. Variação no preço dos produtos do contrato. Participação nos lucros. Prorrogação de prazo: necessidade de previsão no edital ou contrato. Comprovação da vantagem na prorrogação e a especificidade dos serviços contínuos. Vedações de prorrogação de prazo. Prorrogação e contratação direta.

Módulo VII: Sanções administrativas

Sanções administrativas na Nova Lei de Licitações: advertência, multa, impedimento e declaração de inidoneidade. Quem determina a abertura do processo de apenação? Quem é a autoridade responsável por aplicar tais sanções? Necessidade de defesa prévia e cuidados na notificação. Integração da NLL com a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e fraudes nos contratos: processo administrativo com singularidades.

Certificados

– Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021. (24 horas).

Além da carga horária, os certificados informarão o conteúdo ministrado.

Os certificados serão emitidos aos participantes que obtiverem, no mínimo, 75% de presença, e enviados por e-mail em até 48 horas após a realização do treinamento.

Público alvo

- Pregoeiros e membros da equipe de apoio.
- Membros de Comissões de Licitação e de áreas correlatas.
- Auditores e demais servidores que atuam em órgãos de controle.
- Supervisores e gerentes de empresas fornecedoras do setor público.
- Agentes públicos que possuam responsabilidades sobre licitações e contratos administrativos.
- Estudantes universitários de Administração, Contabilidade, Direito e Economia, dentre outros.
- Dirigentes de pequenas, médias e grandes empresas com interesse em participar de licitações públicas.
- Profissionais da área de Administração Pública, Gestores, Contadores, Assessores Jurídicos, Engenheiros etc.

Este curso é prioritariamente voltado para quem trabalha ou deseja trabalhar em órgãos públicos ou entidades da administração pública. Conteúdo aplicável a órgãos municipais, estaduais e federais.

BURITICUPU-MA
Proc. 0302001 2023
Fls. 11
Rub. JA

Instrutores



– Prof. Esp. Dawison Barcelos:

Criador do portal “O Licitante”, onde publica periodicamente trabalhos relacionados a licitações e contratos administrativos.

Atuou como pregoeiro do Tribunal de Contas da União por vários anos, e atualmente integra a Consultoria Jurídica do órgão.

É advogado e consultor em licitações e contratos administrativos.

Membro da Associação Portuguesa da Contratação Pública e da “Red Iberoamericana de Contratación Pública”.

Mestrando em Direito Administrativo pela Universidade de Lisboa, em Portugal. Especialista em Direito Público e em Contratos Administrativos pela Universidade de Coimbra. Membro da Associação Portuguesa da Contratação Pública.

Docente na Pós-Graduação em Licitações e Contatos das Faculdades CERS, e do MBA da Faculdade Baiana de Direito.

Instrutor e palestrante em temas relacionados às contratações públicas.

Autor e coautor de artigos e livros como “Estatuto Jurídico das Estatais” (Ed. Fórum) e “Coleção Teses Jurídicas dos Tribunais Superiores – Direito Administrativo” (Ed. Revista dos Tribunais).



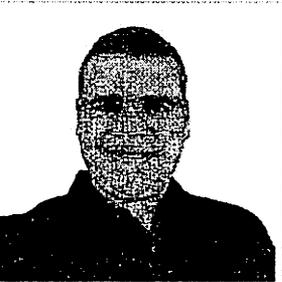
– Prof. Esp. Evaldo Ramos:

Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União em Brasília, onde já atuou como Diretor de Licitações, pregoeiro, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação

Pós-graduado em Licitações e Contratos, bacharel em Direito e Administração de Empresas.

Colaborador do Instituto Serzedello Corrêa, unidade do TCU responsável pelas ações de capacitação do órgão, e também da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), onde ministra o curso de Fundamentos de Pregão Eletrônico. Já ministrou diversos cursos de formação e capacitação de pregoeiros pelo Brasil.

Atuou como Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, na área de Correição.



– Prof. Msc. Nilo Cruz Neto:

Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Auditor externo e independente (QTG/CNAI/CFC). Administrador, Contador e Economista.

Doutorando em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em Portugal. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduado em Políticas Públicas pelo ISCTE-IUL (*Advanced Postgraduate Diploma in Public Policy*). Pós-graduado em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduado em Auditoria e Perícia Contábil pela UFMA.

Concluiu o curso de formação executiva sobre “Melhores práticas em contratação pública” na Universidade de Roma II (*Università degli Studi di Roma Tor Vergata*, Itália), com incursões à Consip (Central de Compras do Governo da Itália) e à *Autorità Nazionale Anticorruzione* daquele país, como parte do Ciclo Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal, oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério da Economia (ENAP/ME).

É professor da ENAP. Atuou como professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Universidade Estácio de Sá, da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) e da Faculdade JK (DF); e como instrutor da Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda (ESAF/MF, extinta), da Escola de Governo do Maranhão (EGMA), da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA) e da Escola de Gestão Municipal da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM).

Ministra cursos e profere palestras nas áreas de Auditoria, Controle Interno Governamental, Controle Social, Gestão Municipal, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Licitações e Contratos Administrativos, tendo formado mais de 4.000 pregoeiros por todo o Brasil. Autor do livro Contabilidade Avançada (ISBN nº 9788590657903).

Responsável pelo sítio www.lrf.com.br. É membro do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Membro associado à ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público. Membro efetivo do IBDT – Instituto Brasileiro de Direito Tributário.

BUBITICUPU-MA
Proc. 0208001-2023
Fls. 78
Rub. AA

Investimento

A cada 04 inscrições do mesmo órgão, empresa ou grupo, será oferecida uma vaga extra de cortesia.

O Investimento inclui:

- acesso à plataforma Zoom para participação no evento, ao vivo;
- material de apoio ao aluno, a ser disponibilizado pelo professor até o dia anterior ao do curso;
- acesso às aulas gravadas, através de link a ser disponibilizado, durante 15 dias após o curso;
- certificado.

Formas de pagamento

Mediante transferência bancária ou depósito na Conta Corrente 18.460-8, Agência 4.323-0, do Banco do Brasil, ou com o PIX 11.669.032/0001-09, com envio do comprovante para o fax (98) 3227-3075 ou para o e-mail pagamento@institutocertame.com.br. Favorecido: A B XAVIER TREINAMENTOS. CNPJ 11.669.032/0001-09.

Utilizando o seu Cartão de Crédito, através do PagSeguro, num processo rápido que não exige cadastro. Você poderá utilizar uma das opções abaixo, e ainda parcelar a sua inscrição em até 18x (até 6x sem juros):



Para efetuar a pré-inscrição, favor preencher o formulário ao final desta página e clicar em "Enviar". Em seguida, logo abaixo, aparecerão as instruções de pagamento. Para pagar com cartão de crédito pelo PagSeguro, basta, após o preenchimento do formulário, clicar no botão "Pagar com PagSeguro" e outra janela será aberta para iniciar a operação. Assim que o pagamento for autorizado, será encaminhado um e-mail do PagSeguro confirmando a transação, e um e-mail do Instituto Certame confirmando a sua inscrição.

Observação 1:

A única forma disponível de pagamento parcelado é via PagSeguro, com cartão de crédito.

BUBITICUPU-MA
Proc. 0268001 2023
Fls. 29
Rub. AA

Observação 2:

Antes de emitir o empenho ou efetuar o pagamento, órgãos públicos devem informar, através do e-mail pagamento@institutocertame.com.br, a quantidade de inscrições e os dados do órgão (razão social, CNPJ, endereço com CEP, telefone e e-mail).

Justificativa da contratação para órgãos públicos

A contratação de treinamento por Pessoa Jurídica de Direito Público poderá ocorrer com base no permissivo do art. 24, II (Dispensa de Licitação para despesas de pequeno vulto, até o limite de R\$ 17.600), e (ou) no disposto no art. 25 (Inexigibilidade de Licitação), ambos da Lei nº 8.666/1993:

Considere que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993. (Decisão TCU nº 439/1998 – Plenário).

Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, caput ou inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pessoas naturais e jurídicas para ministrar cursos fechados para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal ou a inscrição em cursos abertos. (Orientação Normativa AGU nº 18)

(Minuta de Parecer Jurídico) Poderá ser adaptada de acordo com o órgão público contratante.

(Certidões Negativas e Documentos para a emissão da Nota de Empenho)

9 motivos para você fazer este curso!

Curso único no mercado.

Atualize-se! A Nova Lei de Licitações e Contratos já é uma realidade e quem não souber disputar licitações nessa modalidade vai ficar para trás.

Três super-professores, todos servidores de órgãos de controle, com sólida formação acadêmica, experiência prática e excelente didática.

A melhor relação custo-benefício do mercado, considerando a carga horária do curso, valor de inscrição, facilidade de pagamento e certificados emitidos.

Garanta um emprego! Só nas prefeituras do Brasil, são pelo menos 5.563 vagas para pregoeiros e 16.689 vagas para membros de CPL, além das vagas das câmaras municipais, e dos órgãos estaduais e federais.

Muitas empresas desejam firmar contratos com o setor público, mas deixam de fazê-lo por absoluta falta de conhecimento. Algumas sequer participam de licitações; outras não vencem a disputa porque desconhecem o procedimento. Acabam, com isso, perdendo uma excelente oportunidade de ampliar seus mercados e maximizar seus lucros. Aprenda Licitações e forneça para o Governo!

Curso prático, com exemplos do cotidiano.

Grande parte das ações de improbidade administrativa e das irregularidades detectadas pelos Tribunais de Contas decorrem de problemas em processos licitatórios ou nas contratações feitas, responsabilizando os membros da comissão de licitação, ou o pregoeiro e os membros da equipe de apoio, além do gestor máximo do órgão (prefeito, por exemplo). Evite que isso ocorra com você!

Identifique problemas em processos licitatórios: no decorrer do curso você aprenderá a identificar falhas formais, procedimentos vedados, cláusulas restritivas ao caráter competitivo, conluio entre empresas, sobrepreço no valor do contrato, dentre outras irregularidades.

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fis. 80
Rub. SA

O que se fala por aí...

Observações complementares

Este curso insere-se no conceito de Curso Livre, objetivando a formação continuada e a qualificação profissional, conforme o previsto no art. 39, §2º, I, da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), e nos arts. 1º, I e 3º Decreto Federal nº 5.154/2004.

Cancelamentos e substituições

A substituição do inscrito deverá ser preferencialmente comunicada até o segundo dia que antecede ao evento.

Não haverá restituição ao interessado que não cancelar previamente sua participação e não comparecer ao curso, sendo devido ao Instituto Certame o valor integral da inscrição paga.

Em caso de cancelamento por parte do interessado cuja inscrição já tenha sido paga, se a comunicação de desistência ocorrer dentro de 5 dias antes do curso, será feita a devolução imediata de 80% do valor pago, sendo 20% devido ao Instituto Certame a título de ressarcimento por despesas administrativas e operacionais geradas pelo interessado.

O cancelamento da inscrição deve ser feito preferencialmente até o 6º dia que antecede ao início do curso, caso em que haverá imediata e integral devolução do valor da inscrição paga.

No caso de cancelamentos e transferências que ocorram por parte do Instituto Certame, que impossibilitem a participação no evento, a devolução do valor será feita imediata e integralmente. Caso a turma não alcance o número mínimo de participantes, o Instituto Certame reserva-se ao direito de cancelar este curso e devolver imediata e integralmente o valor das inscrições pagas.

Informações e dúvidas

contato@institutocertame.com.br

Fone: (98) 4141-3077

Celular: (98) 98893-3075

Fax: (98) 3227-3075

Inscreva-se agora (Vagas limitadas!)

Preencha o formulário e clique em enviar. Após o envio, logo abaixo, aparecerão as instruções de pagamento, inclusive o botão do PagSeguro, caso queira pagar com Cartão de Crédito.

Não fazemos reserva de vagas e as inscrições são confirmadas na ordem cronológica dos pagamentos efetuados. Garanta a sua vaga!

**PREFEITURA DE SÃO LUÍS****SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA****NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e**

Número da Nota

00003248

Data e Hora da Emissão

02/05/2023 09:48:46

Código de Verificação

0028.9557.EFE0.A9A0.79A5.9D63.FE3F.6285

CERTIFICADO
102023009213248**PRESTADOR DE SERVIÇOS**Nome / Razão Social: **A B XAVIER TREINAMENTOS**CPF / CNPJ: **11.669.032/0001-09**Inscrição Municipal: **70853000**Endereço: **R DOS GUARAS 1 LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES - BAIRRO PONTA DO FAROL - CEP: 65077460**Município: **SAO LUIS**UF: **MA**Email: **88043809**Telefone: **(98) 88043809****TOMADOR DE SERVIÇOS**Nome / Razão Social: **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA-CÂMARA MUNICIPAL**CPF/CNPJ: **01.621.270/0001-82**

Inscrição Municipal:

Endereço: **RUA SÃO LUIS, N 705 - BAIRRO CENTRO - CEP: 65920000**Município: **SAO PEDRO DA AGUA BRANCA**UF: **MA**Email: **samilasantosilva@gmail.com**Telefone: **(00)****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Descrição INSCRIÇÕES NO CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021, A REALIZAR-SE NOS DIAS 08 A 12 DE MAIO DE 2023, EM SÃO LUIS - MA. DADOS BANCÁRIOS BANCO DO BRASIL: AG 4323-0. CC: 18.450-8.

***** ATENÇÃO: NÃO EFETUAR RETENÇÃO DE ISSQN. *****

FUNDAMENTO

**01) ISS DEVIDO NO LOCAL DO ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR, NO CASO, AO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA, VER (A) LEI COMPLEMENTAR 110/2003, ART 3., CAPUT, ART 4., C/C ANEXO, ITEM 8.02; (B) CÓDIGO CIVIL, ART. 75, IV.

**02) RECURSO EXTRAORDINÁRIO STF 1.167.509/SP, REPERCUSSÃO GERAL, TEMA 1020.

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TRIBUTÁVEL	CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021	1	3.190,00	3.190,00
TRIBUTÁVEL	CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021	1	3.290,00	3.290,00

PIS (0,0000%):
R\$ 0,00COFINS (0,0000%):
R\$ 0,00INSS (0,0000%):
R\$ 0,00IR (0,0000%):
R\$ 0,00CSLL (0,0000%):
R\$ 0,00**VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 6.480,00**

Valor Total Composição: R\$ 0,00	Valor Total Deduções: R\$ 0,00	Base Cálculo: R\$ 6.480,00	Alíquota: 5,00%	Valor ISS: R\$ 324,00
--	--	--------------------------------------	---------------------------	---------------------------------

OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NBS:

Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador

Tributação: **TRIBUTÁVEL S.N.**

Mês de

05/2023

Local de Prestação do

SAO LUIS / MA

Recolhimento:

PRÓPRIO

Atividade:

859960400 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

Serviço:

0802 - INSTRUCAO, TREINAMENTO, ORIENTACAO PEDAGOGICA E EDUCACIONAL, AVALIACAO DE CONHECIMENTOS DE

BURITICUPU-MA
 Proc. 03080004 2023
 Fis. 81
 Rub. AA

**PREFEITURA DE SÃO LUÍS****SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA****NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e**

Número da Nota

00003246

Data e Hora da Emissão

27/04/2023 14:39:39

Código de Verificação

607A.FAD1.2CB4.0B68.8EDC.B462.23A1.40DB

CERTIFICADO
1020230092131394**PRESTADOR DE SERVIÇOS**Nome / Razão Social: **A B XAVIER TREINAMENTOS****instituto CERTAME**CPF / CNPJ: **11.669.032/0001-09**Inscrição Municipal: **70853000**Endereço: **R DOS GUARAS 1 LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES - BAIRRO PONTA DO FAROL - CEP: 65077460**Município: **SAO LUIS**UF: **MA** Email: **88043809**Telefone: **(98) 88043809****TOMADOR DE SERVIÇOS**Nome / Razão Social: **MUNICIPIO DE VIANA - CAMARA MUNICIPAL**CPF/CNPJ: **23.680.309/0001-75**

Inscrição Municipal:

Endereço: **----- - BAIRRO ----- - CEP: 0**Município: **VIANA**UF: **MA**Email: **cmviana.cpl@gmail.com**Telefone: **(00)****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Descrição: INSCRIÇÕES NO CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021, A REALIZAR-SE NOS DIAS 08 A 12 DE MAIO DE 2023, EM SÃO LUIS - MA. DADOS BANCÁRIOS BANCO DO BRASIL: AG 4323-0, CC: 18-460-4.

***** ATENÇÃO: NÃO EFETUAR RETENÇÃO DE ISSQN. *****

FUNDAMENTO:

**01) ISS DEVIDO NO LOCAL DO ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR, NO CASO, AO MUNICIPIO DE SÃO LUIS/MA, VER 'A) LEI COMPLEMENTAR 116/2003, ART 3., CAPUT, ART 4., C.C ANEXO, ITEM 8.02; (B) CÓDIGO CIVIL, ART. 75, IV.

**02) RECURSO EXTRAORDINÁRIO STF 1.167.809/SP, REPERCUSSÃO GERAL, TEMA 1020.

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TRIBUTÁVEL	CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021	1	3.290,00	3.290,00

PIS (0,0000%):
R\$ 0,00COFINS (0,0000%):
R\$ 0,00INSS (0,0000%):
R\$ 0,00IR (0,0000%):
R\$ 0,00CSLL (0,0000%):
R\$ 0,00**VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 3.290,00**Valor Total Composição:
R\$ 0,00Valor Total Deduções:
R\$ 0,00Base Cálculo:
R\$ 3.290,00Alíquota:
5,00%Valor ISS:
R\$ 164,50**OUTRAS INFORMAÇÕES**

Descrição NBS:

Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador Tributação: **TRIBUTÁVEL S.N.** Mês de **04/2023**Local de Prestação do **SAO LUIS / MA**Recolhimento: **PRÓPRIO**Atividade: **859960400 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL**Serviço: **0802 - INSTRUCAO, TREINAMENTO, ORIENTACAO PEDAGOGICA E EDUCACIONAL, AVALIACAO DE CONHECIMENTOS DE**BUBITICUPU, MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 82
Rub. AA

**PREFEITURA DE SÃO LUÍS****SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA****NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e**

Número da Nota

00003235

Data e Hora da Emissão

13/04/2023 14:19:02

Código de Verificação

61CA.3041.DA91.88D9.BD18.0FA1.5510.4F8F

CERTIFICADO

1020238892127941

**PRESTADOR DE SERVIÇOS**Nome / Razão Social: **A B XAVIER TREINAMENTOS**CPF / CNPJ: **11.669.032/0001-09**Inscrição Municipal: **70853000**Endereço: **R DOS GUARAS 1 LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES - BAIRRO PONTA DO FAROL - CEP: 65077460**Município: **SAO LUIS**UF: **MA**Email: **88043809**Telefone: **(98) 88043809****TOMADOR DE SERVIÇOS**Nome / Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**CPF/CNPJ: **06.158.455/0001-16**

Inscrição Municipal:

Endereço: **R RUI BARBOSA 201 - BAIRRO CENTRO - CEP: 65900440**Município: **IMPERATRIZ**UF: **MA**Email: **sefazgocompras2018@hotmail.**Telefone: **(86) 21066330****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Descrição: INSCRIÇÃO NO CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021. A REALIZAR-SE NOS DIAS 06 A 12 DE MAIO DE 2023. EM SÃO LUIS - MA. DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL: AG 4323-0;

CC: 18.460-6.

***** ATENÇÃO: NÃO EFETUAR RETENÇÃO DE ISSQN: *****

FUNDAMENTO:

**01) ISS DEVIDO NO LOCAL DO ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR, NO CASO, AO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA, VER (A) LEI COMPLEMENTAR 110/2003, ART 3., CAPUT, ART 4. C/C ANEXO ITEM 8.02; (B) CÓDIGO CIVIL;

ART. 75, IV.

**02) RECURSO EXTRAORDINÁRIO STF 1.167.509/SP. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 1020.

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TRIBUTÁVEL	CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021	1	3.290,00	3.290,00

PIS (0,0000%):
R\$ 0,00COFINS (0,0000%):
R\$ 0,00INSS (0,0000%):
R\$ 0,00IR (0,0000%):
R\$ 0,00CSLL (0,0000%):
R\$ 0,00**VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 3.290,00**

Valor Total Composição: R\$ 0,00	Valor Total Deduções: R\$ 0,00	Base Cálculo: R\$ 3.290,00	Alíquota: 5,00%	Valor ISS: R\$ 164,50
-------------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------	--------------------	--------------------------

OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NBS:

Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador

Tributação: **TRIBUTÁVEL S.N.**

Mês de

04/2023

Local de Prestação do

SAO LUIS / MA

Recolhimento:

PRÓPRIO

Atividade:

859960400 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

Serviço:

0802 - INSTRUCAO, TREINAMENTO, ORIENTACAO PEDAGOGICA E EDUCACIONAL, AVALIACAO DE CONHECIMENTOS DE

BURITICUPU-MA
 Proc. 0508004 2023
 Fls. 13
 Rub. JA

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE XXXXXXXXXXXXXX		NIRE DA FILIAL (preencher somente se o requerente a filial) XXXXXXXXXXXXXX				
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) ARIANNE BARROS XAVIER						
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO				
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) XXXXXXXXXXXXXX					
FILHO DE (pai) JOSE XAVIER		(mãe) RITA CARREIRO BARROS E XAVIER				
NASCIDO EM (data do nascimento) 10/02/1982	IDENTIDADE (número) 0000946620989	Órgão emissor SSP	UF MA	CPF (número) 917.654.633-00		
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXXXXXXXXXXXXX						
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA DAS GRAUNAS			NÚMERO 02			
COMPLEMENTO QUADRA 03 EDF. FERRARI APTO 801		BAIRRO/DISTRITO JARDIM RENASCENÇA	CEP 65.075-190	CODIGO DO MUNICIPIO (Uso da Junta Comercial) 2587		
MUNICIPIO SÃO LUÍS				UF MA		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO						
CODIGO DO ATO 080	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRIÇÃO	CODIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX			
CODIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	CODIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX			
NOME EMPRESARIAL A B XAVIER TREINAMENTOS						
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA DAS GRAUNAS			NÚMERO 02			
COMPLEMENTO QUADRA 03 EDF. FERRARI APTO 801		BAIRRO/DISTRITO JARDIM RENASCENÇA	CEP 65.075-190	CODIGO DO MUNICIPIO (Uso da Junta Comercial) 2587		
MUNICIPIO SÃO LUÍS		UF MA	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRONICO (E-MAIL) institucertame@hotmail.com		
VALOR DO CAPITAL - R\$ 1.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) HUM MIL REAIS					
CODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae) Atividade Principal 8599604 Atividade secundária XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX	DESCRIÇÃO DO OBJETO TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL					
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 24/02/2010	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ XXXXXXXXXXXXXX	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR XXXXXXXXXXXXXX	UF XX	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1- sim 3- não		
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) AB Xavier Treinamentos						
DATA DA ASSINATURA 24/02/2010	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO Arienne Barros Xavier					
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL						
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE Valéria <i>[assinatura]</i> Abreu Juizadez Geraldo da Registru Mercantul 08/03/2010		JUCEMA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO CERTIFICADO DE REGISTRO EM 08/03/2010 SOB O NÚMERO: 21101708614 Protocolo: 10/010377-8 A B XAVIER TREINAMENTOS CLEIDINCE BASTOS DA FONSECA SECRETARIO GERAL			JUCEMA AC 074829 MA1201001564455	



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
 Secretaria da Racionalização e Simplificação
 Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO
 Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 21101709614		NIRE DA FILIAL (preencher somente se este referir-se a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviatura) ARIANNE BARROS XAVIER			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)	
SEXO Feminino	REGIÃO DE ORIGEM (se casado) XXX		
FILHO DE (pai) JOSE XAVIER		(mãe) RITA CARREIRO BARROS E XAVIER	
NASCIDO EM (data do nascimento) 10/02/1982	IDENTIDADE (número) 0000946620989	Órgão emissor SSP	UF MA
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX		CPF (número) 917.654.633-00	
DOMICILIADO NA (LÓGRADURO - rua, av, etc) RUA DAS GRAUNAS			NÚMERO 02
COMPLEMENTO QUADRA 03 EDF. FERRARI APTO 801	BARRIO/DISTRITO JARDIM RENASCENÇA	CEP 65075-190	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Usar da Junta Comercial) 002587 - São Luís
MUNICÍPIO São Luís			UF MA
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 (1) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX	
NOME EMPRESARIAL A B XAVIER TREINAMENTOS - EPP			ENQUADRAMENTO EPP (Empresa de Pequeno Porte)
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA DAS PIPIRAS			NÚMERO 08
COMPLEMENTO LETRA A	BARRIO/DISTRITO PONTA DO FAROL	CEP 65077-230	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Usar da Junta Comercial) 002587 - São Luís
MUNICÍPIO São Luís	UF MA	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CONTATO@INSTITUTOCERTAME.COM.BR
VALOR DO CAPITAL - R\$ 10.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) dez mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Física) Atividade Principal 8599604 Atividade Secundária 6311900	Descrição do Objeto TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL (CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL) TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 24/02/2010	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 11.669.032/0001-09	TRANSPARENCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
DATA ASSINATURA 10/05/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <i>Ariane Barros Xavier</i>		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
_____		 MA1170000833402	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/05/2017 13:38 SOB Nº 21101709614.
 PROTOCOLO: 170378411 DE 11/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11701716425. NIRE: 21101709614.
 A B XAVIER TREINAMENTOS - EPP

JUCEMA

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
 SECRETÁRIA-GERAL
 SÃO LUÍS, 11/05/2017
 www.empresafacil.ma.gov.br



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 76
Rub. JA

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 21101709614		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ao registrar a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) ARLANNE BARROS XAVIER			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)	
SEXO Feminino	REGIME DE BENS (se casado) XXX		
FILHO DE (pai) JOSE XAVIER	(mãe) RITA CARREIRO BARROS E XAVIER		
NASCIDO EM (data de nascimento) 10/02/1982	IDENTIDADE (número) 0000946620989	Opção eleitoral SSP	UF MA
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX		CPF (número) 917.654.633-00	
DOMICILIADO NA (LÓGRADOURA - rua, av. etc.) RUA DAS GRAUNAS			NÚMERO 02
COMPLEMENTO QUADRA 03 EDF. FERRARI APTO 801	BAIRRO/DISTRITO JARDIM RENASCENÇA	CEP 65075-190	CODIGO DO MUNICIPIO (verificar no site da Junta Comercial) MA2107 - SÃO LUÍS
MUNICÍPIO São Luís			UF MA
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer:			
À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO		À JUNTA COMERCIAL DO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO	
NOME EMPRESARIAL A B XAVIER TREINAMENTOS - EPP			ENQUADRAMENTO EPP (Empresa de Pequeno Porte)
LÓGRADOURA (rua, av. etc.) RUA DOS GUARAS			NÚMERO 1
COMPLEMENTO LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES	BAIRRO/DISTRITO PONTA DO FAROL	CEP 65077-460	CODIGO DO MUNICIPIO (verificar no site da Junta Comercial) MA2107 - SÃO LUÍS
MUNICÍPIO São Luís	UF MA	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CONTATO@INSTITUCERTAME.COM.BR
VALOR DO CAPITAL - R\$ 10.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) dez mil reais		
CODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 8599604 Atividade Secundária 6311900	Descrição do Objeto TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL (CURSO DE APERFEIÇAMENTO PROFISSIONAL) TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 24/02/2010	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 11.669.032/0001-09	TRANSPERÊNCIA DE SPDE (OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR)	UF
DATA ASSINATURA 18/11/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO Arlanne Barros Xavier		
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		 MA1170001268773	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/11/2017 15:19 SOB Nº 20171255810.
PROTOCOLO: 171255810 DE 23/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704507835. NIRE: 21101709614.
A B XAVIER TREINAMENTOS EPP

JUCEMA

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 23/11/2017
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: A B XAVIER TREINAMENTOS - EPP			Protocolo: MAC2202098017
Natureza Jurídica: Empresário (Individual)			
NIRE (Sede) 21101709614	CNPJ 11.669.032/0001-09	Arquivamento do Ato de Inscrição 08/03/2010	Início de Atividade 24/02/2010
Endereço Completo Rua DOS GUARAS, Nº 1, LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES, PONTA DO FAROL-São Luís/MA- CEP65077-460			
Objeto TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL (CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL) TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET			
Capital R\$ 10.000,00 (dez mil reais)			Porte EPP (Empresa de Pequeno Porte)
Último Arquivamento			Situação
Data 13/05/2021	Número 20210660023	Ato/eventos 223 / 223 - BALANCO	ATIVA Status SEM STATUS
Nome do Empresário: ARIANNE BARROS XAVIER			
Identidade: 01479196567		CPF: 917.654.633-00	
Estado civil: CASADO(A)		Regime de bens: NÃO INFORMADO	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 27/07/2022, às 05:23:54 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ma.gov.br>, com o código QGVZASJV.



MAC2202098017

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário Geral

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
 DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME **ARIANNE BARROS XAVIER**

FIJACAO
JOSÉ XAVIER E RITA CARREIRO BARROS E XAVIER

DATA NASCIMENTO **10/02/1982** ORGÃO EXPEDIDOR **SSP/MA** FATOR RH **00**

NATURALIDADE **SÃO LUÍS - MA**

OBSERVAÇÃO

Ariane Barros Xavier
 ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI N.º 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF **91765463300** DNI **P-200** VIA-02
 REGISTRO GERAL **000094662098-9** DATA DE EXPEDIÇÃO **01/06/2021**
 REGISTRO CIVIL
 CASAM. N.º0002465 FLS. 145 LIV. 00005 SÃO LUÍS MA 5 ZONA

T. ELEITOR / ZONA / SEC CTPS / SERIE / UF
041895241104003/0396

NS / PIS / PASEP IDENTIDADE PROFISSIONAL

CERT. MILITAR

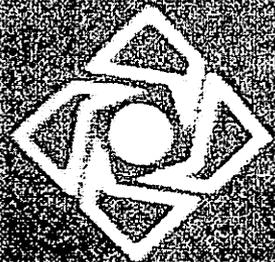
CNH **1478198567** CNS

MA1820645885

FABIO BORGES VECIAS CASTRO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

BURITICUPU-MA
 Proc.º **0308005** 2023
 Fis. *[Signature]*
 Rub. *[Signature]*



MINISTERIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

917.654.633-00

ARIANNE BARROS XAVIER

01/02/1982



Scanned by CamScanner



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.869.032/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/03/2010
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL A B XAVIER TREINAMENTOS
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO CERTAME	PORTE EPP
--	---------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO R DOS GUARAS	NÚMERO 1	COMPLEMENTO LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES
-----------------------------------	--------------------	--

CEP 65.077-460	BAIRRO/DISTRITO PONTA DO FAROL	MUNICÍPIO SAO LUIS	UF MA
--------------------------	--	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@INSTITUOCERTAME.COM.BR	TELEFONE (98) 3227-3075/ (98) 8893-3075
--	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/03/2010
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/12/2021 às 16:58:48 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001-2023
Fls. 90
Rub. *JA*



BUBITICUPU-MA
Proc. 0389001 2023
Fls. 91
Rub. AA

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Instituído pelo art. 34 da Lei 8.666, de 1993 e regulamentado pelo art. 1º do Decreto nº 3.722, de 2001)

CNPJ / CPF: 11.669.032/0001-09
Razão Social / Nome: A B XAVIER TREINAMENTOS
Unidade Cadastradora: 400069 - SUPERINTENDÊNCIA REG. DO TRABALHO E EMPREGO

Níveis do Cadastramento:

- I - Credenciamento
- II - Habilitação Jurídica
- III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Atividade Econômica:

8599-6/04 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

Endereço:

Rua dos Guarás 01 Loja 1- edif. Fernando de A. Lopes - São Luis - MA

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasnet.gov.br.
Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

BUBITICUPLI-MA
Proc. 0308901-2023
Fls. 92
Rub. JA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ: 11.669.032/0001-09

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:05:23 do dia 15/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/11/2023.

Código de controle da certidão: **6394.6632.97D6.B3A2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.669.032/0001-09
Razão Social: A B XAVIER TREINAMENTOS EPP
Endereço: R DOS GUARAS EDIF FERNANDO DE A LOPES 1 LJ 01 / PONTA DO FAROL / SAO LUIS / MA / 65077-460

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/07/2023 a 07/08/2023

Certificação Número: 2023070902530217083327

Informação obtida em 17/07/2023 10:41:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHOBURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 44
Rub. AA**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: A B XAVIER TREINAMENTOS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 11.669.032/0001-09
Certidão n°: 20295856/2023
Expedição: 15/05/2023, às 09:07:02
Validade: 11/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **A B XAVIER TREINAMENTOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **11.669.032/0001-09**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



BURITICUPU-MA
Proc. 0208001 2023
Fls. 95
Rub. SA

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 029938/23

Data da Certidão: 28/04/2023 10:16:19

CPF/CNPJ CONSULTADO: 11669032000109

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 26/08/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 24/05/2023 17:10:03



BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 46
Rub. AA

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 095293/23

Data da Certidão: 28/04/2023 10:15:42

CPF/CNPJ 11669032000109 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE
CONTRIBUENTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 26/08/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 24/05/2023 17:08:44



PREFEITURA DE SAO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Número da Certidão: 00008105002023

Validade: 14/11/2023

BURITICUPU-MA
Proc. 050700/2023
Fis. 98
Rub. AA

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTA DÉBITO FISCAL RELATIVO A PESSOA JURÍDICA, DESCRITA ABAIXO, RESERVA-SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE COMPROVADAS, HIPÓTESE PREVISTA NOS ARTIGOS 80 E 146, DA LEI 6.289, DE 28/12/2017 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 11.669.032/0001-09	Inscrição Municipal: 70853000
Razão Social: A B XAVIER TREINAMENTOS	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
859960400 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO	
Logradouro: RUA DOS GUARAS	
Número: 1	Complemento: LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES
Bairro: PONTA DO FAROL	
Município: SAO LUIS - MA	CEP: 65077460

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em 17 de julho de 2023 às 10:37, sob o código de autenticidade nº 2DC972E822F78D79FDBC1388A12CE376.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em <https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao>.

"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís

CERTJUDONE-SJDFRSL - 54362023
Código de validação: E0636FF2A2

BUBITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 99
Rub. AA

Número da guia: 23057301001525136.

USANDO da faculdade que me confere a Lei. **CERTIFICO** a requerimento de pessoa interessada que dando busca em nossos arquivos dos feitos das **Varas Cíveis e Comércio** a partir do dia primeiro (1º) do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e treze (2013) até o dia seis (06) do mês de junho (06) do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR**¹ distribuição de pedido de **Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou Insolvência Civil** contra: **A B XAVIER TREINAMENTOS**, inscrita no **CNPJ** sob nº **11.669.032/0001-09**. **CERTIFICO** finalmente que a Secretaria Judicial de Distribuição é a única existente nesta Cidade e **Termo Judiciário** de São Luís. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria Judicial de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", nesta Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Eu, **Ana Cristina Brito Alves**, Técnico Judiciário, mat. 102442, consultei e digitei. E eu, **Anselmo de Jesus Carvalho**, Secretário Judicial da Distribuição, mat. 100073, subscrevo e assino digitalmente.

ANSELMO DE JESUS CARVALHO
Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Final
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís
Matrícula 100073

¹ **OBSERVAÇÃO:** o CNPJ e razão social constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário. Os feitos oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos terão sua competência vinculada às Varas Cíveis e/ou Fazenda, de acordo com os litigantes. As consultas foram realizadas nos sistemas Themis PG e Processo Eletrônico Judicial (PJE) e **ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUIS**. Esta certidão terá validade de sessenta (60) dias (art. 149 do Código de Normas da CGJ) e emitida em uma única via mediante código de Selo Eletrônico Judicial, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor (art. 150 do Código de Normas da CGJ c/c art.7º da Resolução-GP nº 38/2022). Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link <https://selos.tjma.jus.br>, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor de QR Code.

Fórum Desembargador "Sarney Costa"
Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís/MA – CEP 65076-820 – Fone (98) 3194-5408 / 5409

Documento assinado. SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL, 09/06/2023 12:32 (ANSELMO DE JESUS CARVALHO)



CERTJUDONE-SJDFRSL - 54362023 / Código: E0636FF2A2
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente



BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 100
Rub.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO, sob a autenticidade nº 12207059604 em 02/06/2022, protocolo 220687021. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.ma.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	A B XAVIER TREINAMENTOS - EPP
Número de Registro:	21101709614
CNPJ:	11669032000109
Município:	São Luís

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	6
Período de Escrituração:	01/01/2021 - 31/12/2021

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
28035534220	Claudia Patricia Martins Fernandes	MA006688
91765463300	ARIANNE BARROS XAVIER	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 02/06/2022 14:06 SOB Nº 20220687021.
PROTOCOLO: 220687021 DE 31/05/2022. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12207059604. NIRE: 21101709614.
A B XAVIER TREINAMENTOS - EPP

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 02/06/2022
empresafacil.ma.gov.br

BURITICUPU-MA
Proc. 0206005 2023
Fls. 101
Rub. JA

TERMO DE ABERTURA

Contém o presente livro 90 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 90 em uma via, todas elas já escrituradas e servirá como Livro Diário de nº 06, referente período 01/01/2021 a 31/12/2021, com encerramento do exercício social em 31/12/2021, da firma **A B XAVIER TREINAMENTOS- EPP**, estabelecida na Rua dos GUARAS, nº01, LJ 01, EDIF FERNANDO DE A. LOPES, bairro Ponta do Farol, CEP 65077-460, cidade de São Luís, Estado MA, inscrita no CNPJ. Nº 11.669.032/0001-09 e registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão sob o n °21101709614 por despacho de 08/03/2010.

São Luís- MA, 1 de Janeiro de 2021

Ariane Barros Xavier
EMPRESARIA
CPF 917.654.633-00

Cláudia Patrícia Martins Fernandes
CONTADORA
CPF 280.355.342-20
CRC- MA 006688-0/0

Balanco Patrimonial

Licenciado para: C P MARTINS FERNANDES- CONTABILIDADE

Empresa: A B XAVIER TREINAMENTOS-EPP - CNPJ: 11.669.032/0001-09

Endereço: R DOS GUARAS , nº01 ,EDIF FERNANDO DE A. LOPES, Complemento: LJ 01, Bairro: PONTA DO FAROL, Cidade: São Luís, Estado: MA, CEP: 65077460, Telefone: (98) 32273075

NIRE: 21101709614 - Data: 08/03/2010

BURITICUPU, MA
 Proc. 0308908/2023
 Fls. 102
 Rub. JJA

Pág.: 84 de 90

ADMIN

Fortes Contábil 6.187.1

Conta	Descrição	31/12/2021
	Ativo	424.583,95D
1.01	Ativo Circulante	398.442,17D
1.01.01	Disponibilidades	78.230,71D
1.01.01.02	Bancos	78.230,71D
1.01.01.02.01	Contas Correntes	78.230,71D
1.01.01.02.01.0001	Banco do Brasil S/A	78.230,71D
1.01.03	Clientes	39.650,00D
1.01.03.01	Clientes Nacionais	39.650,00D
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	39.650,00D
1.01.03.01.01.0001	Cientes Diversos	39.650,00D
1.01.05	Créditos	280.561,46D
1.01.05.01	Créditos com Jermens	280.561,46D
1.01.05.01.01	Adiantamentos e Lucros	280.561,46D
1.01.05.01.01.0001	Adiantamento de lucros	280.561,46D
1.07	Ativo não Circulante	26.141,78D
1.07.04	Imobilizado	26.141,78D
1.07.04.01	Bens em Operação	38.261,18D
1.07.04.01.01	Bens Utilizados na Produção e/ou Prestação de Serviços	38.261,18D
1.07.04.01.01.0001	Instalações	1.595,40D
1.07.04.01.01.0005	Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	27.780,00D
1.07.04.01.01.0006	Equipamentos de Processamento de Dados	8.885,78D
1.07.04.21	(C) Depreciação, Amortizações e Quotas de Exatão	12.119,40C
1.07.04.21.01	(A) Bens Utilizados na Produção e/ou Prestação de Serviços	12.119,40C
1.07.04.21.01.0001	Instalações	319,08C
1.07.04.21.01.0002	Móveis e Utensílios/instalações	8.246,00C
1.07.04.21.01.0003	Equipamento de Processamentos de Dados	3.554,32C
2.01	Passivo	424.583,95C
2.01	Passivo Circulante	29.368,14C
2.01.03	Obrigações de Curto Prazo	29.368,14C
2.01.03.03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	24.627,28C
2.01.03.03.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.411,12C
2.01.03.03.01.0001	INSS a Recolher	792,18C
2.01.03.03.01.0002	FGTS a Recolher	198,24C
2.01.03.03.01.0010	Salários a Pagar	1.420,70C
2.01.03.03.008	Obrigações Fiscais	22.216,16C
2.01.03.03.0008	IRRF a Recolher	599,14C
2.01.03.03.0010	Simplex a Recolher	21.617,02C
2.01.03.17	Outras Obrigações	4.740,86C
2.01.03.17.01	Outras Obrigações	4.740,86C
2.01.03.17.01.0007	Pró-labores a Pagar	4.740,86C
2.07	Patrimônio Líquido	395.215,81C
2.07.01	Capital Realizado	10.000,00C
2.07.01.01	Capital Social	10.000,00C
2.07.01.01.01	Capital Social de Domiciliados e Residentes no País	10.000,00C
2.07.01.01.01.0001	Capital Subscrito de Domiciliados e Residentes no País	10.000,00C
2.07.04	Reservas	188.984,80C
2.07.04.01	Reservas	188.984,80C
2.07.04.01.03	Reservas de Lucros	188.984,80C
2.07.04.01.03.0001	Reserva Legal	102.097,10C
2.07.04.01.03.0005	Reserva de Lucros a Realizar	86.887,80C

BUBITICUPU-MA
 Proc. 0307001 2023
 Fls. 103
 Rub. JA

Pág.: 85 de 90

Balanco Patrimonial

Licenciado para: C P MARTINS FERNANDES- CONTABILIDADE

ADMIN

Empresa: A B XAVIER TREINAMENTOS-EPP - CNPJ: 11.669.032/0001-09

Fortes Contábil 6.187.1

Endereço: R DOS GUARAS , n°01 ,EDIF FERNANDO DE A. LOPES, Complemento: LJ 01, Bairro: PONTA DO FAROL, Cidade: São Luís, Estado: MA, CEP:

65077460, Telefone: (98) 32273075

NIRE: 21101709614 - Data: 08/03/2010

Conta	Descrição	31/12/2021
2.07.07.01.01.0001	Lucros do Exercício em curso	196.230,91C
2.07.07.01.01.0001	Lucros do Exercício em curso	196.230,91C
2.07.07.01.01.0001	Lucros do Exercício em curso	196.230,91C
2.07.07.01.01.0001	Lucros do Exercício em curso	196.230,91C

Data de Encerramento: 31/12/2021

Valor de Ativo e Passivo: R\$ 424.583,95 (Quatrocentos e Vinte e Quatro Mil Quinhentos e Oitenta e Três Reais e Noventa e Cinco Centavos) .

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2021

Ariane Barros Xavier
 EMPRESARIA
 CPF 917.654.633-00

Cláudia Patrícia Martins Fernandes
 CONTADORA
 CPF 280.355.342-20
 CRC- MA 006688-0/0

BURITICUPU-MA
 Proc. 030800 2023
 Fis. 104
 Rub. AA

Pág.: 86 de 90

ADMIN

Fortes Contábil 6.187.1

Demonstração do Resultado do Exercício

Licenciado para: C P MARTINS FERNANDES- CONTABILIDADE

Empresa: A B XAVIER TREINAMENTOS-EPP - CNPJ: 11.669.032/0001-09

NIRE: 21101709614 - Data: 08/03/2010

Endereço: R DOS GUARAS , nº01 ,EDIF FERNANDO DE A. LOPES, Complemento: LJ 01, Bairro: PONTA DO FAROL, Cidade: São Luís, Estado: MA, CEP: 65077460, Telefone: (98) 32273075

Estabelecimentos: Todos; Centros de Resultado: Todos

Conta	Descrição	01/01/2021 a 31/12/2021
(+) 010	Receita Bruta Operacional	1.619.814,90
010.01	Faturamento Prod. Merc. e Serviços	1.619.814,90
010.01.03	Vendas de Serviços	1.619.814,90
(-) 020	Deduções da Receita	214.950,01
020.01	Impostos Faturados	214.950,01
020.01.02	ISS	3.915,41
020.01.05	Simplex	211.034,60
(=) 030	Receita Líquida	1.404.864,89
(-) 040	Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos	762.882,44
040.03	Custo dos Serviços Prestados	762.882,44
(=) 060	Lucro Bruto	641.982,45
(-) 070	Despesas Operacionais	445.751,54
070.01	Despesas Administrativas	335.202,99
070.02	Despesas com Vendas	97.017,29
070.03	Despesas Tributárias	4.696,76
070.04	Resultado Financeiro	4.119,80
070.04.02	Despesas Financeiras	4.119,80
070.06	Outras Despesas	4.714,70
(=) 110	Res. Antes das Participações e Contrib.	196.230,91
(=) 150	Res. Antes Imp.Renda e Contrib. Social	196.230,91
(=) 200	Resultado Líquido do Exercício	196.230,91

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2021

Arianne Barros Xavier
 EMPRESARIA
 CPF 917.654.633-00

Cláudia Patrícia Martins Fernandes
 CONTADORA
 CPF 280.355.342-20
 CRC- MA 006688-0/0

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021

pag: 87 de 90

Empresa: **A B XAVIER TREINAMENTOS - EPP - CNPJ: 11.669.032/0001-09**
NIRE: 21101709614 - Data: 08/03/2010

Endereço: R DOS GUARAS , nº01 ,EDIF FERNANDO DE A. LOPES, Complemento: LJ 01, Bairro: PONTA DO FAROL,
 Cidade: São Luís, Estado: MA, CEP 65077460

BURITICUPU-MA
 Proc. 0308005 2023
 Fis. 105
 Rub. JA

Nota 1 - Contexto Operacional

A Empresa **A B XAVIER TREINAMENTOS- EPP**, empresa Individual, com sede e foro na cidade de São Luis/Ma, tendo como objeto social Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, com arquivamento na Jucema em 08/03/202010, mas com início de atividades em 24/02/2010.

Nota 2 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis do exercício fim em 31/12/2021 da Empresa **A B XAVIER TREINAMENTOS**, foram elaboradas em consonância com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 1000 além dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. A moeda funcional da Empresa é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de contas da Empresa .

Nota 3 - Práticas Contábeis**3.1 - Disponibilidades****Bancos**

Compreende o somatório dos valores em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação, sem restrição para uso imediato.

3.2- Clientes

Os valores a receber são provenientes de vendas de serviços e que tem prazo de recebimento de 30 dias

3.3- Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante desse balanço Imobilizado Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens Moveis, utensílios, equipamentos e instalações demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.

Nota 4- Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios:

- tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade;
- sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo;
- sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles.

4.1 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

4.2- Impostos Federais

A empresa está no regime de **SIMPLES NACIONAL** e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

Nota 5 - Patrimônio Líquido

5.1- O capital social é de R\$ 10.000,00 totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Ariane Barros Xavier - 100% do Capital Social

5.2- Ajustes de exercícios anteriores

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial .

Nota 6- Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedade

Nota 7.- Eventos subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Ariane Barros Xavier
 EMPRESARIA
 CPF 917.654.633-00

Cláudia Patrícia Martins Fernandes
 CONTADORA
 CPF 280.355.342-20
 CRC- MA 006688-0/0

instituto CERTAME

Carta de Responsabilidade da Administração

Pág.: 88 de 90

BURITICUPU-MA
 Proc. 0308001 2023
 Fis. 106
 Rub. AA
 São Luís, 31/12/2021

À

Claudia Patrícia Martins Fernandes

CRC n.006688/0-O –MA CPF:280.355.342-20

Endereço: Av. Senador Vitorino Freire 1958 Sala 120 , Távola Center

Cidade – São Luis-MA CEP 65030015

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa **A B XAVIER TREINAMENTOS- EPP, CNPJ 11.669.032/0001-09**, que as informações relativas ao período-base 2021, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de tributos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

- (a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
- (b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;
- (c) que todos os documentos e/ou informações que geramos e recebemos de nossos fornecedores, encaminhados para a elaboração da escrituração contábil e demais serviços contratados, estão revestidos de total idoneidade;
- (d) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não existem quaisquer fatos ocorridos no período base que afetem ou possam afetar as demonstrações contábeis ou, ainda, a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

- (a) fraude envolvendo a administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
- (b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
- (c) violação de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

.....

Ariane Barros Xavier
 Titular e administradora

Análise pelos Índices do Balanço

Pág.: 89 de 90

Licenciado para: C P MARTINS FERNANDES- CONTABILIDADE

Empresa: A B XAVIER TREINAMENTOS - EPP - CNPJ: 11.669.032/0001-09 NIRE: 21101709614 - Data: 08/03/2010

Mês/Ano: 12/2021

Endereço: R dos Guaras, nº01, EDIF FERNANDO DE A. LOPES, Complemento: LJ 01, Bairro: PONTA DO FAROL, Cidade: São Luís, Estado: MA, CEP: 65077460

Código	Nome Valores	Expressão	Resultado
1	Liquidez Corrente 398.442,17 / 29.368,14 É a capacidade de arcar com os seus compromissos de curto prazo. Ideal superior a 1	c101/c201	13,57
2	Liquidez Geral (398.442,17 + 0,00) / (29.368,14 + 0,00) Representa a capacidade da empresa de lidar com situações emergenciais financeiras Ideal superior a 1	(c101+c10700)/(c201+c203)	13,57
3	Liquidez Imediata Representa a capacidade da empresa de lidar com situações emergenciais financeiras. Ideal superior a 1	c10101/c201	2,66
4	Solvência Geral 424.583,95 / (29.368,14 + 0,00) Quanta garantia a empresa detém em ativos totais, para pagamento do total de suas dívidas.	c1/(c201+c203)	14,46

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2021

Ariane Barros Xavier
EMPRESARIA
CPF 917.654.633-00

Cláudia Patrícia Martins Fernandes
CONTADORA
CPF 280.355.342-20
CRC- MA 006688-0/0

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 108
Rub. JA

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente livro 90 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 90 em uma via, todas elas já escrituradas e serviu como Livro Diário de nº 06, referente ao período 01/01/2021 a 31/12/2021, com encerramento do exercício social em 31/12/2021, da firma **A B XAVIER TREINAMENTOS- EPP**, estabelecida na Rua dos GUARAS, nº01, LJ 01, EDIF. FERNANDO DE A. LOPES, bairro Ponta do Farol, CEP 65077-460, cidade São Luís, Estado MA, inscrita no C.N.P.J. Nº 11.669.032/0001-09 e registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão sob o nº 21101709614 por despacho de 08/03/2010.

São Luís- MA, 31 de Dezembro de 2021

Ariane Barros Xavier
EMPRESARIA
CPF 917.654.633-00

Cláudia Patrícia Martins Fernandes
CONTADORA
CPF 280.355.342-20
CRC- MA 006688-0/0



BUBITICUPU-MA
Proc. 0206001 2023
Fls. 109
Rub. JA

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa A B XAVIER TREINAMENTOS - EPP consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
28035534220	CLAUDIA PATRICIA MARTINS FERNANDES
91765463300	ARIANNE BARROS XAVIER

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 02/06/2022 14:06 SOB Nº 20220687021.
PROTOCOLO: 220687021 DE 31/05/2022. NIRE: 21101709614.
A B XAVIER TREINAMENTOS - EPP

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 02/06/2022
empresafacil.ma.gov.br

Simple Nacional - Consulta Optantes

BUBITICUPU, MA
Proc. 0308004 2023
Fis. 170
Rub. JA

Data da consulta: 05/09/2018

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : **11.669.032/0001-09**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : **A B XAVIER TREINAMENTOS**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 08/03/2010**

Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI**

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Agendamentos (Simples Nacional)

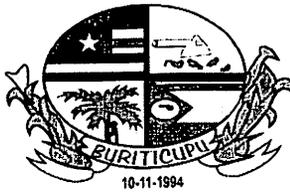
Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fis. III
Rub. AA

Processo Administrativo nº 0308001/2023

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação Nº 005/2023

Objeto: Contratação da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09 para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horária de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA.

AUTENTICIDADES DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

BURITICUPU – MA, 04 de agosto de 2023.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

BURITICUPU-MA
Proc. 0308005 2023
Fls. 112
Rub. JA

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 04/08/2023 10:19:59

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **A B XAVIER TREINAMENTOS**
CNPJ: **11.669.032/0001-09**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 113
Rub. AA

Home (/home) / Portal da Transparência (/transparencia)
/ Licitações (/licitacoes)

Validador de documentos eletrônicos

Data da consulta: 04/08/2023 10:02:17



e-DOC
Documento Eletrônico
Prefeitura Municipal de Açailândia



Validador de Documento

Código Verificador:

DOC-986130414338

Validar

Data Horário da consulta: 04/08/2023 10:02:19 |

Lista de Assinaturas (1 registros):

Assinante	Cargo/Função	Data/Hora	Tipo
Simone Pereira Carvalho dos Santos	Presidente da CCL	21/10/2021 14:55:58	Login/Senha

Ver documento

(/download_validador.php?token=9c37a3ff4e7c8ce050e0fee2e251a244)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE
ADMINISTRAÇÃO (PRA)

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fis. 114
Rub. 114

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa A B Xavier Treinamentos – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.669.032/0001-09, estabelecida no Rua dos Guarás, nº 01, Ed. Fernando de A. Lopes (Galeria Flertinho), Loja 01. Bairro Ponta do Farol, CEP 65077-460, São Luís (MA), executou para essa instituição: Universidade Federal da Paraíba, inscrita no CNPJ: 24.098.477/0001-10, o serviço abaixo especificado no período de 15 a 18 de junho de 2021, por meio da Plataforma Zoom.

Curso Online: "Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021"

Participantes: 9 servidores ligados à Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal da Paraíba

Atestamos ainda, que tal serviço foi executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Atenciosamente,

João Pessoa (PB), 07 de julho de 2021.

(Nome e cargo do responsável)

Emitido em 07/07/2021

ATESTADO N° 00/2021 - PRA - CAD (11.01.08.02)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

BURITICUPU, MA
Proc. 0308004 2023
Fis. 115
Rub. JA

(Assinado digitalmente em 07/07/2021 15:56)

HALLILSON COSMO DE MELO

ASSESSOR
2095766

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
00, ano: 2021, documento (espécie): ATESTADO, data de emissão: 07/07/2021 e o código de verificação:
63fb16d49b

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUI



Produção

Conferência de Autenticidade de Documentos



Código Verificador:

Código CRC:

~~Hy~~

BURITICUPI-MA
Proc. 0308003 2023
Fis. 116
Rub. JA

[Clique aqui para visualizar o documento.](#)

Lista de Assinaturas (1 registro):

Assinante	Cargo/Função	Data/Hora	Tipo
NUNO KAUÉ DOS SANTOS BERNARDES BEZERRA - Matr.0208911-4	Superintendente	6 de julho de 2021 19:04:45	Login/Senha



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota

00003248

CERTIFICADO

102023009213248

Data e Hora da Emissão

02/05/2023 09:48:46



Código de Verificação

0628.9557.EFED.A9A0.79A5.9D63.FE3F.B285

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: A B XAVIER TREINAMENTOS

**instituto
CERTAME**

CPF / CNPJ: 11.669.032/0001-09

Inscrição Municipal: 70853000

Endereço: R DOS GUARAS 1 LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES - BAIRRO PONTA DO FAROL - CEP: 65077460

Município: SAO LUIS

UF: MA

Email: 88043809

Telefone: (98) 88043809

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA-CÂMARA MUNICIPAL

CPF/CNPJ: 01.621.270/0001-82

Inscrição Municipal:

Endereço: RUA SÃO LUIS, N 705 - BAIRRO CENTRO - CEP: 65920000

Município: SAO PEDRO DA AGUA BRANCA

UF: MA

Email: samilasantossilva@gmail.com

Telefone: (00)

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição INSCRIÇÕES NO CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021, A REALIZAR-SE NOS DIAS 08 A 12 DE MAIO DE 2023, EM SÃO LUIS - MA. DADOS BANCÁRIOS BANCO DO BRASIL, AG 4323-0 CC. 18 460-8

***** ATENÇÃO NÃO EFETUAR RETENÇÃO DE ISSQN *****

FUNDAMENTO

**01) ISS DEVIDO NO LOCAL DO ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR, NO CASO, AO MUNICÍPIO DE SÃO LUIS/MA. VER (A) LEI COMPLEMENTAR 116/2003, ART. 3, CAPUT, ART. 4, C/C ANEXO, ITEM 8.02, (B) CODIGO CIVIL, ART. 75, IV.

**02) RECURSO EXTRAORDINÁRIO STF 1.167.509/SP. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 1020

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TRIBUTÁVEL	CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021	1	3.190,00	3.190,00
TRIBUTÁVEL	CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021	1	3.290,00	3.290,00

BURITICUPI-MA
Proc. 0302004 2023
Fls. 118A
Rub.

PIS (0,0000%):
R\$ 0,00COFINS (0,0000%):
R\$ 0,00INSS (0,0000%):
R\$ 0,00IR (0,0000%):
R\$ 0,00CSLL (0,0000%):
R\$ 0,00**VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 6.480,00**Valor Total Composição:
R\$ 0,00Valor Total Deduções:
R\$ 0,00Base Cálculo:
R\$ 6.480,00Alíquota:
5,00%Valor ISS:
R\$ 324,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NBS:

Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador

Tributação: TRIBUTÁVEL S.N.

Mês de

05/2023

Local de Prestação do

SAO LUIS / MA

Recolhimento:

PRÓPRIO

Atividade:

859960400 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

Serviço:

0802 - INSTRUCAO, TREINAMENTO, ORIENTACAO PEDAGOGICA E EDUCACIONAL, AVALIACAO DE CONHECIMENTOS DE

**PREFEITURA DE SÃO LUÍS****SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA****NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e**

Número da Nota

00003235

Data e Hora da Emissão

13/04/2023 14:19:02

Código de Verificação

31CA.3041.DA91.58D9.BD18.0FA1.5510.4F8F

CERTIFICADO

1020230092127949

**PRESTADOR DE SERVIÇOS**Nome / Razão Social: **A B XAVIER TREINAMENTOS**CPF / CNPJ: **11.669.032/0001-09**Inscrição Municipal: **70853000**Endereço: **R DOS GUARAS 1 LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES - BAIRRO PONTA DO FAROL - CEP: 65077460**Município: **SAO LUIS**UF: **MA**Email: **88043809**Telefone: **(98) 88043809****TOMADOR DE SERVIÇOS**Nome / Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**CPF/CNPJ: **06.158.455/0001-16**

Inscrição Municipal:

Endereço: **R RUI BARBOSA 201 - BAIRRO CENTRO - CEP: 65900440**Município: **IMPERATRIZ**UF: **MA**Email: **sefazgocompras2018@hotmail.**Telefone: **(86) 21066330****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Descrição: INSCRIÇÃO NO CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021, A REALIZAR-SE NOS DIAS 08 A 12 DE MAIO DE 2023, EM SÃO LUIS - MA DADOS BANCÁRIOS BANCO DO BRASIL, AG 4323-0, CC: 18.460-8

***** ATENÇÃO: NÃO EFETUAR RETENÇÃO DE ISSQN. *****

FUNDAMENTO:

*01) ISS DEVIDO NO LOCAL DO ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR, NO CASO, AO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA. VER (A) LEI COMPLEMENTAR 118/2003, ART. 3, CAPUT, ART. 4, C/C ANEXO, ITEM 8.02, (B) CÓDIGO CIVIL, ART. 75, IV.

*02) RECURSO EXTRAORDINÁRIO STF 1.167.509/SP. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 1020

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TRIBUTÁVEL	CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021	1	3.290,00	3.290,00

BURITICUPU-MA
 Proc. 0308001/2023
 Fis. 118
 Rub. SA

PIS (0,0000%):
R\$ 0,00COFINS (0,0000%):
R\$ 0,00INSS (0,0000%):
R\$ 0,00IR (0,0000%):
R\$ 0,00CSLL (0,0000%):
R\$ 0,00**VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 3.290,00**Valor Total Composição:
R\$ 0,00Valor Total Deduções:
R\$ 0,00Base Cálculo:
R\$ 3.290,00Alíquota:
5,00%Valor ISS:
R\$ 164,50**OUTRAS INFORMAÇÕES**

Descrição NBS:

Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador

Tributação: **TRIBUTÁVEL S.N.**

Mês de

04/2023

Local de Prestação do

SAO LUIS / MA

Recolhimento: **PRÓPRIO**Atividade: **859960400 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL**Serviço: **0802 - INSTRUCAO, TREINAMENTO, ORIENTACAO PEDAGOGICA E EDUCACIONAL, AVALIACAO DE CONHECIMENTOS DE**



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota

00003246

Data e Hora da Emissão

27/04/2023 14:39:39

Código de Verificação

8D7A.FAD1.2CB4.0B68.8EDC.B462.23A1.40D8

CERTIFICADO

1020230092131390



PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: A B XAVIER TREINAMENTOS

**instituto
CERTAME**

CPF / CNPJ: 11.669.032/0001-09

Inscrição Municipal: 70853000

Endereço: R DOS GUARAS 1 LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES - BAIRRO PONTA DO FAROL - CEP: 65077460

Município: SAO LUIS

UF: MA

Email: 88043809

Telefone: (98) 88043809

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: MUNICIPIO DE VIANA - CAMARA MUNICIPAL

CPF/CNPJ: 23.680.309/0001-75

Inscrição Municipal:

Endereço: - BAIRRO - CEP: 0

Município: VIANA

UF: MA

Email: cmviana.cpl@gmail.com

Telefone: (00)

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição INSCRIÇÕES NO CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021, A REALIZAR-SE NOS DIAS 08 A 12 DE MAIO DE 2023, EM SÃO LUÍS - MA. DADOS BANCARIOS: BANCO DO BRASIL, AG 4323-0. CC. 18.460-8

***** ATENÇÃO NÃO EFETUAR RETENÇÃO DE ISSQN *****

FUNDAMENTO

*(01) ISS DEVIDO NO LOCAL DO ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR, NO CASO, AO MUNICIPIO DE SÃO LUÍS/MA. VER (A) LEI COMPLEMENTAR 118/2003, ART 3, CAPUT, ART 4, C/C ANEXO, ITEM 8.02, (B) CODIGO CIVIL, ART. 75, IV

*(02) RECURSO EXTRAORDINÁRIO STF 1.167.509/SP. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 1020

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TRIBUTÁVEL	CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021	1	3.290,00	3.290,00

BUBITICUPU-MA
Proc. 03080001 2023
Fls. 119
Rub. *JA*

PIS (0,0000%):
R\$ 0,00COFINS (0,0000%):
R\$ 0,00INSS (0,0000%):
R\$ 0,00IR (0,0000%):
R\$ 0,00CSLL (0,0000%):
R\$ 0,00**VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 3.290,00**Valor Total Composição:
R\$ 0,00Valor Total Deduções:
R\$ 0,00Base Cálculo:
R\$ 3.290,00Alíquota:
5,00%Valor ISS:
R\$ 164,50

OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NBS:

Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador

Tributação: TRIBUTÁVEL S.N.

Mês de

04/2023

Local de Prestação do

SAO LUIS / MA

Recolhimento:

PRÓPRIO

Atividade:

859960400 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

Serviço:

0802 - INSTRUCAO, TREINAMENTO, ORIENTACAO PEDAGOGICA E EDUCACIONAL, AVALIACAO DE CONHECIMENTOS DE

Autenticidade de documentos



Acesso exclusivo dos órgãos
estaduais e municipais

DADOS DA CONSULTA

Protocolo:



171255810

Data do Protocolo:



23/11/2017

Número de Registro:



21101709614

Arquivamento:



20171255810

Empresa:



A B XAVIER TREINAMENTOS - EPP

Documento(s):

Requerimento do Empresário

< Voltar

NIRE (Sede) 21101709614	CNPJ 11.669.032/0001-09	Arquivamento do Ato de Inscrição 08/03/2010	Início de Atividade 24/02/2010
Endereço Completo Rua DOS GUARAS, Nº 1, LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES, PONTA DO FAROL-São Luís/MA- CEP65077-460			
Objeto TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL (CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL) TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET			
Capital R\$ 10.000,00 (dez mil reais)			Porte EPP (Empresa de Pequeno Porte)
Último Arquivamento			Situação ATIVA
Data 13/05/2021	Número 20210660023	Ato/eventos 223 / 223 - BALANCO	Status SEM STATUS
Nome do Empresário: ARIANNE BARROS XAVIER			
Identidade: 01479196567		CPF: 917.654.633-00	
Estado civil: CASADO(A)		Regime de bens: NÃO INFORMADO	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 27/07/2022, às 05:23:54
(horário de Brasília).

Se impressa, verificar sua autenticidade no
<https://www.empresafacil.ma.gov.br>, com o código QGVZASJV.



MAC2202098017

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA

Secretário Geral



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.669.032/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/03/2010	
NOME EMPRESARIAL A B XAVIER TREINAMENTOS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO CERTAME		PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R DOS GUARAS	NÚMERO 1	COMPLEMENTO LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES	
CEP 65.077-460	BAIRRO/DISTRITO PONTA DO FAROL	MUNICÍPIO SAO LUIS	UF MA
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@INSTITUTOCERTAME.COM.BR		TELEFONE (98) 3227-3075/ (98) 8893-3075	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/03/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 04/08/2023 às 10:18:29 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Confirmação da Autenticidade de Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade de Certidão

CNPJ: 11.669.032/0001-09

Código de Controle: 6394.6632.97D6.B3A2

Data da Emissão: 15/05/2023

Hora da Emissão: 09:05:23

Tipo Certidão: Negativa

Certidão Negativa emitida em 15/05/2023, com validade até 11/11/2023.

[Página Anterior \(/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Voltar\)](#)

[Nova consulta \(/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Confirmar\)](#)



Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 11.669.032/0001-09

Razão social: A B XAVIER TREINAMENTOS EPP

Nome fantasia: INSTITUTO CERTAME

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
28/07/2023	28/07/2023 a 26/08/2023	2023072819091580224587
09/07/2023	09/07/2023 a 07/08/2023	2023070902530217083327
20/06/2023	20/06/2023 a 19/07/2023	2023062001324748918932
01/06/2023	01/06/2023 a 30/06/2023	2023060101441769128005
13/05/2023	13/05/2023 a 11/06/2023	2023051301300771079843
24/04/2023	24/04/2023 a 23/05/2023	2023042401103729835020
05/04/2023	05/04/2023 a 04/05/2023	2023040501242620556164
17/03/2023	17/03/2023 a 15/04/2023	2023031701261104158619
26/02/2023	26/02/2023 a 27/03/2023	2023022601152997554737
07/02/2023	07/02/2023 a 08/03/2023	2023020701315192951659
19/01/2023	19/01/2023 a 17/02/2023	2023011901323012078462
31/12/2022	31/12/2022 a 29/01/2023	2022123101273751542915
12/12/2022	12/12/2022 a 10/01/2023	2022121201164872567997
23/11/2022	23/11/2022 a 22/12/2022	2022112301381833134110
04/11/2022	04/11/2022 a 03/12/2022	2022110401452225259090
16/10/2022	16/10/2022 a 14/11/2022	2022101601142172250052
27/09/2022	27/09/2022 a 26/10/2022	2022092701345739825508
08/09/2022	08/09/2022 a 07/10/2022	2022090801153271798291
20/08/2022	20/08/2022 a 18/09/2022	2022082001344744012107
01/08/2022	01/08/2022 a 30/08/2022	2022080101184480661461
13/07/2022	13/07/2022 a 11/08/2022	2022071301422855335097
24/06/2022	24/06/2022 a 23/07/2022	2022062401313509429193
05/06/2022	05/06/2022 a 04/07/2022	2022060501223454457491
17/05/2022	17/05/2022 a 15/06/2022	2022051701354607172433
28/04/2022	28/04/2022 a 27/05/2022	2022042801330071175908
09/04/2022	09/04/2022 a 08/05/2022	2022040901352913303155
21/03/2022	21/03/2022 a 19/04/2022	2022032101130763758110
02/03/2022	02/03/2022 a 31/03/2022	2022030200553702441300
11/02/2022	11/02/2022 a 12/03/2022	2022021101261491330878
23/01/2022	23/01/2022 a 21/02/2022	2022012304554040851700

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
30/12/2021	30/12/2021 a 28/01/2022	2021123002170701279041
11/12/2021	11/12/2021 a 09/01/2022	2021121102132948125244
22/11/2021	22/11/2021 a 21/12/2021	2021112201475855787699
03/11/2021	03/11/2021 a 02/12/2021	2021110301591517833205
15/10/2021	15/10/2021 a 13/11/2021	2021101502211972041440
26/09/2021	26/09/2021 a 25/10/2021	2021092602005309744401
07/09/2021	07/09/2021 a 06/10/2021	2021090702301624169676
19/08/2021	19/08/2021 a 17/09/2021	2021081902251434164035

Resultado da consulta em 04/08/2023 10:21:49

Voltar

BUBITICUPI-MA
Proc. 0.208001-2023
Fls. 128
Rub. AA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

BURITICUPU-MA
Proc. 0207001 2023
Fls. 98
Rub. AA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: A B XAVIER TREINAMENTOS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 11.669.032/0001-09
Certidão n°: 20295856/2023
Expedição: 15/05/2023, às 09:07:02
Validade: 11/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que A B XAVIER TREINAMENTOS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 11.669.032/0001-09, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

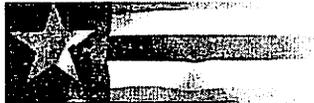
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

BURITICURU-MA
Proc. 2302003 2023
Fis. 129
Rub. AA



Estado do Maranhão Certidão Negativa de Dívida Ativa

SECRETARIA DE FISCALIA

Resultado da Validação da Certidão Negativa Dívida Ativa de Dívida Ativa

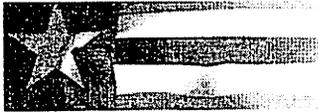
CERTIDÃO VÁLIDA!

Nº da Certidão: 029938/23
Data de Validade: 26/08/2023
Data de Emissão: 28/04/2023 10:16:19
Inscrição Estadual: 0
CPF/CNPJ: 11669032000109
Razão Social:

[Nova Consulta](#) [Imprimir](#)

Documento emitido em 28/04/2023 às 10:16:19





**Estado do
Maranhão**

Certidão Negativa de Débito

BURITICUPU-MA
Proc. 0308005 2023
Fls. 130
Rub. AA

Jaraguá de Araguaia

Resultado da Validação da Certidão Negativa de Débito

Nº da Certidão: 095293/23

Data de Validade: 26/08/2023 10:15:42

Data de Emissão: 28/04/2023 10:15:42

Inscrição Estadual: 0

CPF/CNPJ: 11669032000109

Razão Social:

Desenvolvido pela Sefaz/PA em parceria com a Sefaz/MA





CERTIFICADO
1020230092152766



PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Número da Certidão: 00008105002023

Validade: 14/11/2023

BIBITICUPLU-MA
Proc. 0308004 2023
Fis. 131
Rub. AA

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTA DÉBITO FISCAL RELATIVO A PESSOA JURÍDICA, DESCRITA ABAIXO, RESERVA-SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE COMPROVADAS, HIPÓTESE PREVISTA NOS ARTIGOS 80 E 146, DA LEI 6.289, DE 28/12/2017 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 11.669.032/0001-09	Inscrição Municipal: 70853000
Razão Social: A B XAVIER TREINAMENTOS	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
859960400 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL	
ENDEREÇO DE LOCALIZACAO	
Logradouro: RUA DOS GUARAS	
Número: 1	Complemento: LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES
Bairro: PONTA DO FAROL	
Município: SAO LUIS - MA	CEP: 65077460

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em 17 de julho de 2023 às 10:37, sob o código de autenticidade nº 2DC972E822F78D79FDBC1388A12CE376.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em
<https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao>.

"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

Autenticidade de Livros



Acesso exclusivo dos órgãos
estaduais e municipais

DADOS DA CONSULTA

Protocolo:



220687021

Data do Protocolo:



04/08/2023

Número de Registro:



21101709614

Empresa:



A B XAVIER TREINAMENTOS - EPP

Documento(s):

Termo de Autenticação

[< Voltar](#)

Data da consulta: 04/08/2023 10:30:53

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 135
Rub. _____

CNPJ: **11.669.032/0001-09**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **A B XAVIER TREINAMENTOS**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 08/03/2010**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001-2023
Fls. 136
Rub. _____

MEMORANDO

Buriticupu/MA, 04 de agosto de 2023

o Senhor

José Raimundo dos Santos Moraes

CRC-MA 006609/O-7

Prefeitura Municipal de Buriticupu

Prezado Senhor,

Venho por intermédio deste, solicitar de Vossa Senhoria informações a respeito de Dotação Orçamentária e a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, tendo como o objeto a Contratação da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09 para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horaria de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, para o exercício de 2023. Na expectativa da atenção deste Setor, no sentido de atender a nossa solicitação continuamos à disposição, reiterando-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração, com nossos cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,

AFONSO BARROS BATISTA
Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesas

RECEBIDO EM: 04 / 08 / 2023

José Raimundo dos Santos Moraes

CRC-MA 006609/O-7
Diretor Técnico do Departamento
de Contabilidade

Assinatura nº 07812022

ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001/2023
Fls. 138
Rub. [assinatura]

DESPACHO DE DEVOLUÇÃO DE PROCESSO

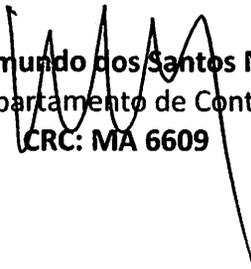
DE: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO.

PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, neste ato representado pelo ORDENADOR DE DEPESAS, Sr. AFONSO BARROS BATISTA;

DESPACHO: Segue Processo Administrativo nº 0308001/2023, para prosseguimento do feito, junta-se:

1. CERTIDÃO DE COBERTURA ORÇAMENTÁRIA
2. PORTARIA DE NOMEAÇÃO

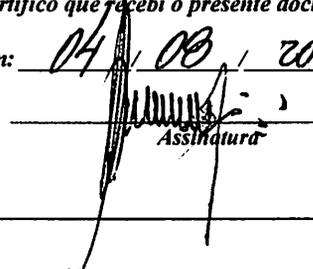
Buriticupu – MA, 04 de agosto de 2023


José Raimundo dos Santos Moraes
Diretor Departamento de Contabilidade
CRC: MA 6609

TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que recebi o presente documento

Em: 04/08/2023


Assinatura



BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 138
Rub. JAA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

CERTIDÃO

José Raimundo dos Santos Moraes, Contador, inscrito no, sob o nº **CRC: MA 6609**. Responsável pela escrituração e demonstrações contábeis de execução financeira e orçamentária da PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU, ESTADO DO MARANHÃO.

CERTIFICA:

Que revendo a Lei Orçamentária, para vigência no exercício do ano de 2023, verificou-se dotação orçamentária para o cumprimento dos encargos a serem assumidos, com a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS, QUANTO ÀS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI 14.133/2021**, de interesse do Município de Buriticupu – MA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO

ORGÃO: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

UNIDADE: 01 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 04 122 0002 2.008 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

SUB-ELEMENTO: 3.3.90.39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento

FONTE RECURSOS: 1500000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

Buriticupu - MA, 04 de agosto de 2023


José Raimundo dos Santos Moraes
Diretor Departamento de Contabilidade
CRC: MA 6609



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU
 GABINETE DO PREFEITO

BURITICUPU-MA
 Proc. 0208001 2023
 Fis. 134
 Rub. _____

PORTARIA Nº 076/2022 - GAPRE DE 20 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO DIRETOR INTERINO DO DEPARTAMENTO GERAL DE CONTABILIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BURITICUPU – MA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 89, II, "a" da Lei Orgânica Municipal de 15 de junho de 1997, pela presente.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o (a) Senhor (a) **JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS MORAES**, portador (a) do (a) **RG nº 81087697-3 SSP/MA** e **CPF nº 626.253.303-68**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **DIRETOR INTERINO DO DEPARTAMENTO GERAL DE CONTABILIDADE**, com denominação – **DANS-1**, junto à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 12 de maio de 2022.**

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE,
 PUBLIQUE-SE,
 CUMPRA-SE.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BURITICUPU, ESTADO DO MARANHÃO, em 20 de maio de 2022.

**JOAO CARLOS
 TEIXEIRA DA
 SILVA:97359734304**

Assinado de forma digital
 por JOAO CARLOS TEIXEIRA
 DA SILVA:97359734304
 Dados: 2022.05.20 16:32:00
 -03'00'

João Carlos Teixeira da Silva
 Prefeito Municipal de Buriticupu/MA



BURITICUPU, MA
Proc. 0208005 2023
Fls. 140
Rub. JA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Eu, **Afonso Barros Batista**, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do Art. 16 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, na qualidade de Ordenadora de Despesas, **DECLARO** existir adequação orçamentária e financeira para atender o presente objeto, cujas despesas serão empenhadas nas Dotações Orçamentárias:

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE: 04 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

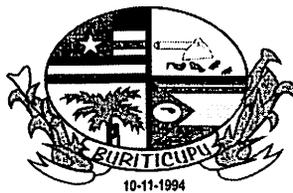
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 04.122.0002.2008.0000 – MANUTENÇÃO E FUNC. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

As referidas despesas estão adequadas a Lei Orçamentária Anual, compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Buriticupu/MA, 04 agosto de 2023.

AFONSO BARROS BATISTA
Chefe de Gabinete/ Ordenador de Despesas



BURITICUPU-MA
Proc. 0208001 2023
Fls. 101
Rub. AA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na qualidade de Ordenadora de Despesas, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa relativa a Inexigibilidade 005/2023 para a Contratação da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09 para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horaria de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), sendo que a mesma não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2023.

Buriticupu/MA, 04 de agosto de 2023.

Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesas



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fis. 112
Rub. JA

MEMORANDO

Buriticupu/MA, 04 de agosto de 2023

PARA: ASSESSORIA JURÍDICO MUNICIPAL

ASSUNTO: EMISSÃO DE PARECER JURÍDICO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Senhor Procurador,

Estamos encaminhamos em anexo a essa egrégia assessoria jurídica os autos do processo administrativo nº 0308001/2021, para emissão de Parecer quanto a Inexigibilidade de Licitação 005/2023, tendo como objeto a Contratação da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09 para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horaria de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, nos termos do parágrafo único, do Art. 38, Inciso VI da Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes à espécie.

Sem mais, para o momento, agradecemos e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesas



BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fis. 143
Rub. AA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

MEMORANDO

Processo Administrativo 0308001/2023

Prezado Chefe de Gabinete do Prefeito,

Após análise dos autos do Processo Administrativo 0308001/2023, e não vendo óbice a contratação direta por inexigibilidade, para participação de servidores em curso de aperfeiçoamento, encaminho parecer jurídico em anexo, para ratificação e prosseguimento do feito, caso entenda Vossa Senhoria pela celebração da contratação.

Buriticupu/MA, 07 de agosto de 2023

**THAUSER BEZERRA
THEODORO**

Assinado de forma digital por
THAUSER BEZERRA THEODORO
Dados: 2023.08.07 11:43:18
-03'00'

THAUSER BEZERRA THEODORO
Assessor Jurídico
OAB/MA nº 5859



BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fis. THU
Rub. AK

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo 0308001/2023

INTERESSADO: Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesas

ASSUNTO: Emissão de Parecer Jurídico quanto a Inexigibilidade de Licitação 005/2023. Curso de aperfeiçoamento/treinamento na nova lei de licitações.

Ementa: Direito Administrativo. Contratação por inexigibilidade da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09, para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horária de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA. Possibilidade.

Relatório.

Chega a este setor jurídico, solicitação de parecer sobre a possibilidade de contratação direta, por inexigibilidade, da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09, para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horária de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA.

THAUSER
BEZERRA
THEODORO
Assinado de forma digital
por THAUSER BEZERRA
THEODORO
Dados: 2023.06.07
11 43:56 -03'00'

A contratação por inexigibilidade de licitação, tem como objetivo a concessão de 04 (quatro) inscrições mais 1 (uma) inscrição de brinde para os servidores: Getulio Veras de Almeida portador do CPF: 067.176.173-06, Joseane Ferreira Almeida portador do CPF: 872.795.762-49, Maria Valdeane Araújo Silva portador do CPF: 011.598.193-43, Tiago



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. 0308001 2023
Fis. 115
Rub. AA

Melo Da Silva portador do CPF: 052.250.213-01 e Magdonel Valero Martins portador do CPF: 770.500.453-49, na capacitação agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a Nova Lei de Licitações, no valor total de R\$ 13.160,00 (treze mil, cento e sessenta reais).

O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos: Na data deste parecer aos 07 de agosto de 2023, justificativa expedido pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento no dia 03 de agosto de 2023; proposta da empresa no dia 03 de agosto de 2023; documentação da empresa para comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica; Previsão Orçamentária expedida no dia 04 de agosto de 2023 pelo setor de Contabilidade.

É o que convém relatar.

Vistos relatados e discutidos, passamos a opinar.

Fundamentação.

A contratação sob análise deve se dar através de processo administrativo de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, utilizando-se a interpretação atribuída à participação de servidores em eventos de aperfeiçoamento.

A Carta Magna, em seu art. 37, XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de processo licitatório sempre que a Administração Pública for contratar obras, serviços, realizar compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação. Com efeito, a obrigatoriedade da licitação constitui regra, excetuando-se a contratação direta, que somente pode ser efetuada nas hipóteses estritamente previstas em Lei.

Nesta scara, a Lei nº 8.666/93, quando exemplifica as hipóteses de contratação direta, traz as modalidades de inexigibilidade e de dispensa de licitação, e estas requerem o atendimento de diversos requisitos, em razão da rigidez imposta à Administração para o gasto público.

No presente caso, verificamos a existência da possibilidade de contratação direta, na forma da inexigibilidade, já que estamos diante de

THAUSER
BEZERRA
THEODORO
Assinado de forma digital
por THAUSER BEZERRA
THEODORO
Dados: 2023.08.07 11:44:16
-03'00'



10-11-1994
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU, MA
Proc. 0308001 2023
Fls. 146
Rub. *AK*

possível contratação para fins de capacitação de servidor em evento externo aberto.

Expressando entendimento acerca da participação de agentes públicos em eventos de interesse institucional, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula 252 que determina:

"A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado."

Assim, o TCU entende que a contratação de empresa objetivando o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal enquadra-se como hipótese de inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a inviabilidade de competição na contratação de cursos não reside na exclusividade, mas na impossibilidade de haver critérios objetivos, de acordo com o artigo 25, inciso II, c/c o artigo 13 ambos da Lei 8.666/1993, como se observa dos Acórdãos a seguir:

"1. Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993 (..) Assim, desponta, a meu ver, com clareza, que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador" (..) (Processo nº TC 000.830198- 4, Relator Ministro ADHEMAR PALADINI GHISI, Decisão 439198 - Plenário, Ata 27198).

THAUSER
BEZERRA
THEODORO
Assinado de forma digital
por THAUSER BEZERRA
THEODORO
Dados: 2023.08.07 11:44:33
05707

"4. Ademais, assiste razão aos gestores quanto à regularidade da contratação de treinamento mediante inexigibilidade de licitação, uma vez que este Tribunal já decidiu, em sessão plenária de 15/11/1998, 'considerar que as contratações de



BURITICUPU-MA
Proc. 0308001 2023
Fis. A 108
Rub. SA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

professores, conferencistas ou instrutores para ministrar curso de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadraram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993' (Decisão nº 43911998 - Plenário - TCU)." (Acórdão 654/2004-2º Câmara).

"O gestor, cujas alegações de defesa ora se analisa, adotou o entendimento referido no primeiro caso ao entender que a singularidade está ligada ao fato de a oportunidade da contratação do curso/treinamento levar em conta data e local em que os referidos cursos/treinamentos foram realizados, ao mesmo tempo em que essas características são compatibilizadas com as necessidades de qualificação e com a disponibilidade orçamentária do órgão (ti. 1.277 do Vol. 6 do Anexo XII). Portanto, considerando que o gestor agiu de acordo com entendimento do Tribunal (Decisão n. 43911998 - Plenário) e com o posicionamento de renomado doutrinador (Marçal Justen Filho), entende-se que a sua defesa deva ser acatada."

THAUSER
BEZERRA
THEODORO

Assinado de forma digital por THAUSER BEZERRA THEODORO
Dados: 2023.08.07 11:45:02 -03'00'

(Acórdão 41212008 - Plenário)." THEODORO

Assim, consideramos que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadraram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art.13 da Lei nº 8.666/93.

Neste sentido também, a AGU pacificou entendimento sobre a matéria através de sua ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 18/2009, que especifica:

CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25 INC 11 DA LEI Nº 8.666 DE 1993, CONFERENCISTAS PARA MINISTRAR CURSOS PARA TREINAMENTO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU-MA
Proc. 0208001
Fis. 148
Rub. 2023

APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL, OU INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS, DESDE QUE CARACTERIZADA SINGULARIDADE DO OBJETO VERIFICADO TRATAR-SE DE NOTÓRIO ESPECIALISTA.

Tanto o TCU, quanto a AGU, conforme entendimentos acima esboçados fazem uma clara distinção entre cursos abertos e fechados e, também, entre cursos de uso comum/padronizados e inusitados. Desta análise, percebe-se que, para cursos abertos ao público, desde que não comuns/padronizados, haverá inexigibilidade de licitação, desde que caracterizadas a singularidade e notória especialização (sendo esta a hipótese do evento que se discute).

Sobre os cursos de treinamento aberto ou fechado, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes assevera que: **é também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição. Contudo, para a realização de seminários fechados, promovido por qualquer dessas mesmas instituições, é, em princípio, exigível a licitação, porque o interesse e conveniência de treinamento podem ser determinados pela Administração, ao contrário do caso anterior, em que a oportunidade é ditada pelas instituições.**

Assim prescreve o art. 25, 11, da Lei nº 8.666/93:

THAUSER
BEZERRA
THEODORO
Assinado de forma digital por THAUSER BEZERRA THEODORO
Dados: 2023.08.07 11:45:25-03'00'

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (...) II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

No referido rol do art. 13, entre os serviços cuja licitação é inexigível está o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal:

Art. 13. Para os fiuis (lesta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: (f...,) J/J - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. 030800/2023
Fis. 109
Rub. [assinatura]

Os atos administrativos devem ser motivados, de forma que para fins de inexigibilidade de licitação com base no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, a Administração precisa deixar comprovado, nos autos, a natureza singular dos serviços e a notória especialização do contratado.

A singularidade do objeto a ser contratado está na correlação entre as características especiais do evento e sua aplicação aos objetivos das servidoras da SEGOV/MA, cuja capacitação se faz necessária para o aprimoramento do setor ao qual as mesmas estão vinculadas. É essa ligação que torna tal curso singular para a Administração Pública.

No caso em tela, a justificativa de singularidade acostada aos autos pelo Presidente da CSL/MA, Jhonatas Mendes Silva, diz que *"a capacitação de servidores visa garantir a maior lisura das contratações públicas e com isso proporcionar eficiência e eficácia na aplicação dos gastos públicos"*.

Já a notória especialização segue a definição constante do § 1º do art. 25 da Lei nº. 8.666/93, que diz: § 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Pois bem, presentes para a contratação os requisitos acima destacados, e havendo preenchimento dos requisitos legais apontados, é possível a concessão da inscrição dos servidores retro mencionadas, por meio de inexigibilidade, objeto da contratação sub examine.

Conclusão.

Sendo assim, de todo o exposto, considerando o teor da fundamentação acima, a Administração pode valer-se da inexigibilidade de licitação para aquisição do objeto pretendido, para inscrever os servidores **Getulio Veras de Almeida portador do CPF: 067.176.173-06, Joseane Ferreira Almeida portador do CPF: 872.795.762-49, Maria Valdeane Araújo Silva portador do CPF: 011.598.193-43, Tiago Melo Da Silva portador do CPF: 052.250.213-01 e Magdonel Valero Martins portador do CPF: 770.500.453-49, na capacitação agentes públicos quanto às inovações**

THAUZER Assinado de forma digital por THAUZER
BEZERRA BEZERRA THEODORO
THEODORO Dados: 2023.08.07 11:45:45 -03'00'



BURITICUPU/MA
Proc. 0308001/2023
Fls. 150
Rub. JK

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

trazidas pela Lei 14.133/2021 – a Nova Lei de Licitações, que será realizado no município de São Luís/MA, nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023, através da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09, no valor total de R\$ 13.160,00 (treze mil, cento e sessenta reais).

No que tangencia a emissão de parecer proferido por advogado no processo administrativo, cabe destacar que o mesmo apresenta natureza apenas opinativa, verdadeiro controle preventivo de legalidade, sendo o Administrador, destinatário da consulta jurídica, responsável pela edição do ato decisório final, o qual tem por escopo o interesse público.

Salvo melhor juízo, é o parecer que submetemos à apreciação de Vossa Senhoria.

Buriticupu/MA, 07 de agosto de 2023.

THAUSER

Assinado de forma digital
por THAUSER BEZERRA

BEZERRA

THEODORO

THEODORO

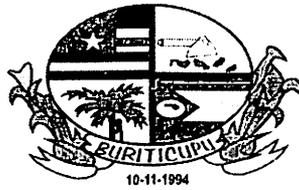
Dados: 2023.08.07 11:46:06
-03'00'

THAUSER BEZERRA THEODORO

Assessor Jurídico

Portaria nº 312/2022

OAB/MA nº 5859



BURITICUPU-MA
Proc. 0308005 2023
Fls. 151/11
Rub. JA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

AUTORIZAÇÃO

Eu, **Afonso Barros Batista**, Chefe de Gabinete e Ordenador de Despesas, no uso de minhas atribuições legais, **AUTORIZO** a Contratação da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09 para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horaria de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, no valor total de R\$ 13.160,00 (treze mil, cento e sessenta reais), pela inscrição dos 04 (quatro) servidores sendo que será disponibilizado uma inscrição de cortesia pela empresa contratada, conforme proposta apresentada em anexa ao processo de Inexigibilidade de Licitação 005/2023 regida pelo art. 25, Lei nº 8.666/93.

Buriticupu/MA, 07 de agosto de 2023.

Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesas



BURITICUPU/MA
Proc. 0208001 2023
Fls. 158
Rub. AA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40
Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

Eu Afonso Barros Batista no uso de minhas atribuições legais acolho o Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica municipal e **RATIFICO** o presente termo para que surtam os seus efeitos jurídicos e legais, com a declaração de inexigibilidade constante do presente processo, para autorizar a Contratação da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09 para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horaria de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, no valor total de R\$ 13.160,00 (treze mil, cento e sessenta reais), pela inscrição dos 04 (quatro) servidores sendo que será disponibilizado uma inscrição de cortesia pela empresa contratada, na forma do art.13, III e V e art. 25, II da Lei nº 8.666/93.

Buriticupu/MA, 07 de agosto de 2023.

AFONSO BARROS BATISTA
Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesas



BURITICUPU-MA
Proc. 0508603 - 2023
Fls. 153
Rub. AA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

Eu Afonso Barros Batista no uso de minhas atribuições legais acolho o Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica municipal e **RATIFICO** o presente termo para que surtam os seus efeitos jurídicos e legais, com a declaração de inexigibilidade constante do presente processo, para autorizar a Contratação da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09 para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horaria de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, no valor total de R\$ 13.160,00 (treze mil, cento e sessenta reais), pela inscrição dos 04 (quatro) servidores sendo que será disponibilizado uma inscrição de cortesia pela empresa contratada, na forma do art.13, III e V e art. 25, II da Lei nº 8.666/93.

Buriticupu/MA, 07 de agosto de 2023.

AFONSO BARROS BATISTA
Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesas

LICITAÇÃO - LICITAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO/2023

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2023. O Município de Buriticupu - MA, por intermédio da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, torna público para conhecimento de todos os interessados, que a realização do presente certame está prevista para o dia 17 de agosto de 2023 às 08h30min (oito e trinta) horário de Brasília, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, tendo como OBJETO: Registro de Preços para eventual, futura e parcelada aquisição de medicamentos da farmácia básica, medicamentos injetáveis, insumos médico-hospitalares e materiais laboratoriais, para atender as necessidades da rede Municipal de Saúde do Município de Buriticupu/MA, conforme edital e Anexos, na forma da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 004/2021, que dispõe sobre o Pregão Eletrônico e Decreto Municipal nº 007/2021, que dispõe sobre regime de registro de preço, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, e Lei Complementar 155 de 27 de Outubro de 2016 e alterada pela demais normas pertinentes à espécie. O download deste Edital e seus anexos estarão disponíveis gratuitamente nas seguintes páginas da Internet: Portal da Transparência do Município: www.buriticupu.ma.gov.br, www.licitanet.com.br/, poderá ser solicitado através do e-mail: cpbburiticupu2021@gmail.com, bem como ser retirado no Setor de Licitação, horário de 08:00h as 14:00h, localizado na Rua Nível Médio, nº 300, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA. Buriticupu - MA, em 01 de agosto de 2023. MARCOS GABRIEL ARAÚJO RIBEIRO, Assessor Jurídico do Município, OAB/MA Nº 22429.

ser solicitado através do e-mail: cpbburiticupu2021@gmail.com, bem como ser retirado no Setor de Licitação, horário de 08:00h as 14:00h, localizado na Rua Nível Médio, nº 300, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA. Buriticupu - MA, em 02 de agosto de 2023. MARCOS GABRIEL ARAÚJO RIBEIRO, Assessor Jurídico do Município, OAB/MA Nº 22429.

GABINETE DO PREFEITO - INEXIGIBILIDADE - EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO - EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO/2023

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023. Eu Afonso Barros Batista no uso de minhas atribuições legais acolho o Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica municipal e RATIFICO o presente termo para que surtam os seus efeitos jurídicos e legais, com a declaração de inexigibilidade constante do presente processo, para autorizar a Contratação da empresa A B Xavier Treinamentos – EPP CNPJ: 11.699.032/0001-09 para a capacitação de agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2023 com a carga horária de 36 horas, local do evento Hotel Luzeiros – São Luís do Maranhão, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, no valor total de R\$ 13.160,00 (treze mil, cento e sessenta reais), pela inscrição dos 04 (quatro) servidores sendo que será disponibilizado uma inscrição de cortesia pela empresa contratada, na forma do art.13, III e V e art. 25, II da Lei nº 8.666/93. Buriticupu/MA, 07 de agosto de 2023. AFONSO BARROS BATISTA, Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesas.

LICITAÇÃO - LICITAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO/2023

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2023. O Município de Buriticupu - MA, por intermédio da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, torna público para conhecimento de todos os interessados, que a realização do presente certame está prevista para o dia 18 de agosto de 2023 às 14h30min (quatorze e trinta) horário de Brasília, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, tendo como OBJETO: Registro de Preços para eventual, futura e parcelada aquisição de materiais, tecidos e adereços para organização das festividades em comemoração ao dia da independência do Brasil, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Buriticupu/MA, conforme edital e Anexos, na forma da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 004/2021, que dispõe sobre o Pregão Eletrônico e Decreto Municipal nº 007/2021, que dispõe sobre regime de registro de preço, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, e Lei Complementar 155 de 27 de Outubro de 2016 e alterada pela demais normas pertinentes à espécie. O download deste Edital e seus anexos estarão disponíveis gratuitamente nas seguintes páginas da Internet: Portal da Transparência do Município: www.buriticupu.ma.gov.br, www.licitanet.com.br/, poderá

BURITICUPU-MA
Proc. 0308001/2023
Fls. 11/154

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E ECONOMIA SOLIDARIA - CONTRATO - EXTRATO DE CONTRATO: 20230775/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20230775/2023. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU e a Empresa ESTRELA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA inscrita no CNPJ: 38.356.990/0001-78, com sede na Rua Murilo Braga, nº 721, Bairro Vermelha, CEP 64.019-350, Teresina – PI, e-mail: estrelasdistribuidora@gmail.com. **OBJETO:** contratação de empresa para aquisição de kits de alimentos tipo cesta básica, para distribuição gratuita às famílias carentes do Município de Buriticupu/MA. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **VALOR:** O valor total é de R\$ 151.000,00 (cinquenta e um mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Atividade 1901.082440018.2.063 Manutenção do Programa de Cestas Básicas, Classificação econômica 3.3.90.32.00 Material, bem ou serv. p/ dist. gratuita, Subelemento 3.3.90.32.99. **VIGÊNCIA:** Até 31 de dezembro de 2023 a partir da data de sua assinatura. **SIGNATÁRIOS:** Sr^ª. Euzilene Gonçalves Lopes da Silva, pela Contratante e o Sr. Benedito Ferreira Frota, pela contratada. Buriticupu/MA, 03 de agosto de 2023. Euzilene Gonçalves Lopes da Silva, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Economia Solidária.

